

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ILDA CHICALÉ ATAURI

SUSTENTABILIDADE E SERVIÇO SOCIAL:

NOVOS PARADIGMAS

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ILDA CHICALÉ ATAURI

SUSTENTABILIDADE E SERVIÇO SOCIAL:

NOVOS PARADIGMAS

Tese apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em Serviço Social, na área de Identidade, Formação e Prática, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profª. Dra. Maria Lúcia Martinelli.

SÃO PAULO

2009

Atauri, Ilda Chicalé

Sustentabilidade e Serviço Social: novos paradigmas / Ilda Chicalé Atauri;
orientadora Maria Lúcia Martinelli. - São Paulo, 2009.
186f. : fig. ; tab.

Tese (Doutorado em Serviço Social. Área de Concentração: Identidade,
Formação e Prática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1. Serviço Social; Política ambiental brasileira; Direitos socioambientais 2.
Serviço Social

CDD

BANCA EXAMINADORA

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

São Paulo, de de 2009.

Ao ser humano inigualável, pelo seu exemplo de vida, sua história, seu apoio e sua fé, que compartilhou toda a minha trajetória na elaboração desta tese: MINHA MÃE.

AGRADECIMENTOS

Aos membros da Comissão Julgadora da banca de Qualificação,

Prof.^a Dr.^a MARIA CARMELITA YAZBEK, Prof.^a Dr.^a EGLI MUNIZ, Prof.^a Dr.^a MARIA LÚCIA MARTINELLI, Prof.^a Dr.^a ELISABETE MELO RICO, que contribuíram de diversos modos, permitindo-me continuar e avançar na continuidade da Tese, caracterizando a oportunidade deste momento.

À Faculdade de Serviço Social de Bauru,

onde leciono há vários anos, que de forma direta contribuiu, incentivando a busca desse novo caminho.

Aos gestores municipais engajados no Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental Municipal,

que responderam à pesquisa, pelo efetivo compromisso demonstrado para com a gestão ambiental e sustentável da cidade de Bauru.

À assistente social SUELI LIMA,

minha ex-aluna, que participou e contribuiu comigo no momento da delimitação do universo dessa produção.

Ao gestor ambiental empresarial,

que foi o único a aceitar participar da minha pesquisa, contribuindo de maneira relevante no momento do levantamento dos dados empíricos.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

A DEUS,

Por todas as bênçãos concedidas, como sempre presente nas palavras de minha mãe: *“Tudo está nas mãos de Deus, minha filha”*.

À minha orientadora,

Prof.^a Dr.^a MARIA LUCIA MARTINELLI, pelo exemplo de ser humano, pela sensibilidade em acolher e entender as limitações que a vida me trouxe neste percurso, contribuindo de maneira sublime para que eu confiasse e não desanimasse jamais! Obrigada pelo presente da orientação e por ser a mentora nessa caminhada e, especialmente, pelo fortalecimento na fase final.

À MARIA INÊS FONTANA,

minha amiga, minha irmã branca, companheira desde o mestrado em Serviço Social, com quem dividi as angústias e ansiedades desta tese, em todos os momentos, e que me permitiu continuar acreditando na centralidade do trabalho para a sobrevivência das pessoas. Seu apoio e seu carinho foram fundamentais para a finalização desta tese.

À MARIA CRISTINA DOS SANTOS FERNANDES,

minha amiga de coração, de espírito, pessoa extraordinária que me incentivou na concretização deste estudo, demonstrando o valor da amizade, da fé e da esperança. Realmente, Cris, Deus está acima de todas as coisas.

Às minhas três filhas, MAÍSA, KARLA e DANIELLE,

que viveram de perto os momentos de maior tensão, respeitando as ausências e os destemperos, decorrentes do acúmulo de atividades e estudo, em que me envolvi. Amo vocês!

Ao meu marido CARLOS,

que vivenciou de perto esse percurso permeado ora de euforia, ora de tensão, mas sempre incentivando-me à superação dos limites postos pela vida.

Quem sabe o que está buscando e onde quer chegar, encontra os caminhos certos e o jeito de caminhar.

Thiago de Mello

RESUMO

Esta tese faz uma análise da relação do Serviço Social com a sustentabilidade, no âmbito da política ambiental brasileira. Trata-se de uma temática em discussão constante, haja vista os impactos gerados na natureza pelo desenvolvimento industrial e econômico. O serviço social caracteriza-se como uma profissão técnica, interventiva e está inserido na divisão sociotécnica do trabalho. Cabe ao profissional de Serviço Social trabalhar com a educação ambiental, não só como uma demanda emergente e urgente, mas, como uma realidade posta, que atinge o seu espaço ocupacional cotidianamente. O assistente social é um profissional que possui capacitação teórica metodológica e ético-política suficientes para que desenvolva mediações para a efetivação dos direitos socioambientais das populações. Nesse contexto, o objeto de estudo desta tese foi apreender a profissão de serviço social e sua interlocução com a gestão ambiental e sustentável, numa perspectiva de acesso e efetivação dos direitos socioambientais. Assim, o objetivo geral constituiu-se em conhecer e analisar como o Serviço Social se relaciona com a gestão ambiental e sustentável nas organizações empresariais e órgãos públicos representativos da cidade de Bauru. Os objetivos específicos foram constatar e avaliar a questão do meio ambiente e da sustentabilidade, nas suas diversas facetas, como novas demandas para a formação profissional. A pesquisa mapeou o município de Bauru, Estado de São Paulo, o qual desenvolve ações e práticas focadas na gestão ambiental e sustentável por intermédio dos gestores municipais que atuam no Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental Municipal, bem como nas organizações empresariais que fabricam baterias automotivas localizadas nos Distritos Industriais I e II da cidade de Bauru. Participaram da pesquisa seis gestores municipais, que responderam a entrevista semiestruturada, com o uso do gravador, e quatro gestores ligados às organizações empresariais, embora neste segundo campo empírico apenas um gestor tenha aceitado ser sujeito da pesquisa, respondendo às questões no próprio local de trabalho. Constatou-se que o novo paradigma jurídico, que reconhece o meio ambiente como direito, aponta para a inserção da profissão de Serviço Social em suas intervenções cotidianas, considerando que o exercício profissional se consolida fundamentalmente na mediação pelos direitos e ampliação da cidadania. Evidenciou-se a existência de lacunas presentes na apropriação teórica e prática no exercício profissional do assistente social. A pesquisa evidenciou as ações e práticas desenvolvidas pelos gestores municipais, retratando a inexistência do profissional de Serviço Social, em detrimento aos demais profissionais engajados na política ambiental. Acredita-se que os resultados desse estudo irão contribuir para novas propostas de conteúdo, a serem inseridas no currículo de formação profissional do assistente social. Com relação às organizações empresariais, verificou-se que elas ainda têm a sustentabilidade apenas em seus discursos e que, se existe a pretensão de novos paradigmas, estes estão em processo de construção e lhes falta um longo caminho a ser percorrido, para ostentar o compromisso com a sustentabilidade.

Palavras-chave: Serviço Social; Política ambiental brasileira; Direitos socioambientais.

ABSTRACT

This thesis analyses the relation of Social Service to the sustainability in the ambit of the Brazilian environmental policy. It regards a constantly discussed theme, considering the impacts generated on nature by the industrial and economical development. The Social Service is characterized as an interventive technical profession, and it is inserted in the social technical work division. It is the Social Service professional's duty to work with environmental education, not only as an emerging and urgent demand, but also as a placed reality, that reaches its daily occupational space. The social assistant is a professional that has enough methodological theoretical and ethical- political capability in order to develop mediations for the accomplishment of the populations' social environmental rights. In this context, this thesis study object was to learn the social service profession and its dialogue with the sustainable and environmental management in an access and accomplishment perspective of the social environmental rights. Therefore, the general goal consisted of knowing and analyzing how the Social Service relates to the environmental and sustainable management in business organizations and representative public facilities from Bauru. The specific goals were to verify and evaluate the environmental and the sustainability matter on its several ways, such as new demands for professional graduation. The research mapped the city of Bauru, Sao Paulo state, which develops actions and practices focused in the sustainable and environmental management through the city's managers who work in the City's Environmental Protection Areas Management Council as well as in business organizations that produce automotive batteries, located in Bauru's Industrial Districts I and II. Six city managers participated on the research, answering the semi-structured survey, using a recorder, and four managers connected to the business organizations, although in this second empiric field only one manager had agreed to be subject of the survey answering the questions in his very workplace. It was verified that the new juridical paradigm, which recognizes the environment as a right, points to the Social Service profession's insertion in their daily interventions, considering that the professional exercise consolidates itself fundamentally in the mediation for rights and enlargement of the citizenship. The existence of gaps present in theoretical and practical appropriation in the professional exercise of the social assistant was evidenced. The research verified the actions and the practices developed by the city managers, showing the inexistence of the Social Service professional in detriment to all the other professionals engaged in the environmental policy. It is believed that this study's results will contribute to new content offers, to be inserted in the social assistant professional formation résumé. In relation to the business organizations, it was verified that they still have sustainability only in their speeches and that, if there is the pretension of new paradigms, these are in a building process and they still have a long way ahead, in order to display the compromise with sustainability.

Keywords: Social service; Brazilian environmental policy, Social-environmental rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Localização da cidade de Bauru	39
Figura 2	- Distribuição dos sujeitos pesquisados por sexo	45
Figura 3	- Distribuição dos sujeitos pesquisados por estado civil	45
Figura 4	- Distribuição dos sujeitos pesquisados em relação à formação profissional	46
Figura 5	- Distribuição dos sujeitos pesquisados pelo cargo que ocupam	47
Figura 6	- Distribuição dos sujeitos pesquisados pelos órgãos representativos de atuação	47
Figura 7	- Distribuição dos sujeitos pesquisados de acordo com a natureza das instituições que representam	48
Figura 8	- Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS 2000, Estado de São Paulo e Município de Bauru	49
Figura 9	- Mapa da cidade de Bauru e os instrumentos urbanísticos: direito de preempção e operação urbana consorciada	54
Figura 10	- Áreas de interesse ambiental	61
Figura 11	- Macrozoneamento da cidade de Bauru	63
Figura 12	- Mapa florestal do município de Bauru	65
Figura 13	- Mapa dos setores do Plano Diretor Participativo	71
Figura 14	- Representantes do Plano Diretor Participativo	73
4	- Mapa das sete estratégias para Bauru	75
Figura 16	- Principais questões ambientais do planeta	110
Figura 17	- Indicadores do meio ambiente	112

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
APAS	Áreas de Proteção Ambiental
CAGED	Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social
CEFSS	Conselho Federal de Serviço Social
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CITE	Centro Iteano
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisas
COHAB	Companhia Habitacional de Bauru
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEMAS	Conselhos Municipais de Meio Ambiente
CONEMAs	Conselhos Estaduais de Meio Ambiente
CRAMI	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CTI	Colégio Técnico Industrial
DAE	Departamento de água e Esgoto
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMDURB	Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano de Bauru
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INPC	Índice Nacional Paulista
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
ITE	Instituição Toledo de Ensino
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NAF	Núcleo de Atendimento Familiar
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RA	Região Administrativa
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SERT	Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho
SESI	Serviço Social da Indústria
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo
VA	Valor administrativo

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
2 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	30
2.1 O cenário da pesquisa	36
2.1.1 O município de Bauru	36
2.2 Perfil dos sujeitos pesquisados	44
2.2.1 Caracterização dos sujeitos	44
2.2.2 Características pessoais	45
2.2.3 Características profissionais	46
2.3 Os grupos de vulnerabilidade social no município de Bauru	48
2.4 A inserção do Serviço Social no município de Bauru e região	55
2.5 A realidade de Bauru em relação à política do meio ambiente e à sustentabilidade em áreas de proteção ambiental	60
3 POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO	78
3.1 Conceitos e valores fundamentais aos direitos socioambientais	85
3.2 Instrumentos para a realização dos direitos socioambientais	86
3.2.1 Algumas considerações sobre os direitos sociais no Brasil	89
3.2.2 A efetivação dos direitos sociais como centralidade do Serviço Social	93
4 MEIO AMBIENTE E A SUSTENTABILIDADE COMO UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO	100
4.1 Pesquisando alguns conceitos	100
4.2 Sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento	103
4.3 Questões ambientais no mundo e no Brasil: uma breve aproximação contextual	109
4.3.1 Desenvolvimento sustentável: enfim, novos paradigmas	117
4.3.2 Uma breve história: degradação ambiental	119
4.3.3 O posicionamento das empresas em relação ao meio ambiente e à sustentabilidade: um processo em construção	123

5 A PESQUISA: SUSTENTABILIDADE E SERVIÇO SOCIAL	133
5.1 Concepções dos sujeitos entrevistados sobre as políticas públicas ambientais no Brasil e no município de Bauru	134
5.2 Dinâmica das ações e práticas ambientais desenvolvidas no âmbito do município	136
5.3 Percepções dos gestores municipais	139
5.3.1 Sobre a política ambiental integrada às demais políticas sociais do município	139
5.3.2 Sobre suas contribuições no acompanhamento e preservação do planeta Terra	140
5.3.3 Sobre as contribuições e os papéis dos assistentes sociais no campo ambiental e sustentável	146
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	159
GLOSSÁRIO	166
APÊNDICES	173
ANEXOS	180

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É sabendo – e não crendo – que o homem consegue ver verdadeiramente, consciente do governo de sua vida, quer dizer, daquilo que pensa e faz.

A gestão ambiental e sustentável tomou conta da agenda política numa dimensão internacional, nacional, regional e local, com vistas a um redimensionamento na relação do homem com o meio ambiente – ou seja, no seu modo de vida no planeta Terra. Trata-se de uma temática em discussão constante, haja vista os impactos gerados na natureza, pelo desenvolvimento industrial e econômico, e a crise do mundo atual. Assim, o problema constitui-se uma preocupação de autoridades, organizações empresariais e ambientais, pela complexidade de suas várias facetas, que determinam a sobrevivência do ser humano na sociedade.

Nesse contexto, esta tese teve como objetivo investigar a relação do Serviço Social com a gestão ambiental e sustentável, no município de Bauru (SP). Buscou, também, contribuir com o processo de formação profissional do assistente social, articulando o Serviço Social com a política ambiental, com base na concepção de que o objetivo maior no exercício profissional é a efetivação dos direitos. Considerou, ainda, os avanços teóricos, políticos e metodológicos do Serviço Social, respaldando-se no projeto ético-político expresso no Código de Ética de 1993.

A escolha da temática *Serviço Social e sustentabilidade: novos paradigmas nas organizações empresariais e órgãos públicos representativos do município de Bauru* surgiu em razão da forte reestruturação do capital e do celerado processo de globalização, com seus aspectos impulsionantes, que geram profundas alterações na economia do país e, conseqüentemente, nas relações do Estado com a sociedade e com o mercado. Outro aspecto significativo é a degradação da área social no Brasil, decorrente do crescimento econômico acelerado, cujas conseqüências vêm tomando dimensões gigantescas: a violência, a marginalização, a fome, a miséria, a poluição, entre outras expressões sociais. Ressalte-se que esses aspectos, não serão aprofundados na presente tese, uma vez que este não é

o seu principal objetivo. Pretende-se, outrossim, analisar a relação do Serviço Social com a gestão ambiental e sustentável e os novos paradigmas¹.

Os novos paradigmas vêm se constituindo, numa visão de totalidade, sendo necessário que as pessoas passem a conhecer uma visão de mundo, das coisas, no sentido de um desenvolvimento contínuo, principalmente ao se falar da natureza do mundo, do meio ambiente e da sustentabilidade.

Outro aspecto de especial importância no processo de elaboração deste estudo foi a constatação da necessidade de valorizar ainda mais a profissão de Serviço Social no campo ambiental, uma vez que vários profissionais de outras áreas vêm desenvolvendo ações e práticas nessa área, algo que não ocorre com o assistente social, que carece conquistar esses espaços ocupacionais do cenário contemporâneo.

O Estado brasileiro privilegia e volta-se para o capital chamado empresarial, ficando em segundo plano, o social e o natural. Assim, o capitalismo toma conta dos valores e objetivos da sociedade e torna necessária a participação social dos cidadãos, para que se encontre uma nova forma de desenvolvimento; ou seja, o desenvolvimento sustentável, a educação para a cidadania e a sua democracia, que passaram a ser essenciais para a conquista da emancipação. Isso se reflete também, de forma direta, nas políticas sociais, que são a base de sustentação do Serviço Social como profissão. Esta perspectiva está presente no país e coloca o assistente social em um patamar de preocupações e reflexões constantes, uma vez que a profissão se movimenta na sociedade capitalista e tem a questão social, nos seus mais variados matizes, como matéria-prima da sua intervenção.

Desde a institucionalização do Serviço Social no Brasil, reconhece-se que a profissão se movimenta no seio da sociedade capitalista e tem seu grande avanço expresso no Código de Ética e na proposta de diretrizes curriculares da área de

¹ Neste estudo, a palavra paradigma foi usada, numa acepção precisa, baseada no livro de Thomas Kuhn, *The structure of scientific revolutions*: a palavra passou a significar as conclusões fundamentais a respeito da natureza do mundo, sobretudo em ciência. Kuhn afirmou ainda, com efeito, que um campo só é ciência depois de dispor de um paradigma. Além disso, uma revolução científica sempre ocorre quando há uma mudança de paradigma, quando o velho conjunto de idéias já não se sustenta e um pequeno grupo de cientistas desenvolve um novo paradigma, que todos reconhecem e usam, até que nova modificação se imponha (RAY; RINZLER, 1999, p. 17).

Serviço Social, ambos apoiados na luta pela consolidação da hegemonia² do projeto ético-político, envolvidos nos âmbitos do trabalho e formação universitária. Faz-se importante destacar os patamares dos avanços da profissão no contexto sócio-histórico.

A origem do Serviço Social como profissão está ligada ao capitalismo e ao conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes: alienação, contradição, antagonismo, pois foi nesse vasto caudal que ele foi produzido, desenvolvido (MARTINELLI, 1999, p. 24) e regulamentado pela Lei Federal 8.662/07, de junho de 1993. O seu surgimento se deu numa relação estreita com o ideário católico, em um contexto de expansão do mundo capitalista, na perspectiva de enfrentamento e regulação da chamada “questão social,” quando a intensidade e a extensão das suas manifestações, no cotidiano da vida social, adquiriram expressão política.

Desde o início, a profissão atendia as populações menos favorecidas, objetivando o suprimento de suas necessidades básicas sociais. A base confessional, na prática profissional, conferiu ao Serviço Social aspectos para sua legitimação perante a sociedade, bem como propiciou o surgimento de grandes instituições, tais como o Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938; a Legião Brasileira de Assistência, em 1940; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; em 1942, o Serviço Social da Indústria, o Serviço Social do Comércio e a Fundação Leão XIII, em 1946. Assim, ampliou-se o mercado de trabalho para os profissionais, permitindo à profissão romper com suas origens confessionais e transformar-se numa atividade institucionalizada.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, já se identificava um esforço, por parte da categoria profissional, em buscar uma nova identidade (SILVA E SILVA, 2006, p. 26). A profissão passou a ter uma presença no projeto de desenvolvimento nacional quando, na década de 1950, a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais se empenharam em sistematizar e divulgar o *Desenvolvimento de Comunidade* como estratégia de integrar os esforços da população aos planos nacional e regional de desenvolvimento. É nesse período

² Hegemonia: o termo é aqui utilizado no sentido formulado por Antônio Gramsci, marxista italiano que deu pleno desenvolvimento ao conceito de hegemonia. Para ele, uma classe mantém seu domínio não simplesmente por meio de coerção, localizada na sociedade política, mas, por ser capaz de ir além, tornando gerais seus interesses particulares, na sociedade civil, exercendo uma liderança intelectual e moral, que constitui uma base social de consentimento ao seu projeto político-econômico. A textura da hegemonia é tecida pelos intelectuais, ou seja, todos aqueles que têm um papel organizador na sociedade (BOTTOMORE, 1988 p. 177).

que se inicia o desenvolvimento de uma perspectiva crítica do Serviço Social tradicional.

O desenvolvimento dessa perspectiva, no Brasil, deu-se no período de 1961 a 1964, quando setores da categoria profissional dos assistentes sociais esboçaram algumas tentativas de novas experiências, comprometendo-se com as classes subalternas (SILVA E SILVA, 2006, p. 2). A situação política do país, naquela época, foi marcada por posições de diferentes forças atuantes na sociedade, principalmente a manifestação de militares contra o governo de João Goulart, que resultou no golpe militar que daria início à ditadura militar no país.

Nesse contexto, o Serviço Social viu-se polarizado entre as demandas contraditórias do poder e da população. Com isso, redefiniu-se as relações entre o capital monopolista internacional e as nações denominadas “periféricas” do sistema capitalista. Estas redefinições nas relações se processaram no Estado, nas instituições e nas profissões de modo geral, e entre elas, no Serviço Social; enfim, na sociedade brasileira pós-1964. Essa renovação da profissão deu-se em um contexto de crise do regime ditatorial, instaurado em 1964, e de lutas pela democratização da sociedade brasileira.

No decorrer da década, ou seja, em 1965, o Código de Ética foi reformulado, porém, os valores e fundamentos continuavam com um cunho conservador, acrítico sobre as relações sociais que deram respaldo à profissão. O Código de Ética era essencialmente corporativo, adequando o aparato legal à prática profissional. Ressalte-se que o aspecto positivo do Código de Ética de 1965 era o tratamento dado ao Serviço Social: o de uma profissão liberal, de natureza técnico-científica, e não mais o de uma atividade humanista. No pós-1964, o Serviço Social, com a vertente modernizadora, atualizou a sua herança conservadora por meio de novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora.

Poder-se-ia dizer que o denominado *Movimento de Reconceituação do Serviço Social*, no decorrer dessa mesma década, foi pautado nas experiências, derivadas dos processos desenvolvimentistas-populistas, em diferentes países da América Latina, especificamente no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai. Este movimento se deu de forma heterogênea, já que diferentes situações políticas, econômicas, sociais e culturais caracterizaram cada sociedade latino-americana. Assim, ocorreu um determinado nível de desenvolvimento da consciência de classe.

O grande marco teórico desenvolvido pelo Movimento de Reconceituação foi a contestação do Serviço Social importado, com práticas ajustadoras e assistencialistas, adotando uma neutralidade científica.

Com a institucionalização do Estado de Segurança Nacional e diante das novas mudanças na implementação de políticas no campo social, a profissão construiu uma nova direção social no meio acadêmico e profissional, com práticas inspiradas no marxismo, no final da década de 1970, com influências althusserianas. Nesse momento, a profissão se posicionou de forma sociopolítica, questionando o próprio fazer profissional e seus objetivos (ainda centrados na busca de adaptação social), porém, com aproximações aos movimentos sociais. Assim se inicia a ruptura com o Serviço Social tradicional.

A partir da década de 1980, intensifica-se a incorporação das idéias de Gramsci nos meios acadêmicos, especialmente nos cursos de pós-graduação, o que possibilitou a utilização de categorias gramscianas, como Estado “ampliado”, intelectuais orgânicos, práxis, hegemonia, entre outras, no desenvolvimento de importantes pesquisas acadêmicas. Foi, também, nessa época, que a reflexão sobre o Serviço Social sofreu uma mudança significativa.

Nos anos 1980, o Serviço Social passou a apropriar-se – além de Marx – também do pensamento de outros autores, como por exemplo, Antonio Gramsci, cujos pensamentos passaram a permear as produções científicas. Os assistentes sociais começam a ter sua bibliografia própria, impulsionada pela expansão da pós-graduação, de cursos de mestrado e doutorado, iniciados na década de 1970. É importante lembrar que foi também nesse período que o Serviço Social ganhou espaço, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como área de pesquisa.

Quanto ao momento econômico-político vivido pelo país em meados dos anos 1980, Silva e Silva (2006, p.44) escreveu:

Na segunda metade dos anos 80, vive-se uma conjuntura marcada pela manifestação de sinais de falência do padrão do Estado intervencionista e lançamento das bases de minimização do Estado, assumindo como novo padrão nos anos 90. A manifestação mais evidente desta crise estrutural se expressa pela profunda e prolongada crise econômico-político-social, sendo, neste contexto cada vez mais evidentes as contradições da proposta modernizadora do Serviço Social.

Conforme pontuou Simionatto (1999, p. 186), no V e no VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizados em 1985 e 1989, observou-se, no temário das conferências e das teses apresentadas, um constante recurso ao pensamento gramsciano, na análise da realidade socioeconômica e política do país, com ênfase nas questões de Política Social, em seus diferentes desdobramentos: habitação, saúde, previdência e assistência, movimentos sociais do campo e da área urbana, bem como, reflexões a respeito da dimensão política da práxis profissional do assistente social na realidade brasileira. Ainda a mesma autora afirmou “O pensamento gramsciano apresenta-se como mais um caminho (e não o único), que possibilita repensar as contradições e desafios postos pela ordem capitalista” (p. 259).

Neste sentido, buscou-se as elucidações de Martinelli (1998, p.147) :

É indispensável assumir de imediato que tal ruptura depende fundamentalmente dos próprios agentes institucionais em suas práticas concretas com as classes sociais e não somente das instituições.

O Serviço Social brasileiro, como profissão, hoje com 70 anos, é tido como uma área nova em relação às demais profissões interventivas. Porém, vale ressaltar que o grande marco teórico-metodológico que se denominou de Movimento de Reconceituação completou 40 anos recentemente. Nessa trajetória, houve inúmeros impasses no âmbito da intervenção profissional, em especial na década de 80. Esse processo teve relevante representatividade nos conteúdos dos cursos de graduação. Torna-se fundamental destacar a promulgação, em 1988, da Constituição Federal, em que a assistência social passou a ser redesenhada, elevando-se à categoria de política de proteção social, não contributiva, um direito do cidadão e um dever do Estado. Posteriormente, maximizaram-se a participação e intervenção dos assistentes sociais, por meio dos órgãos representativos da categoria, na construção da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 7 de dezembro de 1993, e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 806, de 13 de julho de 1990. Ambos ampliaram as demandas profissionais para posições de planejamento, gestão de políticas e, também, na inserção de fóruns e conselhos de direitos e políticas sociais.

A esse respeito, disse Yazbek (1999, p. 25):

É inegável que o campo próprio de trabalho do Serviço Social encontra-se na administração e execução de ações de assistência social, uma mediação fundamental. O assistente social é o profissional da assistência social que constitui, portanto, uma referência fundamental para pensar um projeto profissional voltado aos interesses das classes subalternas em nossa sociedade.

É num contexto de globalização mundial, sob a predominância do capital, em que a demanda de trabalho é reduzida, fazendo com que a exclusão social, econômica, política e cultural siga uma linha crescente, que o Serviço Social se afirma na contemporaneidade. E é nesse cenário que as novas condições de trabalho do assistente social são moldadas, redimensionando a profissão.

No tocante às direções desse processo, Freire (2003, p.53) afirmou:

Assim, de um lado, o atual momento revela a desestruturação social causada pela reestruturação produtiva no Brasil, no desemprego e na precarização das condições da força de trabalho, nos direitos sociais, na saúde dos trabalhadores e em sua capacidade de luta. De outro lado, porém, os novos desafios desencadeiam novos projetos, reincorporando e rearticulando as questões, teórica e politicamente, na direção da proteção ambiental exterior ao local de trabalho e a ecologia humana, em um caminho oposto à fragmentação atual do movimento político do trabalhador.

A realidade estrutural, vivenciada hoje, provoca inquietações e questionamentos sobre o espaço ocupacional do Serviço Social, representado pelos vários campos na realidade social. Portanto, a apropriação de conhecimentos sobre a gestão ambiental e sustentável, na prática profissional do assistente social, torna-se necessária e desafiadora uma vez que a temática está presente no cenário societário, requerendo a preocupação de todos – autoridades, organizações empresariais e profissionais de várias áreas – e exigindo investigação, pois se trata de uma política social preconizada pela Constituição Federal de 1988.

Segundo Martinelli, Rodrigues e Muchail (2001, p. 138):

As circunstâncias históricas trouxeram a ruptura da alienação, que colocava para aqueles que vivenciaram tal processo uma tarefa inadiável: negar o aparente, o instituído, o fixado pelo uso, rompendo, enfim, com o desenvolvimento dos produtos danosos da reificação.

Nessa mesma linha de pensamento, os autores destacaram que:

No curso dessa ação a consciência vai fazendo novas interpretações do real, desvendando a cada passo os seus nexos de articulação, desmascarando as relações de exploração que encobriram as verdadeiras relações histórico-sociais. A própria consciência vai transformando-se ao longo desse processo, tornando-se consciência social, consciência política, consciência crítica, produto e condição material dos agentes.

Reafirmando as concepções da autora e também as contribuições de Ciampa (1984), para quem a identidade se constrói na perspectiva materialista-dialética, torna-se necessário captar os significados implícitos e considerar o jogo das aparências; a preocupação é com o que se oculta, fundamentalmente, com o que se mostra velado.

O Serviço Social caracteriza-se como uma intervenção técnica, que presta serviços às populações menos favorecidas e que possui como principal objetivo a mediação³ dos direitos sociais, no intuito de inclusão social, portanto, do acesso à cidadania, facilitando, assim, a efetivação desses direitos. Considerando as inúmeras transformações no mundo e na sociedade brasileira, torna-se desafiador e provocativo pesquisar seu significado social nas áreas de intervenção e sua visibilidade quanto à sustentabilidade e à justiça social. É inegável que atualmente presencia-se uma crise política que tem ampla repercussão na vida de todos os cidadãos brasileiros.

Da mesma forma, é necessário repensar a questão do significado social da profissão. Nesse movimento, Iamamoto (1995, p.13) afirmou que:

...detectar aí as demandas e exigências de reformulações no modo de ser do Serviço Social, de seu modo de atuar e de pensar – de maneira a assegurar sua própria necessidade social nesses novos tempos. Assim, repensar o Serviço Social na contemporaneidade da sociedade brasileira é buscar apreender o significado social da profissão no marco das relações entre as classes sociais, no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade civil postas pelo novo patamar do desenvolvimento da acumulação do capital, que vem implicando profundas alterações na divisão internacional do trabalho.

³ Mediações: "...são expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e, conseqüentemente, das relações sociais daí decorrentes nas várias formações sócio-históricas que a história registrou. A mediação funciona como condutos por onde fluem as relações entre as várias instâncias da realidade; são elas que possibilitam conceber-se a realidade como totalidade" (PONTES, 1995, p. 78).

Faz-se mister refletir e pensar a profissão num movimento dinâmico, com ênfase em sua dimensão ético-política, momento no qual se evidenciam as manifestações históricas, as transformações nos processos societários globais e as implicações para o Serviço Social. É de fundamental relevância um novo olhar, um novo acreditar, identificando-se os novos cenários, novos sujeitos políticos, novas demandas e novos caminhos para repensar as intervenções, num processo de construção e reconstrução da prática profissional no contexto contemporâneo. Portanto, a profissão deve contribuir no desenvolvimento de ações que são requisitadas como demandas emergentes. Por isso, nesta tese, buscou-se a relação da profissão de Serviço Social com a gestão ambiental⁴ e sustentável⁵, numa perspectiva de acesso e efetivação dos direitos, nas organizações empresariais e órgãos públicos municipais representativos da cidade de Bauru, tendo em vista o acesso e efetivação dos direitos socioambientais diante da população que atende.

A questão ambiental e sustentável constitui, hoje, um chamamento global e local dos governos do mundo todo, empresas, instituições, autarquias e de todas as pessoas, com o intuito de ajudar a proteger o meio ambiente, do qual o homem necessita para garantir a sua própria sobrevivência. Isso não é por acaso, mas em razão das degradações que vêm se arrastando ao longo das décadas e que, por sua vez, envolvem o homem e o espaço que ele ocupa.

Considerando-se que, de fato, o homem está ameaçando a sustentabilidade do planeta, bem como a nova ênfase dada aos princípios sociopolíticos do Serviço Social relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade, é fundamental incorporar a dimensão social na intervenção do assistente social e nas diferentes políticas sociais.

⁴ Gestão ambiental é aqui definida por Natálio Kisnerman (1998, p. 197), no livro *Pensar el trabajo social*, em seu capítulo *Trabajo social y gestion ambiental*: gestão ambiental como uma dimensão teórico-metodológica e crítica operativa, que partindo do conhecimento e da análise da atual situação do mercado, no qual alguns atores estabelecem diferentes processos de uso dos recursos urbanos, permita impor um grau alternativo de racionalidade.

⁵ Sustentabilidade é aqui entendida de acordo com a agenda 21, na qual consta que “sustentabilidade” provém das ciências da vida, da ecologia e da biologia. A sustentabilidade significa que no processo evolucionário e na dinâmica da natureza, vigoram interdependências, redes de relações inclusivas, mutualidades e lógicas de cooperação que permitem que todos os seres convivam, co-evoluam e se ajudem mutuamente para manterem-se vivos e garantir a biodiversidade. A sustentabilidade vive do equilíbrio dinâmico, aberto a novas incorporações, e da capacidade de transformar o caos gerador de novas ordens (PRIGOGINE, 2006 apud GLOBAL, 2006, p.5-6).

A necessidade de implementar políticas públicas orientadas para tornar as cidades social e ambientalmente sustentáveis, representa a possibilidade de garantir mudanças socioinstitucionais que não comprometam os sistemas ecológico e social, nos quais se sustentam as comunidades urbanas. É cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação, de um cenário urbano crescentemente ameaçado e diretamente afetado por riscos e agravos socioambientais (BRANCO, 1988).

Cabe ressaltar a análise de Leff (2003): a questão ecológica irrompe no cenário político, científico e educativo como um dos problemas mais importantes atualmente. A educação ambiental tem ocupado, cada vez mais, os espaços de reflexão e de atuação para compreender as mudanças globais que ocorrem no momento atual e para preparar novas mentalidades e habilidades, capazes de resolver os problemas ambientais, abrindo o caminho para um futuro sustentável, eqüitativo e democrático.

Dessa forma, a educação ambiental é um processo social que envolve o homem no âmbito da sociedade e da natureza, mas, é também um campo necessariamente de compromissos e responsabilidades do Estado. Assim, a política do meio ambiente, como política social, se dá no cenário contraditório de lutas de classe, entre o rico e pobre, já que o desequilíbrio ambiental expressa desigualdade social, na complexidade que tece os vários projetos societários existentes. Portanto, a luta pelas condições de um meio ambiente saudável e sustentável, constitui-se um direito garantido constitucionalmente.

A legislação brasileira, em seu artigo 225, garante o direito do cidadão ao meio ambiente sadio. O meio ambiente é público, de uso comum.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nessa perspectiva, a política do meio ambiente está especialmente focada nas cidades social e ambientalmente sustentáveis, que são cenários contraditórios de embates entre as diferentes visões de mundo e de natureza existentes na sociedade, visto que reúnem diferentes grupos sociais de cultura, valores, comportamentos adversos e relações de poder. Esses aspectos se

traduzem no espaço sócio-ocupacional do assistente social, na consolidação do projeto ético-político profissional, que reconhece a liberdade como valor central.

Sobre essa reflexão, Iamamoto (2000, p. 141) afirmou:

...liberdade como valor ético central, a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, além da eliminação de todas as formas de preconceito, afirmando-se os direitos à participação dos grupos socialmente discriminados e o respeito às diferenças, efetivando-se assim o projeto ético político profissional. Consequentemente, o projeto profissional está vinculado a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.

É importante destacar a afirmação de Paulo Netto (1999, p.81): “A emergência e desdobramento das temáticas ambientais reflete a historicidade a que o projeto ético-político do Serviço Social está submetido.”

Nesse sentido, o significado sócio-histórico da inserção do Serviço Social nas políticas sociais vincula-se ao arcabouço teórico e político da profissão, podendo assim, contribuir com a população na luta que se trava, e constitui a política ambiental para o acesso e efetivação dos direitos socioambientais. Portanto, trata-se de um tema totalmente inovador, criativo, e que contribuirá na formação acadêmica dos futuros assistentes sociais, bem como no exercício profissional, visto que, no Serviço Social, há praticamente uma ausência de produção sobre a temática.

Dessa forma, o presente estudo irá trazer uma contribuição para o próprio município e para a Faculdade de Serviço Social de Bauru, bem como aos docentes responsáveis pela formação profissional de assistentes sociais.

Nesse contexto, o presente estudo é fruto de inúmeros esforços e empenho desta pesquisadora, uma vez que o tema é complexo e está em discussão, porém, até então, a pesquisadora não havia desenvolvido um trabalho no campo, o que exigiu muito estudo e uma leitura atenta e reflexiva durante todo o percurso.

Assim, o objeto de estudo desta tese foi a profissão de Serviço Social e sua interlocução com a gestão ambiental e sustentável, numa perspectiva de efetivação dos direitos, nos órgãos públicos representativos das áreas de proteção ambiental e nas organizações empresariais da cidade de Bauru, tendo em vista o acesso aos direitos socioambientais.

Como hipótese de estudo afirmou-se: a profissão de Serviço Social é de natureza técnica, interventiva, educativa, investigativa e inserida na divisão

sociotécnica do trabalho. O profissional de Serviço Social possui uma bagagem teórico-metodológica e ético-política, aliada a uma prática de mediações, que o capacitam para o acesso e efetivação dos direitos sociais da população que necessita dos seus serviços. Particularmente, na gestão ambiental e sustentável, a contribuição do Serviço Social volta-se para o compromisso pessoal e profissional, na vivência e experiência, disseminando valores, atitudes e comportamentos sustentáveis. Nesta ótica, cabe ao assistente social pensar a educação ambiental, apropriando-se de conhecimentos relacionados a ela, participar nos Conselhos correlatos e elaborar políticas sociais com vistas à garantia dos direitos socioambientais dos cidadãos. Portanto, a questão da sustentabilidade configura-se, na prática profissional, não só como uma demanda emergente e urgente, mas como uma realidade posta, que atinge diretamente o cotidiano profissional.

Esta tese teve por objetivo geral conhecer e analisar como a profissão de Serviço Social se relaciona com a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável nas organizações empresariais e órgãos municipais representativos das áreas de proteção ambiental do município de Bauru, tendo em vista o acesso e efetivação dos direitos socioambientais.

Teve também como objetivos específicos: conhecer e analisar como os assistentes sociais estão se inserindo nos espaços sócio-ocupacionais postos pela política ambiental do município de Bauru; verificar como os assistentes sociais estão se apropriando dos espaços expressos na política ambiental, por meio dos órgãos representativos que constituem as áreas de proteção ambiental da cidade de Bauru; conhecer e analisar as ações e interlocuções do Serviço Social, na questão ambiental e de sustentabilidade, na elaboração e participação de políticas públicas, verificando se ele garante a efetivação dos direitos socioambientais no âmbito das organizações empresariais e órgãos representativos no município de Bauru.

O presente estudo foi fundamentado em ampla pesquisa bibliográfica, que subsidiou e elencou os elementos para desenvolver a análise dos dados.

Nesse sentido, o item intitulado *O processo metodológico da pesquisa*, teve como objetivos: ^{a)} descrever a trajetória percorrida na construção da pesquisa, articulando, numa dimensão de totalidade, o cenário, situando o município de Bauru, sua abrangência nos campos da economia, educação, urbanização e a inserção da profissão de Serviço Social; e, em seguida, ^{b)} o perfil dos sujeitos entrevistados, em relação às suas características pessoais e profissionais.

O item seguinte, por meio de algumas aproximações, apresenta a política ambiental brasileira e a sua relação com o Serviço Social, os direitos sociais no Brasil, os direitos socioambientais e seus instrumentos e, por fim, a efetividade desses direitos como centralidade do Serviço Social.

A pesquisa ainda abordou a questão do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, focalizando o âmbito da problemática ambiental e do entendimento conceitual de desenvolvimento sustentável, enfatizando, de forma sumária, as questões ambientais no mundo e no Brasil e ainda a presença da temática, com destaque às organizações empresariais na gestão ambiental, empresarial e sustentabilidade: novos paradigmas em construção.

O item *Sustentabilidade e Serviço Social* aponta as percepções dos gestores municipais e a relação da profissão de Serviço Social com a gestão ambiental e sustentável, bem como a percepção dos gestores a respeito das políticas públicas no Brasil e no município de Bauru.

O último item refere-se às *Considerações Finais*, revelando, por aproximações sucessivas, as possibilidades de inserção do Serviço Social na gestão ambiental e sustentável.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Inicialmente, o processo investigativo desta tese foi desenvolvido pela pesquisa bibliográfica, enfocando o Serviço Social como profissão que lida com os direitos dos povos e a relação desta com a questão ambiental e sustentável, no conjunto das demais profissões.

Nesse sentido, Martinelli (2003, p. 12) destacou que:

a prática é uma construção coletiva (...) o construtor da prática não é apenas o profissional que a realiza, mas sim o conjunto de sujeitos que, articuladamente com o assistente social, dão vida e concretude à prática (...) o centro de referência da nossa prática não é apenas o profissional que a realiza, mas também os sujeitos que constroem conosco.

Optou-se pela metodologia de pesquisa de natureza qualitativa, considerando-se que, com base na descrição dos fenômenos, buscava-se “...as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana” (TRIVINOS, 1992, p.192).

Neste sentido, Martinelli (2005, p.3) complementou que, a pesquisa qualitativa,

desvenda os contextos, os acontecimentos, a relação de forças, os atores e a articulação desses entre a estrutura, a conjuntura e o cotidiano, desvendando o significado social da profissão e, especialmente, a sua participação e contribuição na efetivação também dos direitos sociais.

Nesta pesquisa, tomou-se como referência as temáticas da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável, relacionando-as com as demandas emergentes colocadas ao trabalho dos assistentes sociais, na concepção dos sujeitos, considerando-se seu contexto de forma a compreender os dados subjetivos e objetivos, relacionando conceitos, valores, opiniões, significados e visibilidade da profissão de Serviço Social neste campo temático.

Como o método é sempre uma relação entre o sujeito e o objeto, a escolha da metodologia de pesquisa e do instrumental adequado decorre de um posicionamento bastante consciente do pesquisador (MARTINELLI, 1994), pois é preciso que ele se identifique com suas características peculiares, alcance e possibilidades. A análise dos dados empíricos depende, pois, da perspectiva metodológica do pesquisador.

Segundo Carone (1984), é indispensável começar do empírico: a reflexão teórica vai ser fundamental para apanhar o concreto, do contrário não se sai do empírico. Assim, o empírico tem que se converter em concreto e o concreto em múltiplas determinações, não causais, mas, categoriais. Portanto, utilizou-se o método dialético, pois ele revela a realidade concreta do grupo pesquisado, como referenciou Minayo (1994, p. 24-25) :

... a abordagem dialética se propõe abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior do sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. A dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Dessa forma, considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam.

Para Castro (2005), o materialismo dialético encontra estreita vinculação com a concepção de homem e de mundo e a trajetória profissional do assistente social. Essa perspectiva possibilita explicitar a realidade da incorporação e articulação do conhecimento construído no curso de Serviço Social e, ainda, a sua conversão em saberes para o exercício profissional.

Na avaliação de Martinelli (1994, p.143),

os dados na pesquisa qualitativa se dão em contexto fluente de relações. São colhidos interativamente em um processo de ida e vinda e interação com os sujeitos. Assim um dado muito importante é que a pesquisa qualitativa nunca é feita apenas para o pesquisador seu sentido é social, portanto deve retornar ao sujeito.

Há, portanto, que se definir estratégias, que permitam usar o que existe de bom, minimizando o que possa significar esvaziamento e fragmentação dos

objetos.

Neste sentido, Martinelli (2003, p. 24) recomendou:

Um outro recurso metodológico extremamente valioso é que trabalhamos com a concepção de sujeito coletivo, no sentido de que aquela que está sendo convidada para participar da pesquisa tem uma referência grupal, expressando de forma típica o conjunto de vivências de seu grupo. O importante, nesse contexto, não é número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa.

Este processo investigativo foi desenvolvido em cinco momentos de interação teórica e empírica, constituindo-se a base desta pesquisa e subsidiando a trajetória metodológica, que se descreve a seguir.

No primeiro momento foram desenvolvidas leituras teóricas, a fim de constatar o que se tem produzido a respeito do tema, correlacionando-as com a pesquisa empírica. Nas produções sobre a profissão de Serviço Social destaca-se os autores: Martinelli (1994; 1999; 2004; 2006), Iamamoto (1997; 1998; 1999; 2000), Yazbek (1999; 2000; 2002; 2005), Paulo Netto (1999; 2005), Martinelli, Rodrigues e Muchail (2001) e Silva e Silva (2006). As referências teóricas sobre a conceituação dos direitos sociais e direitos socioambientais, bem como a política ambiental brasileira e as legislações vigentes tiveram por base os autores: Bussinger (1997), Coutinho (2000), Vieira (2001), Lima (2002), Benatti (2003), Couto (2004) e a Constituição Federal de 1988.

Ao analisar-se as produções bibliográficas supracitadas, observou-se que a temática em estudo era complexa, polifacetada e discutida, por inúmeras áreas do conhecimento, de forma ampla e contínua. Cada vez mais, esse é um tema que vem despertando o interesse e a necessidade de apropriação de conhecimentos, uma vez que se trata dos rumos da natureza e da sobrevivência do homem na sociedade.

Ainda como fonte de coleta dos dados empíricos, foram pesquisadas as fontes primárias, particularmente, periódicos publicados por organismos oficiais da cidade de Bauru, realizando-se um levantamento das leis, decretos, legislações, resoluções, portarias, ordens de serviços e outras normalizações sobre o meio ambiente e a sustentabilidade, no desenvolvimento das ações em âmbito municipal.

No **segundo momento** da pesquisa, estabeleceu-se contato pessoal com os membros do Conselho Gestor das áreas de Proteção Ambiental do município de

Bauru¹², com a finalidade de obterem-se informações que viabilizassem a pesquisa de campo. Primeiramente, foi necessário participar da reunião extraordinária desse Conselho, realizada no dia 28 de novembro de 2008, na sede da polícia ambiental, onde a pesquisadora teve a oportunidade de expor o objeto e os objetivos desta pesquisa. Após esclarecimentos, os próprios conselheiros sugeriram que fosse passada uma lista entre os presentes, com nome, telefone e e-mail, para que contatos posteriores fossem realizados.

De posse dos endereços, procedeu-se aos contatos telefônicos e por meio eletrônico, agendando-se os dias, horários e local para a realização da pesquisa com os diferentes sujeitos. Vale ressaltar que o Conselho Gestor é composto por 15 titulares e 15 suplentes, totalizando 30 membros. Desse total, 12 membros estiveram presentes na reunião supracitada e, entre estes, foram entrevistados seis conselheiros, representando assim 50% dos membros presentes.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, entendeu-se que é um percentual significativo para levantar as categorias de análise e relacioná-las com o objeto e a pesquisa bibliográfica, com vistas à interpretação e homologação da tese.

Posteriormente, no **terceiro momento**, foi realizada a pesquisa propriamente dita, ou seja, com os sujeitos que aceitaram participar.

Para a efetivação da pesquisa de campo fez-se necessário, primeiramente, um contato telefônico com todos os gestores municipais, solicitando a sua contribuição.

As entrevistas (Apêndice A) foram realizadas no próprio local de trabalho dos sujeitos, evidenciando-se sua receptividade e interesse em contribuir com a pesquisadora no processo investigativo. A duração da aplicação do instrumental (entrevista semiestruturada) foi de aproximadamente cinquenta minutos cada uma, no período de novembro de 2008 a março de 2009. Fez-se uso do gravador e as falas gravadas foram, posteriormente, transcritas na íntegra, tomando-se todo o cuidado necessário para a não-fragmentação do conteúdo registrado.

¹² Portaria nº 46, de 05 de setembro de 2008, conforme Art. 2º (Anexo 6). É aqui destacada por tratar da criação e redefinição do “Conselho Gestor das áreas de Proteção Ambiental Municipal”, o qual é responsável pela elaboração dos Planos de Manejo e regulamentação das áreas de proteção ambiental criadas no município.

...a entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador (MINAYO, 2000, p.114)

Ressalte-se ainda que, como as entrevistas foram gravadas, foi preciso obter o consentimento dos entrevistados (Apêndice B), contribuindo para o registro fidedigno das falas.

Conforme Queiroz (1991, p. 88), a transcrição das falas constitui-se em momentos significativo no processo de pesquisa, afirmando que:

Transcrever significa, assim, uma nova experiência da pesquisa, um novo passo em que todo o processamento dela é retomado, com seus envolvimento e emoções, o que leva a aprofundar o significado de certos termos utilizados pelo informante, de certas histórias que em determinado momento foram contadas.

O **quarto momento** constituiu-se o segundo campo empírico da coleta de dados, realizando-se um levantamento de dados junto às organizações empresariais que se inseriam no campo temático da pesquisa, a questão ambiental. Essas organizações localizam-se nos Distritos Industriais I e II, da cidade de Bauru, e para ter acesso a essas empresas foi preciso percorrer um caminho com muitas dificuldades a fim de viabilizar a coleta de dados, conforme apresenta-se a seguir.

Após a seleção das empresas que poderiam fazer parte do segundo campo empírico, durante o mês de dezembro de 2008, foi enviada uma carta de apresentação e o formulário de pesquisa (Apêndice C), por meio eletrônico, endereçados aos gestores ambientais das empresas, solicitando autorização para pesquisá-las e para agendar visitas. Lamentavelmente, nenhuma das empresas respondeu ao e-mail enviado.

Desta forma, entendeu-se que seria necessário estabelecer contato com algum órgão representativo das organizações empresariais do município, ocasião em que foi elaborada uma carta (Apêndice D) ao presidente do CIESP de Bauru, apresentando o tema e o universo, bem como as dificuldades até então encontradas no acesso às empresas, para o desenvolvimento e aplicação da pesquisa de campo.

No prazo de dois dias houve o retorno à solicitação e o presidente orientou para a participação de uma reunião no dia 18/02/09, nas dependências do

Senai-Bauru, às 9 horas, uma vez que na referida reunião estariam presentes os representantes das empresas escolhidas.

Na reunião, os representantes das respectivas empresas na área de produção/engenharia foram contatados e mostraram-se receptivos ao objeto de pesquisa, porém, relataram não estar aptos a responder as questões relacionadas à pesquisa. Prontificaram-se em passar os endereços eletrônicos e os telefones, a fim de viabilizar um contato posterior com os gestores ambientais de suas respectivas empresas.

De posse da relação dos contatos, foi enviada uma carta (Apêndice E) aos gestores ambientais, solicitando sua contribuição e o preenchimento do formulário com questões abertas (Apêndice F) que foi enviado anexo.

Ressalte-se que, entre as quatro empresas que fabricam baterias automotivas, instaladas nos Distritos Industriais I e II, da cidade de Bauru, apenas uma empresa aceitou participar da pesquisa. As falas desse sujeito foram inseridas no corpo dos textos que abordam as seguintes temáticas: o desenvolvimento sustentável e novos paradigmas, o posicionamento das empresas em relação ao meio ambiente e à sustentabilidade – um processo em construção. As demais empresas, ou seja, três empresas, não responderam à carta e ao questionário de pesquisa enviados.

O **quinto momento** constituiu-se da análise do material empírico levantado na pesquisa de campo, fundamentada no referencial teórico pesquisado e na compilação dos dados obtidos, que por meio de mediações, contemplou a elaboração do texto por aproximações sucessivas apresentado na construção dos itens desta tese.

De acordo com Ferreira (1975, p. 919), na sua origem, a palavra “método” significa “caminho para chegar a um fim”, é também “um caminho através do qual se chega aos resultados de uma pesquisa, constituindo em modo de proceder, uma maneira de agir”.

Em outras palavras, a análise do material possui três finalidades complementares dentro da proposta de investigação social:

- a) a primeira é heurística, isto é, insere-se no contexto de descobertas da pesquisa. Propõe-se a uma atitude de busca, com base no próprio material coletado;

- b) a segunda é de “administração de provas”. Embasa-se em hipóteses provisórias, informa-as ou as confirma e levanta outras;
- c) a terceira é a de ampliar a compreensão de contextos culturais com significações que ultrapassam o nível espontâneo das mensagens.

As reflexões e relações construídas na tríade gestão ambiental, sustentabilidade e Serviço Social no município de Bauru, pautaram-se, primeiramente, em observações e inquietações advindas das políticas públicas focadas na temática ambiental e das ações e práticas que estão sendo desenvolvidas na esfera pública municipal e na esfera privada, especificamente, nesta tese, os membros do Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental Municipais (APAS) e as organizações empresariais localizadas nos Distritos Industriais I e II.

Objetivando um aprofundamento do estudo, especialmente porque na localidade foi implantado o Projeto Ambiental “Município Verde”, verificou-se que além das estratégias elencadas e discutidas recentemente, está a criação de novas unidades de conservação, a implantação do plano de manejo das unidades já existentes, a formação de corredores ecológicos mediante a recuperação das matas ciliares e pesquisas científicas para identificação da fauna e da flora. Assim, pelas peculiaridades dos recursos naturais no processo de desenvolvimento local, bem como pela proximidade e acessibilidade da pesquisadora, a cidade de Bauru foi escolhida para a realização do levantamento bibliográfico e coleta dos dados empíricos.

A seguir, será descrito um panorama do município de Bauru, cenário da pesquisa, com destaque a sua abrangência nos campos da educação, economia, urbanização e a inserção do Serviço Social no município.

2.1 O cenário da pesquisa

2.1.1 O município de Bauru

Para delimitar o espaço geográfico da pesquisa de campo, optou-se pelo município de Bauru, Estado de São Paulo. Esta cidade está localizada na região

Centro-Oeste Paulista, cuja população atual aproxima-se de 357,7 mil habitantes, segundo projeções da Fundação Seade. Foi fundada em 1896, e está a uma altitude de 526 m; é hoje centro de um território de 674 km². Sua densidade demográfica é de 516,2 hab./km² (98,22% de urbanização) e é um dos 39 (trinta e nove) municípios que se estendem por cerca de 6,5% do território paulista, caracterizando-se como um município de grande porte (SEADE, 2004). O lema da cidade, presente em seu brasão, é a frase em latim "*Custos vigilat*", que em português significa "Sentinela alerta".

Nos indicadores da economia do Produto Interno Bruto (PIB), a participação (em milhões de reais correntes), em 2005, foi de 4.092,18 representando 7.591 e o PIB per capita (em reais correntes), em 2005, foi de 11.675,54 correspondendo 12.780, e na participação no PIB do Estado, em 2005, 0,562845 representando 1,0441 (SEADE, 2007).

Destaca-se, entre os principais fatores de desenvolvimento do município, sua localização privilegiada; é importante sede da 7ª Região Administrativa. Em 1906, o município foi escolhido como ponto de partida da Ferrovia Noroeste do Brasil, ligando Bauru a Corumbá e à Bolívia. Somou à vocação ferroviária, o complemento de importantes rodovias estaduais e da Hidrovia Tietê-Paraná, usufruindo todas as vantagens que essa situação acarreta: facilidade de escoamento de safras, movimento industrial e comercial e um consequente fortalecimento do setor de serviços.

Na primeira metade do século XX, tornou-se o principal pólo econômico da vasta região compreendida pelo Oeste Paulista, Norte do Paraná e Mato Grosso do Sul; e, nas primeiras décadas do mesmo século, recebeu levas de imigrantes de várias partes do mundo, com destaque para os italianos, espanhóis, portugueses e japoneses. Devido o entroncamento rodoviário no qual se situa, fez atrair ainda imigrantes sírios, libaneses, alemães, franceses, chineses e judeus de diversas nacionalidades. Mais recentemente, passou a receber bolivianos, argentinos, chilenos, palestinos e norte-americanos, tornando-se uma das cidades mais cosmopolita do interior paulista.

Entre 1970 e o início do século XXI, a decadência da ferrovia, aliada ao crescimento de cidades como Marília, Presidente Prudente e Araçatuba, levaram a uma redução do crescimento econômico da cidade. Porém, a existência de um forte setor de serviços, a presença de universidades e a localização privilegiada, em um

grande entroncamento rodo-ferroviário, fazem com que Bauru ainda seja o principal pólo econômico do Oeste Paulista.

De acordo com a pesquisa *Brasil em foco*, realizada pela Target Marketing, em 2008, o município está na nona colocação no Interior do Estado, o que é uma posição de destaque. Nesta classificação, estão na frente de Bauru apenas os municípios de Campinas, Santos, Sorocaba, São José do Rio Preto, Jundiaí e Piracicaba (BRASIL..., 2008).

Em sua região administrativa, Bauru é o único município entre os maiores do Estado, o que faz com que seja levado em consideração nos estudos que envolvem a Região Central do Estado de São Paulo.

Bauru é uma cidade conceituada, cuja qualidade de vida dos seus moradores é diferenciada. É referência, como um município importante e bastante conhecido pelos povos, devido a sua história e visibilidade.

Município de Bauru, Estado de São Paulo, região Centro-Oeste Paulista. A localização privilegiada tem sido um dos principais fatores responsáveis por alavancar o desenvolvimento sólido da Região Administrativa (RA) de Bauru. A cidade possui, como ponto de partida, a famosa Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e, somou-se à vocação ferroviária, o complemento de importantes rodovias estaduais e da Hidrovia Tiête-Paraná. Desta maneira, usufrui de todas as vantagens que essa localização proporciona: facilidade de escoamento de safras, movimento industrial e comercial, e um consequente fortalecimento do setor de serviços.

Segundo dados de 2004, da Fundação Seade, a Região Administrativa (RA) de Bauru possuía aproximadamente um milhão de moradores ou 2,6% do total da cidade de São Paulo. Sua densidade demográfica não é grande, pelos padrões estaduais: 63 habitantes/km². Bauru, a sede, é também seu maior polo.

Com base no perfil municipal no ano de 2007, a população é de 352.887 habitantes ou 33% da população regional; sua densidade demográfica ultrapassa os 509,57 habitantes/km². Somando-se seus habitantes aos moradores de Jaú, Lins e Lençóis Paulista, chega-se a 57,8% da população regional. Ela é servida por rodovias (a Castelo Branco e a Marechal Rondon são as principais), ferrovias, hidrovia e o aeroporto de Bauru. A seguir apresenta-se o mapa do Estado de São Paulo, evidenciando a localização do município de Bauru.



Figura 1 – Localização da cidade de Bauru
Fonte: Bauru (2008)

Sede da 7ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, que compreende 39 municípios, Bauru é privilegiada por ter um dos maiores entroncamentos rodoferroviários da América Latina, com aeroporto de porte internacional e hidrovias localizadas a cerca de 26 quilômetros.

A facilidade para se chegar a Bauru ocorre principalmente pela existência de rodovias que cortam o município. A SP-225, Rodovia Engenheiro João Batista Cabral Rennó, liga Bauru a Ipaussu. A SP-294, chamada Comandante João Ribeiro de Barros, interliga Bauru a Marília. A Rodovia Cesário José de Castilho, a Bauru-lacanga (SP-321), liga o trecho de Bauru à região de Araraquara e Ribeirão Preto. Já a SP-300, a Rodovia Marechal Rondon, liga Bauru a São Paulo, pela Rodovia Castelo Branco, e ao Mato Grosso do Sul.

No transporte aéreo, o município conta com o aeroporto Moussa Tobias, de porte internacional, localizado entre os limites de Arealva, com pista de extensão para pousos e decolagens de 2.100 metros. Bauru também fica próxima à hidrovia Tiête-Paraná e ainda há a ferrovia, com transporte de cargas, no município.

Com nível logístico elevado e de destaque no País, com rodovias, ferrovias e aeroporto, Bauru se apresenta como a cidade “Sem Limites”, com saídas

diversas para várias regiões do Brasil.

O nome Bauru foi dado à região pelos índios caingangues, seus primeiros ocupantes. Incentivados pelo governo imperial, que prometia dar posse de terras devolutas do interior a quem produzisse nelas, aventureiros e colonos enfrentavam esses indígenas para estabelecer ali fazendas de criação de gado e café. Bauru nasceu da doação de terras de um desses pioneiros, para a construção de uma igreja, em 1888. Antes disso, em 1º de abril de 1887, a cidade nascia com o nome de Espírito Santo da Fortaleza e, nove anos após, ocorreu a troca de nome, passando a chamar Bauru, em 1º de agosto de 1896, data fixada para seu aniversário.

O Governo Federal, em 1904, decidiu construir uma ferrovia para o território, com início na área de Bauru, que já progredia na esteira da cultura cafeeira. A região recebeu os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, no ano seguinte, e o movimento do setor trouxe um crescimento exponencial à região. Em 1910, a sede, Bauru, já era um dos mais importantes entroncamentos ferroviários sul-americanos (SÃO PAULO, 2006).

Bauru é uma cidade desenvolvida, se comparada com a média das outras do Estado de São Paulo ou do Brasil. De acordo com dados da Fundação Seade, no ano 2000, o município ocupava a 178ª posição no IDHM nacional e a 48ª no estadual, com índice 0,825, número que a colocava entre as 256 cidades com características de alto desenvolvimento humano (cidades com índice acima de 0,799), num total de 645 no Estado. O quesito que apresentava o melhor desempenho era o de esperança de vida, com índice 0,971; em segundo, encontrava-se a educação, com índice 0,876. A mortalidade infantil apresentava relação de 15,85 por mil, classificando-se entre os melhores do Brasil, devido à sua boa estrutura urbana.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade e outros fatores. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente o bem-estar infantil. O índice foi desenvolvido em 1990, pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e vem sendo usado, desde 1993, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no seu relatório anual.

Para calcular o IDH de uma localidade, faz-se a média aritmética dos quesitos *longevidade* (por meio da expectativa de vida), *educação* (pelas taxas de alfabetização e escolaridade) e *renda* (utilizando-se o PIB – Produto Interno Bruto).

O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total), classificando-se a localidade pesquisada do seguinte modo:

- IDH entre 0 e 0,499 é considerado baixo.
- IDH entre 0,500 e 0,799 é considerado médio.
- IDH entre 0,800 e 1 é considerado alto.

Em nível nacional, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil entrou pela primeira vez para o grupo de países com elevado desenvolvimento humano, com um índice medido em 0,800, no ano de 2005, figurando na 70ª colocação mundial, entre 177 países-membros das Nações Unidas. (PERFIL MUNICIPAL, 2008).

Segundo pesquisa realizada e divulgada pela Target Marketing, em 2008, Bauru possui uma situação econômica privilegiada, se comparada a outros municípios do mesmo porte. O potencial de consumo chega a superar a média nacional, uma vez que se consolidou na chamada segunda onda de migração social, com a mudança de domicílios das classes C1 e C2 para as classes B1 e B2; está entre as 50 cidades que mais exportam no Estado (BRASIL..., 2008).

É um município com grande atividade universitária. O sistema de educação escolar é constituído por quatro universidades e cinco estabelecimentos de ensino superior que, juntos, oferecem cerca de cem cursos, com 17.135 alunos registrados, da região e outras localidades, visto que as duas universidades públicas, UNESP e USP, atraem alunos de outros Estados, devido ao nível de ensino e gratuidade.

O ensino médio é composto por 30 estabelecimentos e o fundamental por 65, entre públicos e privados.

É estimado em 85.000, o número de estudantes que freqüentam algum curso na cidade. A cidade oferece ainda vários cursos profissionalizantes, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ou Colégio Técnico Industrial (CTI), da UNESP.

De acordo com dados da Fundação Seade, atualizados até o ano 2000, a taxa de analfabetismo no município é de 5,24%, ante 6,64% no Estado, e a média de anos de estudos da população de 15 a 64 anos é de 8,24, contra 7,64 no Estado; 47,79% da população entre 18 e 24 anos tem o ensino médio completo e, no Estado, essa porcentagem é de 41,88%. A qualidade de vida da população bauruense merece destaque, uma vez que 99,4% dos habitantes da cidade possuem iluminação pública, 98% dos moradores recebe água tratada e 95% da população é servida por rede de esgoto.

Embora com pouca expressão agrícola, Bauru possui o perfil de uma cidade onde predominam as indústrias de médio e pequeno porte. Essa característica é positiva, uma vez que apresenta uma economia “pulverizada”, com equilíbrio na distribuição das empresas, em termos de tamanho, o que traz efeitos vantajosos para a economia (BAURU..., 2008).

A região possui uma representatividade relevante, pela monocultura de cana-de-açúcar, a pecuária de corte e a avicultura, que juntas representam cerca de 70% da produção local.

Os setores relacionados ao automobilístico e o sucroalcooleiro tiveram melhor desempenho nos últimos dois anos, seguidos pelo alimentício e gráfico.

A região Sudeste agrega fábricas, especialmente em Bauru e Jaú. Os setores mais relevantes são o do comércio e de serviços, tornando-se um importante centro comercial, ao lado das áreas de saúde e ensino, que por sua vez se destacam.

Tomando-se como base os dados de 2003, observa-se que a preponderância recai sobre as atividades industriais locais – em relação ao Estado, que pertence à fabricação de alimentos e bebidas, com 6,2% do valor adicionado (VA) paulista e à preparação e confecção de artigos de couro (5,1 do VA estadual). Outros segmentos de importância são as indústrias de máquinas e equipamentos e as fábricas de papel e celulose (SÃO PAULO, 2006).

O parque industrial de Bauru é pulverizado e bem diversificado e possui atualmente 15.851 empresas: 1.147 na indústria, 5.913 em serviços, 46 em *agribusiness* e 8.745 no comércio (BRASIL..., 2008).

De acordo com o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), instituído em 1998, pela Assembleia Legislativa do Estado, a participação da RA de Bauru não se destacou em nenhuma das três dimensões aqui elencadas. Porém, o

estudo registrou avanços nos índices de escolaridade e longevidade. Os dados mais relevantes apontaram a longevidade numa evolução capaz de pôr a região ligeiramente acima da média paulista, em 2004. O destaque, nesse sentido, foi a queda da taxa de mortalidade infantil, ou seja, 13,2 por mil nascidos vivos, ante 14,2 do conjunto do Estado (SÃO PAULO, 2006).

Conforme estudo efetuado e divulgado pela Target Marketing, em 2008, empresa especializada em pesquisa de mercado, Bauru ocupa a 48ª posição no *ranking* de participação de consumo, entre os 5.564 municípios brasileiros. No Estado de São Paulo, a cidade está em 14º lugar. Mostrou também que, quanto ao Índice Potencial de Consumo (IPC), o cidadão bauruense é responsável por 0,26 de cada R\$ 100,00 gastos diariamente no Brasil, porém, não necessariamente na cidade (BRASIL..., 2008).

Essa pesquisa foi denominada como *Brasil em foco 2008* e contemplou todo o País, mensurando IPC das cidades, o qual foi criado em 1980. Trata-se de um banco de dados secundário, elaborado com base em informações divulgadas por instituições oficiais, utilizado atualmente por mais de 700 empresas. O levantamento contemplou o perfil de consumo das populações urbanas e rurais de todos os municípios brasileiros, por meio de gerenciamento de dados e recursos de geoprocessamento. Os dados foram organizados por regiões geográficas, unidades da federação, mesorregiões, microrregiões e municípios, como unidades referenciais de consumo, possibilitando manter um retrato dinâmico do mercado brasileiro.

Os dados revelaram ainda que, até o final de 2008, as pessoas que viviam em Bauru iriam direcionar R\$ 4.684.146.702,00 em consumo (anual) de produtos e aquisição de serviços diversos, tais como: manutenção do lar R\$ 1.330.523.415,00; outras despesas R\$ 1.090.852.827,00; alimentação no domicílio R\$ 564.451.944,00; gastos com veículo próprio R\$ 224.502.905,00; alimentação fora do domicílio R\$ 180.116.346,00; vestuário confeccionado R\$ 149.412.742,00; outras despesas com saúde R\$ 139.885.250,00, com a classe média liderando o consumo até o final do ano. Os índices alcançados por Bauru são altamente relevantes, em virtude de sua posição, tanto em nível estadual quanto nacional, refletindo diretamente no crescimento da cidade (BRASIL..., 2008).

No quesito escolaridade, a RA de Bauru está entre as cinco melhores do Estado, tendo evoluído, entre 2002 e 2004, em praticamente todas as variáveis que formam o indicador. Os resultados mostraram ainda que, apesar da preocupação

dos governantes com a educação, os jovens que concluem o ensino fundamental demandam cuidados, para que possam também concluir o ensino médio.

Deve-se ressaltar que cerca de 70% dos municípios da RA evoluíram quanto à escolaridade, cujo indicador está igual ou superior à média paulista. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos que concluíram o ensino fundamental superou o índice do Estado (70,2%, ante 68,3%). A taxa de atendimento à pré-escola, das crianças entre 5 e 6 anos, subiu para 89,4%, ante 77% da média de São Paulo.

Para melhor conhecimento dos sujeitos que compuseram o universo desta tese, apresenta-se a seguir o seu perfil pessoal e profissional.

2.2 Perfil dos sujeitos pesquisados

2.2.1 Caracterização dos sujeitos

Participaram desta pesquisa seis sujeitos, membros do Conselho Gestor das áreas de proteção ambiental (APAS), a saber:

- ✓ **Sujeito 1:** Secretaria de Desenvolvimento Econômico, APAS, chefe de divisão, Conselheiro do Conselho Gestor das APAS;
- ✓ **Sujeito 2:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE, Diretora da Divisão de Serviços do Departamento Indústria, membro suplente do Conselho Gestor das APAS;
- ✓ **Sujeito 3:** Secretaria Municipal da Agricultura – SAGRA e membro do Conselho da APA,
- ✓ **Sujeito 4:** engenheira agrônoma, Coordenadora do Escritório Regional do IBAMA/Bauru, Membro do COMDEMA,
- ✓ **Sujeito 5:** bióloga, integrante do COMDEMA, SEMMA (Secretaria Municipal do Meio Ambiente), Diretora do Departamento Zôo Botânico,
- ✓ **Sujeito 6:** relações públicas, especialista em Gestão Pública e Gerência de Cidades, Mestre em Engenharia de Produção, área de Pesquisa e Gestão Ambiental, colaboradora do Instituto Vid'água, membro do COMDEMA há 9 anos.

2.2.2 Características pessoais

Apresenta-se, a seguir, algumas características pessoais e profissionais dos gestores pesquisados, que estão envolvidos com a gestão ambiental e sustentável na Cidade de Bauru.

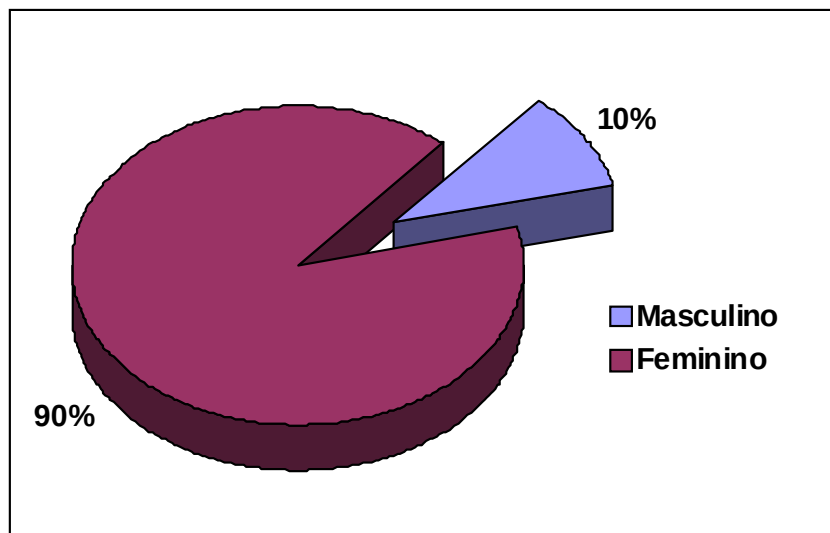


Figura 2 - Distribuição dos sujeitos pesquisados por sexo

Diante dos dados coletados, pode-se afirmar que a maioria dos sujeitos pesquisados é do sexo feminino, ou seja, 90%, sendo apenas 10% do sexo masculino.

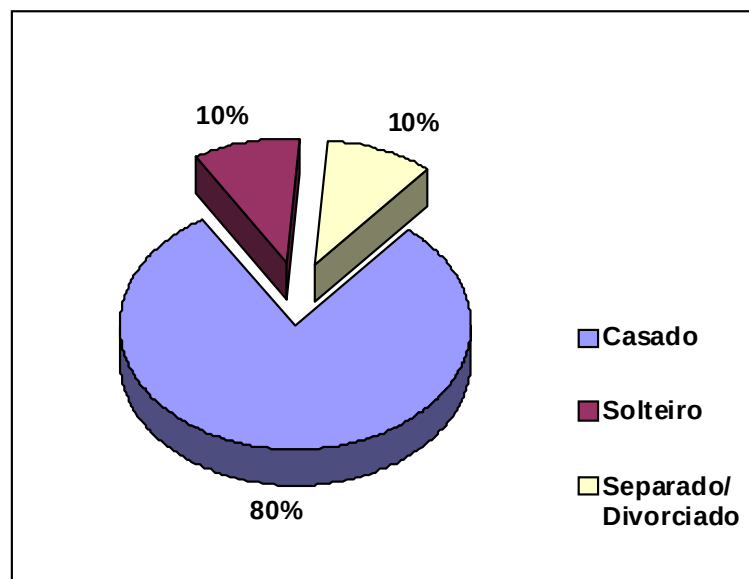


Figura 3 - Distribuição dos sujeitos pesquisados por estado civil

A maioria dos gestores é predominantemente casada, correspondendo a 80%; 10% são solteiros e os outros 10%, divorciados.

2.2.3 Características profissionais

Com relação à escolaridade, vale ressaltar que a quase unanimidade dos gestores possui o nível superior, correspondendo a 90%. Apenas 10% possui o grau de escolaridade de nível técnico, conforme evidenciado a seguir.

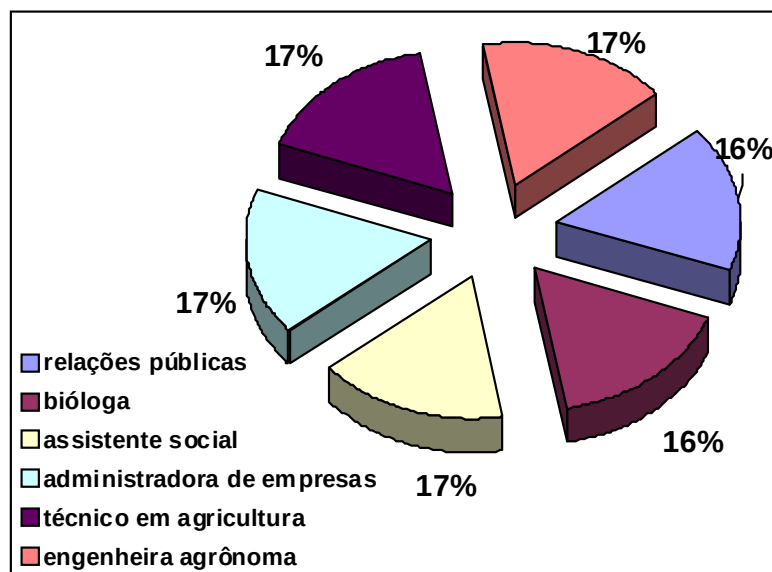


Figura 4 - Distribuição dos sujeitos pesquisados em relação à formação profissional

As profissões têm os seus espaços, que também são reconhecidos juridicamente. Os espaços ocupacionais mudam conforme o movimento da sociedade capitalista e essas profissões podem ser ampliadas ou recuadas, ou seja, podem transformar-se ou até morrer se os profissionais não dão respostas qualificadas.

Entre os sujeitos pesquisados, ficou evidenciada a prática de interdisciplinaridade, envolvendo profissionais de diferentes disciplinas das Ciências Sociais (68%), ao passo que 16% deles pertencem à área de Relações Públicas e, concomitantemente, outros 16% são técnicos em agricultura.

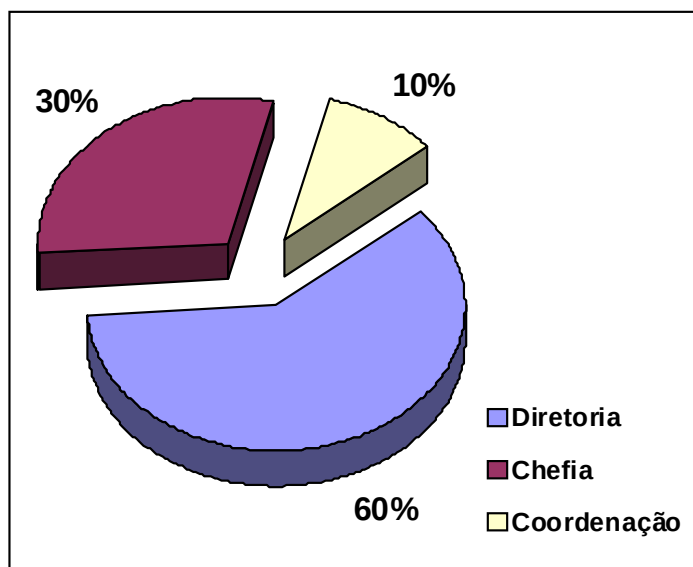


Figura 5 – Distribuição dos sujeitos pesquisados pelo cargo que ocupam

Como é possível observar, pode-se afirmar que maioria dos sujeitos entrevistados ocupa cargos de diretoria (60%), seguidos de 30%, que ocupam cargos de chefia e outros 10%, que ocupam cargos de coordenação. Estas características apontam uma unanimidade dentre os gestores municipais quanto às atribuições que lhes são designadas no cotidiano de trabalho, além de serem membros do Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental do Município de Bauru.

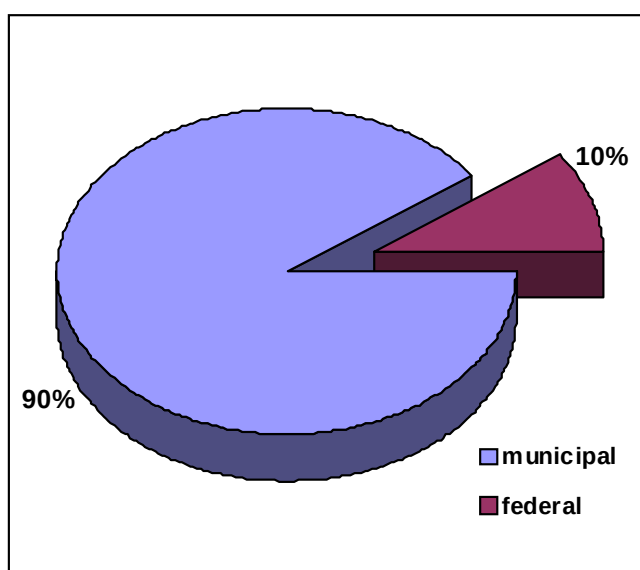


Figura 6 – Distribuição dos sujeitos pesquisados pelos órgãos representativos de atuação

Entre os sujeitos pesquisados, foi possível constatar que 100% dos órgãos representativos de atuação são de natureza pública: 90% de âmbito municipal, seguidos de 10% de âmbito federal, mas, ambos prestam serviços para a população do município de Bauru.

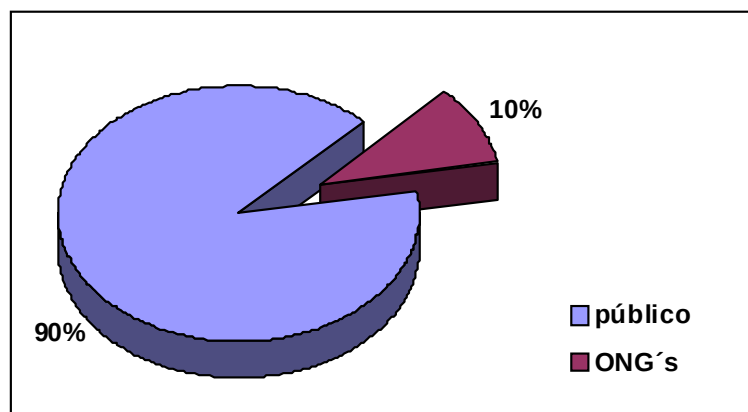


Figura 7 – Distribuição dos sujeitos pesquisados de acordo com a natureza das instituições que representam

Em relação às instituições que compõem o Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental Municipal, verificou-se que a maioria dos pesquisados (90%) é de representantes da esfera pública, proveniente das Secretarias Municipais – tais como: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Somente um dos participantes (10%) representa as Organizações Não-Governamentais: o Instituto Ambiental Vid'água, fundado em 1994, cuja missão é promover o equilíbrio da sociobiodiversidade, por meio de projetos de reflorestamento e produção de mudas, centrados em dois biomas principais: cerrado e Mata Atlântica.

2.3 Os grupos de vulnerabilidade social no município de Bauru

O município de Bauru, que integra a Região Administrativa de Bauru, em 2000, possuía 312.629 habitantes. Uma análise das condições de vida de seus habitantes mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$1.065,00: 40,0% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses

responsáveis tinham, em média, 7,5 anos de estudo, 49,8% deles havia completado o ensino fundamental e 5,3% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,0% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 25,9% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 8,0% do total da população.

As situações de maior ou menor vulnerabilidade, às quais a população se encontrava exposta, estão resumidas nos seis grupos do IPVS (Figura 8), com base em um gradiente das condições socioeconômicas e no perfil demográfico (Tabela 1). As características desses grupos, no município de Bauru, são apresentadas na Figura 8.

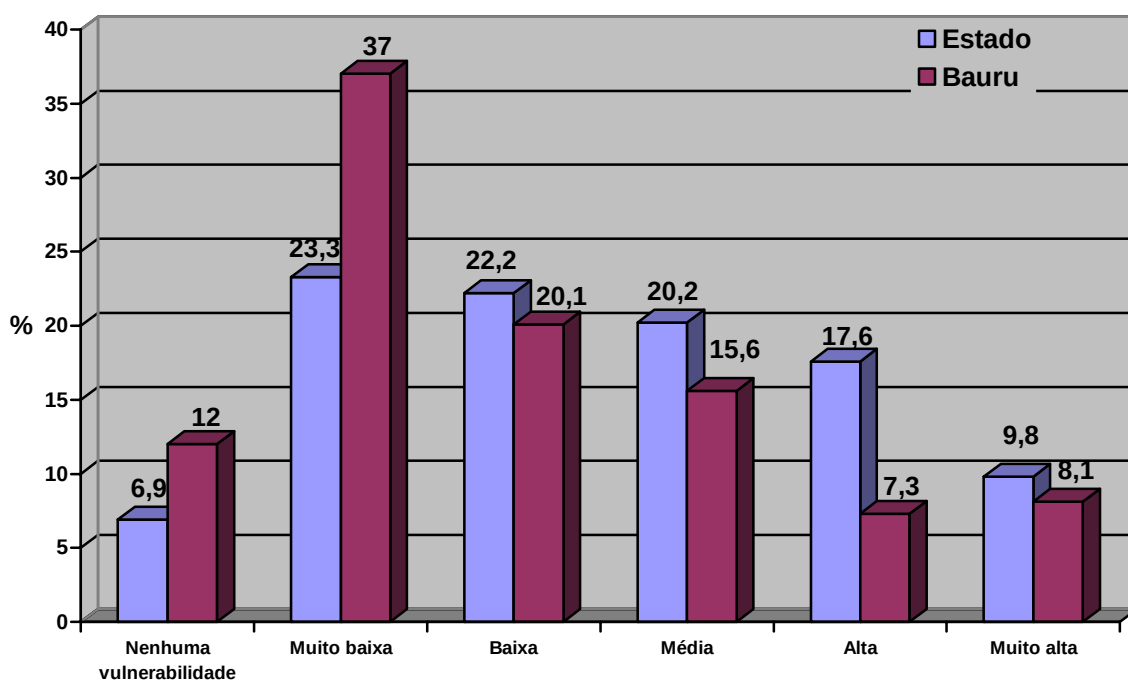


Figura 8 – Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS 2000, Estado de São Paulo e Município de Bauru

- ✓ **Grupo 1 (nenhuma vulnerabilidade):** 37.497 pessoas (12,0% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$2.538,00 e 13,0% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Quanto à escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 11,8

anos de estudo; 99,4% deles eram alfabetizados e 84,3% havia completado o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 15,0%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 24,6% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 7,1% do total da população desse grupo.

- ✓ **Grupo 4 (vulnerabilidade média):** 48.798 pessoas (15,6% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$560,00 e 54,4% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Os chefes de domicílios apresentavam, em média, 6,0 anos de estudo; 93,1% deles eram alfabetizados e 36,9% haviam completado o ensino fundamental. Os indicadores demográficos demonstraram que a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 21,9%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 20,7% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 11,4% do total da população desse grupo.
- ✓ **Grupo 5 (vulnerabilidade alta):** 22.716 pessoas (7,3% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$521,00 e 62,5% deles auferiam renda de até três salários mínimos. A escolaridade dos chefes de domicílios era de 5,1 anos de estudo, em média; 88,7% deles eram alfabetizados e 27,3% haviam completado o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,6%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 24,3% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,5% do total da população desse grupo.
- ✓ **Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta):** 25.267 pessoas (8,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento

nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$335,00 e 78,4% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 4,4 anos de estudo, 85,4% deles eram alfabetizados e 19,1% tinham completado o ensino fundamental. Quanto aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 25,9%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 22,8% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 13,0% do total da população desse grupo.

- ✓ **Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa):** 115.638 pessoas (37,0% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$1.098,00 e 32,9% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 7,7 anos de estudo, 96,1% deles eram alfabetizados e 52,9% haviam completado o ensino fundamental. Os indicadores demográficos demonstraram que a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 51 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 8,3%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 30,0% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 5,5% do total da população desse grupo.
- ✓ **Grupo 3 (vulnerabilidade baixa):** 62.713 pessoas (20,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$ 819,00 e 40,4% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Os chefes de domicílios apresentavam, em média, 7,1 anos de estudo, 95,2% deles eram alfabetizados e 48,6% possuía o ensino fundamental completo. A idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 43 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,8%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 24,2% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,4% do total da população desse grupo.

A seguir, na Tabela 1, apresenta-se os indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) do Município de Bauru.

Tabela 1 – Indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, município de Bauru, 2000

Indicadores	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						Total
	1 - Nenhuma Vulnerabilidade	2 - Muito Baixa	3 - Baixa	4 - Média	5 - Alta	6 - Muito Alta	
População Total	37.497	115.638	62.713	48.798	22.716	25.267	312.629
Percentual da População	12,0	37,0	20,1	15,6	7,3	8,1	100,0
Domicílios Particulares	12.057	35.305	17.444	13.060	6.272	6.382	90.520
Tamanho Médio do Domicílio (em pessoas)	3,1	3,3	3,6	3,7	3,6	3,9	3,4
Responsáveis pelo Domicílio Alfabetizados (%)	99,4	96,1	95,2	93,1	88,7	85,4	94,7
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo (%)	84,3	52,9	48,6	36,9	27,3	19,1	49,8
Anos Médios de Estudo do Responsável pelo Domicílio	11,8	7,7	7,1	6,0	5,1	4,4	7,5
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio (em reais de julho de 2000)	2.538	1.098	819	560	521	335	1.065
Responsáveis com Renda de até 3 Salários Mínimos (%)	13,0	32,9	40,4	54,4	62,5	78,4	40,0
Responsáveis com Idade entre 10 e 29 Anos (%)	15,0	8,3	14,8	21,9	13,6	25,9	14,0
Idade Média do Responsável pelo Domicílio (em anos)	45	51	43	40	47	40	46
Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%)	24,6	30,0	24,2	20,7	24,3	22,8	25,9
Crianças de 0 a 4 Anos no Total de Residentes (%)	7,1	5,5	8,4	11,4	8,5	13,0	8,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico; Fundação Seade.

Nota: Foram excluídos os setores censitários sem informação devido ao sigilo estatístico.

Com base no Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), foi realizado um levantamento pelo governo do Estado, em parceria com a Fundação Seade, constatando-se que a Região Administrativa de Bauru foi a que apresentou maior crescimento no número de empregos com carteira assinada no Estado de São Paulo, entre os anos 2002 e 2006. Este estudo foi coordenado pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), que apontou, no mesmo período citado, um crescimento médio anual de 6,4% na RA de Bauru, seguida pelas regiões de Campinas (6,2%), Barretos (6%), São José do Rio Preto (5,8%), Presidente Prudente (5,7%), Franca (5,6%), Sorocaba (5,4%), Central (5,2%), Ribeirão Preto (5,2%), Registro (4,8%), Baixada Santista (4,8%), Araçatuba (4,8%), Marília (4,4%), São José dos Campos (4,3%) e, até São Paulo, com 3,9%.

De acordo com o estudo, o setor que apresentou maior taxa de crescimento médio anual na Região Administrativa de Bauru, foi o da construção civil (19%), seguido por: indústria (19%), comércio (7,8%), agropecuária (6,6%) e

serviços (2,4%). Ressalte-se que, considerando somente o município de Bauru, o maior crescimento também foi verificado na construção civil representando (31,5%). Na seqüência aparecem comércio (7,2%), indústria (6,04%) e serviços (2,4%).

Assim, constata-se que Bauru é um polo de grande relevância no desenvolvimento na região.

No município de Bauru, o setor de serviços responde pelo maior número de empregos formais, já que ocupa 48,5% , seguido pelo comércio (25,1%), indústria (16,7%), construção civil (7,5%) e agropecuária (1,1%) (SEADE, 2007).

Os setores de destaque são os de serviço e comércio, que representa a principal atividade econômica do município. A agricultura é incipiente, baseando-se no cultivo do abacaxi e frutas tropicais. A pecuária sempre esteve presente e a cana-de-açúcar ganhou espaço nos últimos anos, com a instalação de diversas usinas no interior paulista.

O setor industrial é representado por indústrias de transformação, metal-mecânica e alimentícias de pequeno e médio porte. Nos setores gráfico e alimentício, possui empresas líderes nacionais, com grande volume de exportações e comércio interno.

Em relação ao desenvolvimento urbano, Bauru – da mesma maneira que outras cidades brasileiras – urbanizou-se de forma muito rápida, visto que até a década de 1940 a população urbana correspondia a 50% do total. Já na década de 1950, passou para 80% e, segundo o censo de 2000, os valores chegavam a 98%.

Com base na pesquisa realizada por Pasquotto e Oliveira (2005), constatou-se que alguns fatores influenciaram na formação e urbanização da cidade: aspectos físicos, como, por exemplo, a hidrografia, que foi determinante para a separação das classes sociais existentes; a especulação imobiliária, que desenvolveu ilhas de altas taxas de ocupação e grandes áreas de vazios urbanos, causando uma irregularidade muito grande na malha urbana; a questão do transporte, também determinante para o desenvolvimento econômico da cidade, por ser o maior entroncamento aero-rodó-hidro-ferroviário da América Latina; as áreas de proteção ambiental, que na época apresentavam uma barreira de expansão territorial, especialmente na parte norte da cidade, região menos favorecida.

A seguir, A Figura 9 indica os instrumentos urbanísticos da cidade de Bauru, conforme consta no Novo Plano Diretor Participativo.

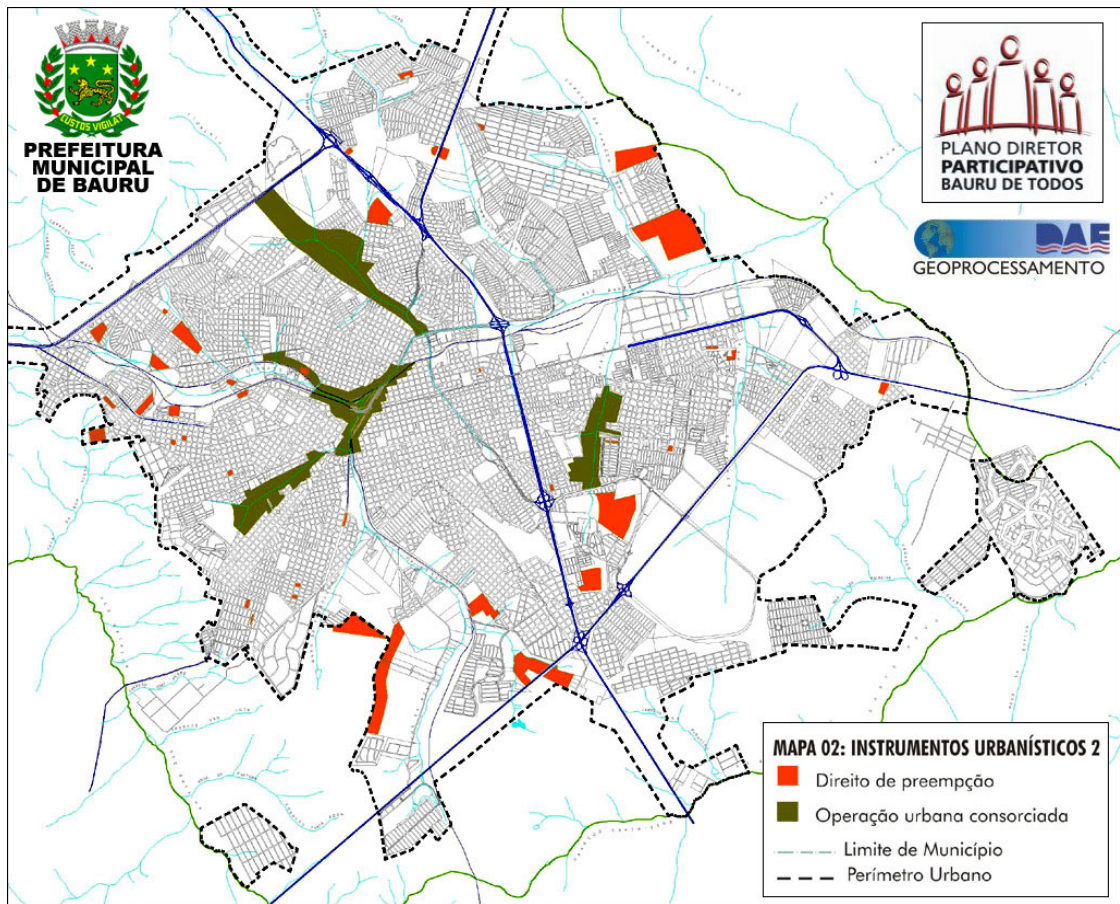


Figura 9 – Mapa da Cidade de Bauru e os instrumentos urbanísticos: direito de preempção e operação urbana consorciada

Na década de 1960, a cidade teve três marcos importantes que contribuíram para o crescimento e expansão, ocupação e maior valorização imobiliária: a implantação do Distrito Industrial (1968), a fundação da COHAB/Bauru (1967) e o Plano Diretor de Desenvolvimento (1969). No ano de 1970 foi iniciada a Avenida Nações Unidas.

Entre as décadas de 1950 e 1970 surgiram vários loteamentos, distantes da malha urbana pelo alto custo do terreno, o que fez com que grande parte da população procurasse áreas cada vez mais distantes, muitas vezes fora do perímetro urbano, como o Parque Santa Edwiges, Parque Jaraguá, Vila Aviação, Parque Bauru, Parque Giansante, Vila São Paulo, Bairro de Tangarás, Parque Industrial Manchester, Jardim TV, Jardim Marília e outros, todos aprovados e registrados antes da Lei Federal 6.766/79. Assim, muitos loteamentos foram executados, utilizando-se como regra a obtenção do maior número de lotes possível, sem a observação adequada de técnicas que respeessem a topografia, drenagem

e, menos ainda, sem levar em conta as questões sociais e ambientais. Porém, com a construção dos primeiros conjuntos habitacionais, entre 1967 e 1992, a cidade voltou a crescer, nas regiões periféricas, de forma sustentável.

Nesse período, foram construídas 10.473 residências, somando-se mais onze núcleos – nove em regime de mutirão, entre 1993 e 1996 (BAURU..., 2006).

Atualmente, Bauru conta com um novo Plano Diretor¹³, votado e aprovado no dia 14 de julho de 2008, elaborado com base nos princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto das Cidades, entre eles o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, o desenvolvimento sustentável e a participação popular.

Conforme consta na Lei Orgânica do município de Bauru, instituída em 5 de abril de 1990, entre os objetivos fundamentais da comunidade bauruense está contida a garantia do desenvolvimento municipal e a promoção do bem de todos, indistintamente. A mesma lei também instituiu o patrimônio ecológico da cidade, o qual abrange o Parque Ecológico, o Zoológico Municipal, o Bosque da Comunidade, o Núcleo Comunitário Ernesto Geisel e o Rio Batalha. Daí a importância do planejamento e da gestão ambiental na municipalidade, para alcançar os objetivos propostos pela carta maior do Meio Ambiente e que devem ser implementados no âmbito municipal¹⁴.

Em razão da relevância da temática desta tese para a profissão de Serviço Social, apresenta-se, a seguir, a inserção do Serviço Social no Município.

2.4 A inserção do Serviço Social no município de Bauru e região

A inserção da profissão de Serviço Social no Município deu-se pela instalação da Faculdade de Serviço Social de Bauru (FSSB), datada em outubro de

¹³ Plano Diretor da Cidade de Bauru, no seu Cap.III, Art.15, da Política do Meio Ambiente será desenvolvida pela, administração pública através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente em parceria com a coletividade visando a preservação, à defesa, à recuperação e à melhoria do meio ambiental natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades locais e regionais em harmonia com o desenvolvimento social e econômico.

¹⁴ A agenda 21 tem suas raízes nas atividades locais; a participação e cooperação das autoridades locais será um fator determinante na realização de seus objetivos. As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infra-estrutura econômica, social e ambiental, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem as políticas ambientais nacionais e sub-nacionais (BRASIL, 2001, p.473).

1963, pelo educador Antônio Eufrásio de Toledo. Foi a terceira escola a ser instalada na Instituição Toledo de Ensino em Bauru, autorizada a funcionar pelo Parecer CFE n. 143/1963, publicado no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 1964. Seu reconhecimento se deu em 1968, com o Parecer CFE n. 53/1968, publicado no Documento n. 62.394/1969 e no Diário Oficial da União de 18 de março de 1968.

É um dos cursos de Serviço Social mais tradicional do Estado de São Paulo. Seu idealizador teve a intenção de prestar um serviço à comunidade de forma humanizada, já que foi mantida em funcionamento por vários anos com baixo número de alunos.

Logo nos primeiros anos, teve forte inserção local e regional, pela visibilidade alcançada na comunidade bauruense.

No ano de 1965, desenvolveu sua primeira pesquisa nos bairros periféricos de Bauru, solicitada pela Prefeitura Municipal, contribuindo assim para o estabelecimento de um convênio com o Banco Nacional de Habitação, que visava a implantação dos primeiros núcleos habitacionais para classes populares, por meio da COHAB, criada após a realização dessa pesquisa.

Sem dúvida, com sua instalação, foi possível a profissionalização do Serviço Social no município, uma vez que, concomitantemente ocorreu a abertura de campos de estágio nas diversas entidades assistenciais, nas organizações empresariais, hospitalares e órgãos públicos. Assim, a supervisão de estágios era exercida por assistentes sociais contratadas pela Instituição Toledo de Ensino, pois apenas três instituições possuíam esses profissionais em seus quadros: o SESI, INPS e INCRA.

A região, da mesma forma, foi marcada pela sua influência, pois das cidades circunvizinhas também procedem seus alunos, os quais, após graduados, vão implantar o Serviço Social nas organizações locais.

A pesquisa realizada em 1973, para cadastro dos programas e serviços sociais de Bauru, cujos resultados foram publicados sob o título “Manual de Recursos Sócio Institucionais de Bauru”, tornou-se, tradicionalmente, instrumento utilizado pelos profissionais e instituições da cidade para facilitar o acesso da população usuária dos serviços sociais. Por isso, ela foi atualizada nos anos de 1993, 1996 e em 2000 e hoje está também na página da ITE, na Internet, como uma contribuição da Faculdade à comunidade.

O final da década de 1970 foi marcado por intensas agitações das classes trabalhadoras, produto da defasagem entre o Poder e a Nação e dos crescentes anseios pela democracia. Nesse período, se iniciava um processo de abertura política. No início da década de 1980, a perspectiva do materialismo dialético foi introduzida nas escolas superiores e o Serviço Social brasileiro sofreu as influências desse contexto.

Dessa forma, deixava-se de lado a preocupação com a metodologia, priorizando-se o compromisso político-ideológico com a transformação da sociedade.

Em 1983, o Centro de Pós-Graduação da ITE ofereceu o primeiro curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Serviço Social, iniciando um processo de capacitação teórico-metodológica de seus professores e de profissionais de instituições de Bauru e região, contribuindo decisivamente para o processo de revisão teórica da Faculdade. Ainda na década de 1980, sua contribuição à comunidade bauruense também foi enfatizada quando, em março de 1988, colocou em funcionamento o Centro Regional de Registro e Atenção aos Maus-Tratos à Infância – CRAMI, entidade destinada à defesa e proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar. Fruto de uma pesquisa realizada pela Faculdade, na qual se constatou a necessidade do serviço no município, a criação do CRAMI antecipou-se também ao que determinou o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069/90. Essa entidade tornou-se um dos campos que absorve o maior número de estagiários da Faculdade, constituindo-se em projeto de extensão, campo de pesquisa de alunos e professores e fonte de realimentação do ensino, como evidenciam os dados que se seguem.

O primeiro caso atendido pelo CRAMI foi registrado em 21/03/88 e, nos primeiros nove meses de trabalho, 106 casos foram notificados.

Em 1987, foi implantado também o CITE – Centro Iteano de Ação Sócio Educativa, destinado, inicialmente, a atender crianças em situação de risco pessoal e social, residentes nos bairros periféricos próximos à ITE. Posteriormente, sua área de atuação foi ampliada, pelo Projeto Serviço Social Escolar e Grupo de Terceira Idade: Eternos jovens. O CITE constituiu-se também em campo de estágio e de pesquisa para a Faculdade.

Na continuidade dos avanços do Serviço Social no município, no ano de 1996, teve início a edição da Revista “Construindo o Serviço Social”, editada pelo

Instituto de Pesquisa e Estudos da Instituição Toledo de Ensino, com publicação semestral. Destinada à divulgação de relatos de pesquisas e experiências, monografias, trabalhos apresentados em congressos e outros, realizados por alunos, profissionais de Serviço Social e docentes, a revista passou a ser um espaço de debate acadêmico, de interlocução entre cursos, entre profissionais e alunos de Serviço Social, entre a Faculdade e a comunidade (MUNIZ, 1997, p.7).

No ano de 2000, a Faculdade de Serviço Social foi convidada pela Prefeitura Municipal de Bauru, por intermédio da Secretaria do Bem-Estar Social, a firmar uma parceria para a implantação de um Núcleo de Apoio Sócio Familiar (NAF) na região noroeste do município, onde se insere, objetivando uma ação que possibilitasse a inclusão social das famílias em situação de pobreza dessa região. Esta unidade tornou-se mais um projeto de extensão da Faculdade.

Assim, faz-se importante destacar o perfil, a caracterização e as principais áreas de atuação dos assistentes sociais supervisores de Bauru e região.

A Faculdade de Bauru sempre teve a preocupação de estar afinada com as várias exigências do mercado de trabalho e com o compromisso ético-político do Serviço Social, investindo incessantemente na capacitação contínua de seus supervisores de estágio, por meio de contatos permanentes e estreita relação com eles, objetivando a melhoria da qualidade do ensino.

No ano de 1998, foi desenvolvido um estudo científico com a finalidade de visualizar e aprofundar o conhecimento a respeito dos assistentes sociais supervisores, identificando o perfil e as suas principais áreas de intervenção conforme apresenta-se a seguir (FSSB, 2005).

Os assistentes sociais supervisores, em sua maioria, eram naturais de Bauru (65,9%) e os demais (34,1%) de municípios adjacentes, demonstrando que a presença da FSSB é significativa na região, abarcando estudantes de outras localidades que, posteriormente à graduação, ao assumirem os postos de trabalho, ampliam os espaços para estágio supervisionado, facilitando a inserção de novos alunos nos referidos campos. Vale ressaltar que 63,65% eram residentes em Bauru e 34,1% estavam atuando em outras cidades. A maioria (54,55%) encontrava-se na faixa de 25 a 35 anos.

Um reflexo das novas estruturas familiares e concepção de casamento foi retratado pelo estado civil, pois, 50% eram casadas e 68,63% solteiras ou já tinham tido a experiência do casamento, estando separadas ou divorciadas no momento

daquela pesquisa, retrato da apropriação das conquistas feministas no processo de socialização de gênero que permitiu a mobilidade do estado civil.

Referindo-se ao âmbito cultural, os dados sinalizaram que 97,72% realizavam leituras constantemente; 86,36% adquiriam discos e revistas, 88,63% assistiam vídeos e shows; 86,36% freqüentavam cinema; 56,82%, o teatro; 75%, clubes; e, 93,18% liam jornal, o que reporta a necessidade do domínio das dimensões da realidade, do empírico, por meio de diversas estratégias, inclusive de vivências de lazer, que enriqueçam o ser pessoal, refletindo diretamente no campo profissional.

Em termos de participação social, constatou-se que 52,28% estavam inseridos em movimentos religiosos, 11,36% em outros movimentos sociais e 47,72% participavam, de associações ou conselhos. Esta inserção em associações ou conselhos provavelmente vincula-se à própria atuação profissional.

Em contrapartida, um significativo número de profissionais não estava engajado no fórum legítimo de deliberação e fixação de tomadas de decisão, no âmbito das políticas públicas, dificultando o engajamento, vivência e projeção dos próprios profissionais nas instâncias superiores. Essa falta de engajamento não oportuniza a vivência nestes espaços decisórios, algo que poderia facilitar o incentivo à participação da própria população usuária, atendendo o projeto ético-político profissional.

Outro dado interessante refere-se à incidência de desenvolvimento da atividade artística e especialidade: 43,18% dos participantes da pesquisa não desenvolviam nenhuma ação desta natureza. Dos 29,54% que realizavam este tipo de atividade, 35,30% fazia artesanato, 29,41% dedicava-se à música, 23,52% à pintura e teatro e 11,77% fazia dança e trabalhos manuais. Nota-se que são atividades relacionadas, historicamente, às mulheres, ficando sem representação tanto a escultura, fotografia ou outras, percebidas como mais vinculadas ao campo masculino ou que requerem conhecimento tecnológico ou mesmo força física; 20,54% exerciam mais de uma atividade.

Com relação à instituição onde se graduaram e ano de conclusão do curso, verificou-se que 93,19% se formaram na ITE-Bauru, o que uma vez mais demonstra a influência desta Faculdade na formação dos supervisores e, ao mesmo tempo, a sua grande responsabilidade no processo de formação profissional.

Verificou-se ainda, que mais da metade dos assistentes sociais supervisores, 52,28%, havia se formado sob a influência do currículo de 1982, o que indica uma aproximação com a perspectiva de transformação social, já colocada nesse currículo. Também constatou-se que mais da metade dos envolvidos possuía mais de dez anos de conclusão do curso, sinalizando uma experiência profissional/pessoal maior.

Vale ressaltar que o número de recém-formados inseridos no mercado, com o compromisso de supervisão, vem crescendo gradativamente.

Quanto à incidência de profissionais que realizaram pós-graduação, a pesquisa verificou que 27,27% já haviam cursado e 49,9% pretendiam ainda fazer. As áreas de pesquisa distribuíam-se em: gerontologia (8,33%); saúde pública (25%); recursos humanos (16,66%); supervisão em Serviço Social (33,35%) e infância e juventude (16,66%).

Os dados mostraram que vem crescendo o número de supervisores que buscam o aprimoramento intelectual, exigência premente do mercado e da profissão. Apontaram também para a grande procura na área de supervisão, o que sinaliza, mais uma vez, o compromisso com a formação profissional. Ressalte-se que hoje, a maioria das Universidades e Faculdades focadas nas Ciências Sociais estão inserindo na grade curricular e pesquisando a temática gestão ambiental e sustentável.

2.5 A realidade de Bauru em relação à política do meio ambiente e à sustentabilidade em áreas de proteção ambiental

Para ambientalistas, no quesito meio ambiente, a situação de Bauru não é dos piores. Mas, poderia ser melhor. Bauru é, por exemplo, o primeiro município do país a ter uma lista oficial da fauna e flora ameaçadas de extinção. A lista contempla 22 espécies arbóreas, 19 mamíferos, nove aves e nove répteis, baseando-se em pesquisas realizadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA), como um critério de análise para concessão de autorização de desmatamento de terrenos.

Cerca de 93% da área do município de Bauru foi desmatada e a pressão continua justamente em áreas com cobertura vegetal nativa. A lista é um instrumento capaz de ajudar na preservação das espécies.

Bauru também é uma das poucas cidades do País a ter árvores tombadas. Ao todo, são 191 espécies, enquadradas em critérios de antiguidade, raridade e beleza, com base no artigo 7º do Código Florestal, Lei Federal 4.771, de 1965, e na Lei Municipal de Arborização Urbana nº. 4.368, de 10 de fevereiro de 1999. Uma das mais famosas é a copaíba da Avenida Getúlio Vargas. É projeto da SEMMA colocar placas de identificação nas árvores tombadas, para demonstrar que estão sob proteção legal. Com o decreto de tombamento, as árvores passaram a ser imunes ao corte.

Ressalte-se, também, que entre as espécies tombadas estão timburis, mulungus, angelim-do-cerrado, falsa-seringueira, pequi, copaíba e jequitibá-branco. A Figura 10 apresenta as áreas de interesse ambiental da cidade de Bauru.

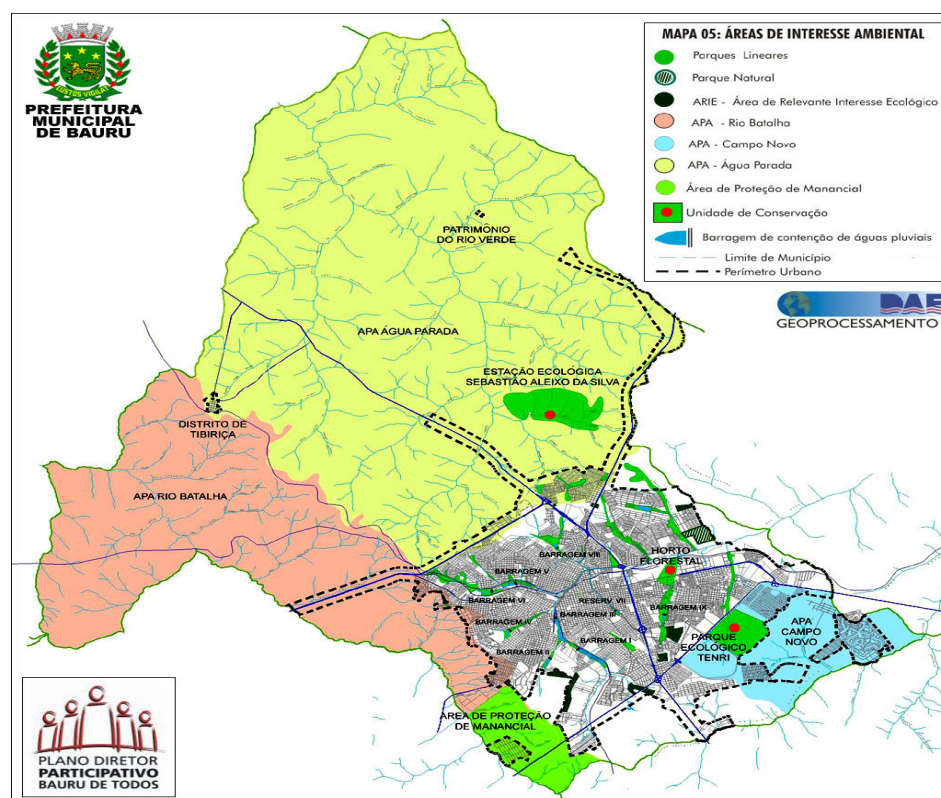


Figura 10 – Áreas de interesse ambiental
Fonte: Bauru (2008)

Pode-se verificar que não só pontos positivos marcam o meio ambiente da cidade de Bauru, mas, também, há pontos negativos ainda presentes, que podem

ser trabalhados e superados, conforme depoimento que identifica as áreas de proteção ambiental municipal:

Então, no caso de Bauru, tem até um mapa, é o 5 das APAS, que fala das áreas de interesse ambiental que está com as unidades de conservação ambiental, parques e uma série de instrumentos... o que falta é ser regulamentado e conciliar o uso. Além de que, existe também uma Zona de Indústria Comércio e Serviços - ZICS, que está na unidade de conservação. Então vai ter que ser mudada a Lei e se compatibilizar o uso disso. (Relações Públicas, Especialista em Gestão Pública e Gerência de Cidades, Mestre em Engenharia de Produção e membro do Conselho Gestor das APAS)

Ressalte-se que a Cidade de Bauru está localizada na região Centro Oeste do Estado de São Paulo e sua expansão se deu de forma desordenada, incorrendo em ocupações irregulares do solo urbano. Assim, constata-se que não foi levado em consideração as diretrizes preconizadas no Plano Diretor da Cidade. A fala do sujeito exemplifica o exposto acima:

...o município de Bauru está localizado em uma região onde é divisor de águas, de origem urbana, e a Cidade não foi planejada, por isso temos a questão do tratamento do esgoto, a questão da drenagem, que é importante em função destes cursos d'água existentes, e a questão dos parques lineares de fundo de vale, que são tão importantes e que hoje, infelizmente, ainda não conseguimos implantar. Mas, este Plano Diretor atual veio para organizar e ajudar no planejamento. (Bióloga, diretora do zôo botânico, membro do Conselho Gestor das APAS)

Analisando o Plano Diretor Integrado da Cidade de Bauru, constata-se que foi instituído pela Lei nº 4.126 de 12 de setembro de 1996, sendo reformulado e homologado 12 anos após sua criação, ou seja, no decorrer do ano de 2008. Acredita-se que o novo Plano Diretor Participativo como assim é denominado, possa contribuir de forma significativa no desenvolvimento sistemático e contínuo do município, assegurando melhoria na qualidade de vida da população, uma vez que, sua reformulação teve como base o contido na Constituição Federal de 1988

contando com a participação popular, e o Estatuto das Cidades contemplando as políticas de expansão urbana e dando prioridade, relevância para as Áreas de Proteção Ambiental Municipal.

O município possui também um macrozoneamento, que define e regulamenta os usos na Área de Proteção Ambiental, sendo estas: Rio Batalha, Vargem Limpa e Campo Novo, Água Parada, Parques Lineares, Parque Natural, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção de Manancial, conforme Lei nº 4126 de 12 de setembro de 1996 (Anexos A, B, C, D, E e F). A seguir apresenta-se a Figura 11 do mapa do Macrozoneamento da Cidade de Bauru.

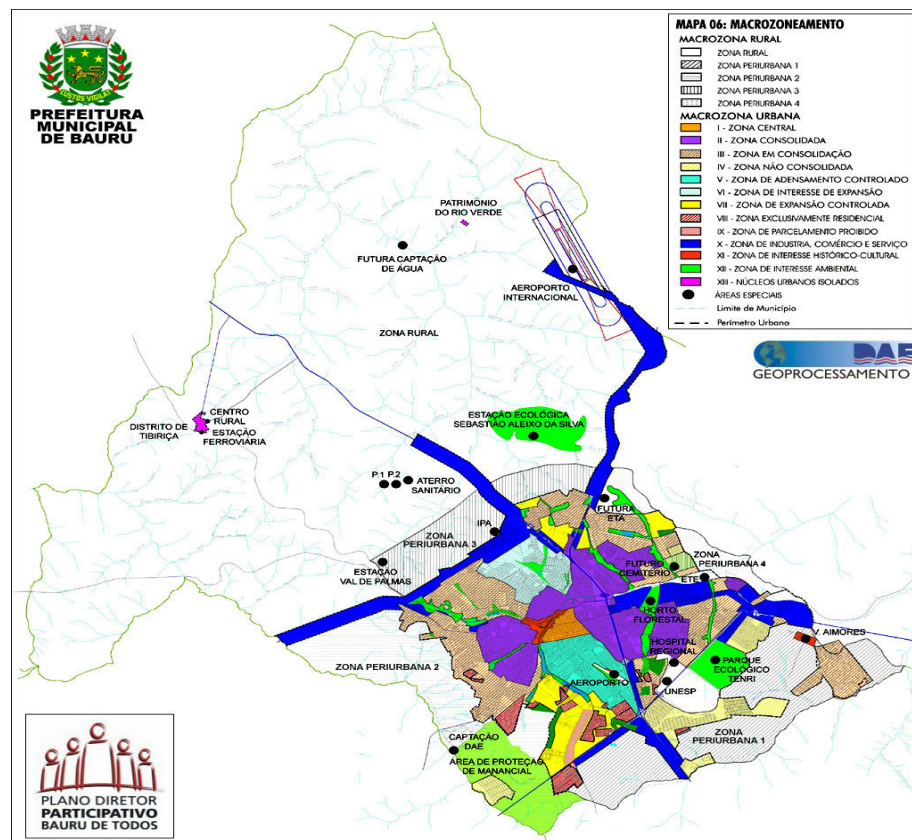


Figura 11 – Macrozoneamento da cidade de Bauru

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Prefeitura Municipal de Bauru (2008)

A questão relacionada ao macrozoneamento da Cidade, também é um aspecto relevante ao falar da necessidade de manter as Unidades de Conservação envolvendo a natureza de maneira sustentável, pois permite compreender os

objetivos e princípios que constam no Plano Diretor conforme, evidenciado no depoimento a seguir:

...elaborar legislações que propiciem o convívio entre a natureza e a sustentabilidade, com o desenvolvimento econômico, devendo ser elaboradas legislações específicas. Daí a nossa participação no Conselho Gestor da APA, pensando uma sustentabilidade, quando divide a cidade na questão do macrozoneamento. Foi discutido no Plano Diretor. Não pode deixar de ter desenvolvimento, mas tem que ser com sustentabilidade, garantindo, assim, o futuro dos outros que virão, bem como a nossa própria sobrevivência. (Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Chefe de Divisão e membro do Conselho gestor das APAS)

Há que se compreender a necessidade de gerir os recursos naturais, por meio de um planejamento que atenda a realidade do município, num engajamento com as políticas sociais e ambientais. É preciso considerar o modelo de desenvolvimento da sociedade, já que esta, por sua vez, tem imbricado seus processos ecológicos, sociais, econômicos e culturais, conforme evidenciado no Plano Diretor, no Capítulo III, da Política do Meio Ambiente, no seu artigo 15º:

A política do Meio Ambiente será desenvolvida, pela administração pública através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente em parceria com a coletividade visando a preservação, à conservação, à defesa, à recuperação e à melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho atendidas as peculiaridades locais e regionais em harmonia com o desenvolvimento social e econômico.

Apresenta-se, na Figura 12, o mapa florestal dos municípios do Estado de São Paulo, com a localização da cidade de Bauru, no quesito da vegetação.

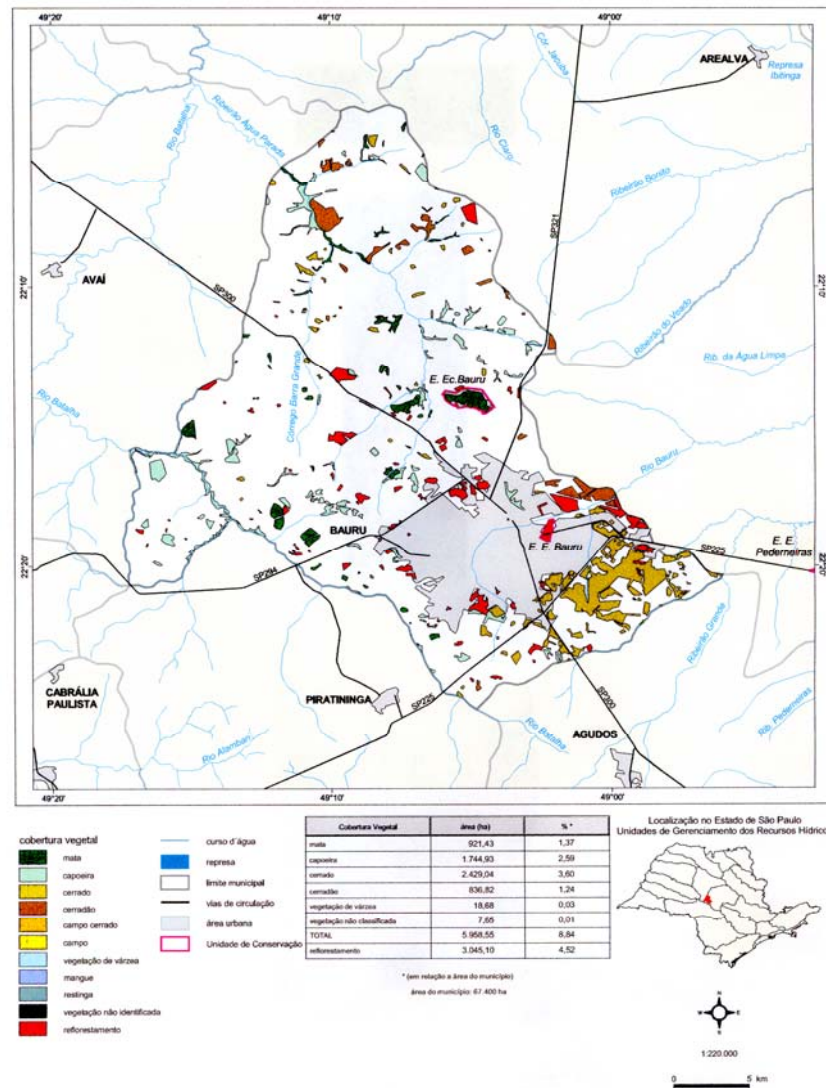


Figura 12 – Mapa florestal do município de Bauru

O mapa elaborado pelo Instituto Florestal, revela que 91,16% da mata original de Bauru foi cortada. Ou seja, restam 8,84% da vegetação nativa. Mostra ainda que em Bauru restam 5.958,55 hectares de cobertura vegetal nativa (8,84%). Desse total, 921,43 hectares são de mata (1,37%); 1.744,93 hectares de capoeira (2,59%); 2.429,04 hectares de cerrado (3,6%); 836,82 hectares de cerradão (1,24%); 18,68 hectares de vegetação de várzea (0,03%) e outros 7,65 hectares de vegetação não classificada (0,01%) (O DESAFIO..., 2008).

Outro dado relevante refere-se à área rural, onde mais de 43 mil hectares estão cobertos com pastagens. Assim, o reflorestamento – plantio de pinus e eucalipto – ocupa 3.045,10 hectares, cerca de 4,52% da área total do município. Ao

todo, são 254 fragmentos: 134 deles com menos de 10 hectares, 50 entre 10 e 20 hectares, 50 entre 20 e 50 hectares, 11 entre 50 e 110 hectares, sete entre 100 a 200 hectares e dois com mais de 200 hectares (O DESAFIO..., 2008). A fala do gestor ambiental confirma a situação do Município no quesito vegetação:

Com relação à vegetação, o município de Bauru tem 80% de sua área coberta por mata nativa, que é pouco, e o desafio é manter o existente e incentivar o aumento da cobertura florestal... No ano passado, com a elaboração de uma resolução que oriente e incentive a criação das Reservas Particulares de Patrimônio Natural, foram criadas através de uma legislação federal e que incentiva com isenção de impostos (rural). A questão do Plano de Manejo... é bastante importante o trabalho em conjunto e a integração entre as Secretarias envolvidas nesse planejamento, para o desenvolvimento do município. (Bióloga, diretora do zôo botânico, membro do Conselho Gestor das APAS)

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente, o artigo 17 do Plano Diretor expressa as áreas consideradas de preservação permanente, para efeito de cumprimento da lei. São elas:

- I- a cobertura vegetal que contribui para a estabilidade das encostas sujeitos à erosão e ao deslizamento;
- II- as nascentes, as matas ciliares e as faixas marginais de proteção das águas superficiais;
- III- as áreas que abriguem exemplares raros, ameaçados de extinção ou suficientemente conhecidas da flora e da fauna bem como aquelas que servem de pouco abrigo ou reprodução de espécies migratórias.

Entre as estratégias discutidas durante um *Workshop* realizado no ano de 2008, no qual os números do desmatamento foram apresentados, estão a criação de novas unidades de conservação¹⁵, a implementação do plano de manejo das unidades já existentes, a averbação de reservas legais, o combate ao

¹⁵ O Plano Diretor do município de Bauru, em seu Art.18, refere: ficam criadas as Unidades de Conservação Ambiental no Município de Bauru constantes do mapa: Caracterização Territorial do município e unidades de Conservação Ambiental. I- Parque Municipal denominado Parque Ecológico Tenri-Cidade Irmã/ Jardim Botânico Municipal de Bauru; II- áreas de Proteção Ambiental-APAS; III- Setores Especiais de Conservação de Fundo de Vale – SEC'S.

desmatamento ilegal, a formação de corredores ecológicos, a partir da recuperação das matas ciliares, e pesquisas científicas para identificação da fauna e da flora.

Na abordagem da questão relacionada à política ambiental integrada às políticas públicas do município, obteve-se os seguintes depoimentos:

Eu penso que esta questão intersetorial, entre as secretarias e a intersetorialidade entre as políticas públicas, ela está sendo pensada, visando a quebra de paradigmas e isto é um avanço. Eu penso que nós, no Conselho Gestor, estamos pensando isto, visando essa integração ... desenvolvimento econômico, meio ambiente, o DAE, o DPRN, todos os órgãos que fazem esta gestão ambiental. (Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Chefe de Divisão e membro do Conselho gestor das APAS)

Percebo um esforço nesse sentido, principalmente nesta última gestão. Houve a conferência das cidades... e desde o advento das conferências... com isso maior participação popular. De uns seis anos para cá, nós percebemos esse esforço, de um debate considerando a transversalidade, considerando o viés ambiental e dentro das demais políticas, quer seja de âmbito social, saúde, porque existe uma interface ambiental na área da saúde, social e habitação. (Engenheira agrônoma, Coordenadora do Escritório Regional do IBAMA e membro do COMDEMA)

É notória a desarticulação existente entre as políticas sociais, no cenário do município. Por sua vez, isso atinge a população, em suas necessidades sociais e modo de vida, pois são políticas desvinculadas de uma visão de totalidade.

Faz-se importante ressaltar que esses gestores são considerados formadores de opinião, pelos cargos, pela participação e posições que ocupam nos órgãos municipais, representativos no campo ambiental e sustentável.

Em relação ao Projeto Ambiental “Município verde”, lançado pelo governo do Estado de São Paulo, no ano de 2007, Bauru terá que cumprir dez metas. Os municípios que cumprirem os requisitos estabelecidos pelo Estado receberão a certificação e terão prioridade na obtenção de recursos estaduais.

A seguir serão identificados os dez itens que integram o protocolo assinado pelos prefeitos que pleiteiam o selo de Município Verde (O DESAFIO..., 2008, p. 1).

- ✓ **Esgoto tratado:** implantar a coleta e tratamento de esgotos domésticos, eliminando a poluição dos recursos hídricos. Os municípios deverão ser capazes de realizar a despoluição dos dejetos em 100%, até o ano de 2010, ou terem contratado obras e serviços ou, ainda, firmado Termo de Compromisso com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente para que efetivem o tratamento de esgotos em 100%, até o final de 2014.
- ✓ **Lixo mínimo:** estabelecer política de gestão dos resíduos sólidos, por meio da coleta seletiva e a reciclagem, eliminando, até o final de 2010, qualquer forma de deposição de lixo a céu aberto, promovendo a recuperação das áreas degradadas e contaminadas. Termos de compromisso firmados entre os municípios e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com a interveniência da CETESB, definirão prazos e condições.
- ✓ **Recuperação de mata ciliar:** participar do programa governamental de recuperação de matas ciliares, em conjunto com a Secretaria do Estado do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, auxiliando na delimitação e demarcação das áreas prioritárias de atuação, particularmente na proteção das principais nascentes.
- ✓ **Arborização urbana:** implementar programa de arborização urbana e manutenção de áreas verdes municipais, diversificando a utilização das espécies plantadas, incluindo a manutenção do viveiro municipal, para produção de mudas com características paisagísticas ou a serem destinadas à re-vegetação de áreas degradadas, no perímetro urbano ou rural, preferencialmente de espécies nativas e frutíferas.
- ✓ **Educação ambiental:** estabelecer programa de educação ambiental para a rede pública de ensino municipal, promovendo também a conscientização da população a respeito da agenda ambiental, incluindo a participação nos mutirões ambientais, a serem definidos pela SMA.
- ✓ **Habitação sustentável:** definir programa para a redução de uso de madeira oriunda da Amazônia na construção civil do município, auxiliando a fiscalização do comércio das madeiras locais,

defendendo o uso de madeira sustentável ou oriunda de florestas plantadas.

- ✓ **Uso da água:** implantar programa municipal contra o desperdício de água, apoiando a cobrança do uso da água na bacia hidrográfica onde se situa o município, favorecendo e integrando-se ao trabalho do Comitê da Bacia Hidrográfica naquilo que lhe for pertinente.
- ✓ **Poluição do ar:** apoiar o governo no programa de controle da poluição atmosférica e de gases de efeito-estufa.
- ✓ **Estrutura ambiental:** constituir, preferencialmente por lei, órgão próprio da estrutura executiva municipal responsável pela política de proteção do Meio Ambiente e dos recursos naturais, implantando, nos municípios com população superior a 100 mil habitantes, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- ✓ **Conselho ambiental:** constituir, por lei, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com funções consultiva e deliberativa, adotando-se os critérios mínimos de representação, a serem indicados pela Secretaria Municipal Ambiental, assegurando-se a plena participação da comunidade científica, da sociedade civil e das organizações não-governamentais na agenda ambiental local (O DESAFIO..., 2008, p. 4).

Faz-se importante destacar, ainda, que o Plano Diretor do Município de Bauru, instituiu a Política Municipal do Meio Ambiente – que é desenvolvida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, criada em 1989, e principal executora da Política Municipal de Meio Ambiente em parceria com a coletividade – já definida pelo Código Ambiental do Município e responsável pelas seguintes atribuições:

- ✓ manejo de flora afeto ao Jardim Botânico;
- ✓ prevenção da fauna, com a presença de inúmeros animais em perigo de extinção e reprodução em cativeiro, dentre outros, afetos ao zoológico municipal;
- ✓ arborização urbana e paisagismo em praças e logradouros públicos, junto à divisão de Parques e Áreas Verdes, onde funciona o Viveiro Municipal;
- ✓ atividades de Educação Ambiental em conjunto com entidades organizadas da sociedade;

- ✓ coleta seletiva de lixo, em parceria com a Associação de Catadores de Materiais recicláveis;
- ✓ autorização para substituição de árvores de arborização urbana;
- ✓ propiciar cursos de férias no zoológico;
- ✓ produzir mudas nativas do cerrado da região junto ao Jardim Botânico;
- ✓ manter orquidário com aproximadamente 2.500 exemplares;
- ✓ trabalhar com trilha ecológica no Jardim Botânico;
- ✓ promover palestras diversas;
- ✓ manutenção do Núcleo de Educação Ambiental na Vila Tecnológica;
- ✓ organização da Semana do Meio Ambiente e Semana da Árvore;
- ✓ efetuar parcerias com instituições públicas e privadas;
- ✓ realizar as podas na arborização urbana;
- ✓ reforma e manutenção de praças e conservação de áreas verdes;
- ✓ plantio de mudas arbóreas e ornamentais com doação aos munícipes;
- ✓ manter os 12 postos de entrega voluntária de materiais recicláveis;
- ✓ realizar a coleta seletiva em 32% das residências do município.

Dessa forma, observou-se que a gestão ambiental e sustentável está contemplada no Plano Diretor do município, o qual dispõe sobre assuntos que vão desde política de desenvolvimento da área rural e urbana, estendendo-se até políticas de desenvolvimento nos campos da educação, lazer, saúde e habitação, conforme depoimento:

Ter um plano, um planejamento. E vejo que aqui em Bauru é isto que está acontecendo... a questão do Plano Diretor Participativo... você vai pensar a cidade. Todas as cidades acima de 20.000 habitantes foram obrigadas a fazer e quando você se vê obrigado a estar pensando as legislações para estar resolvendo todos esses problemas, você tem que rever o seu mapa de zoneamento, para ver o que pode e o que não pode ser feito. A questão ambiental não é bem vista por todos os segmentos, principalmente os empresários; eles não têm compromisso, querem faturar e querem ganhar a curto prazo, sem pensar que vão estar destruindo e não vão

estar em conformidade com a questão ambiental. Então foi se pensando a SEMA; a partir do Plano Diretor, estar fazendo um estudo de todas as suas APAS (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Chefe de Divisão, membro do Conselho gestor das APAS)

A seguir, a Figura 13 mostra o mapa dos setores ligados ao Plano Diretor Participativo do município.

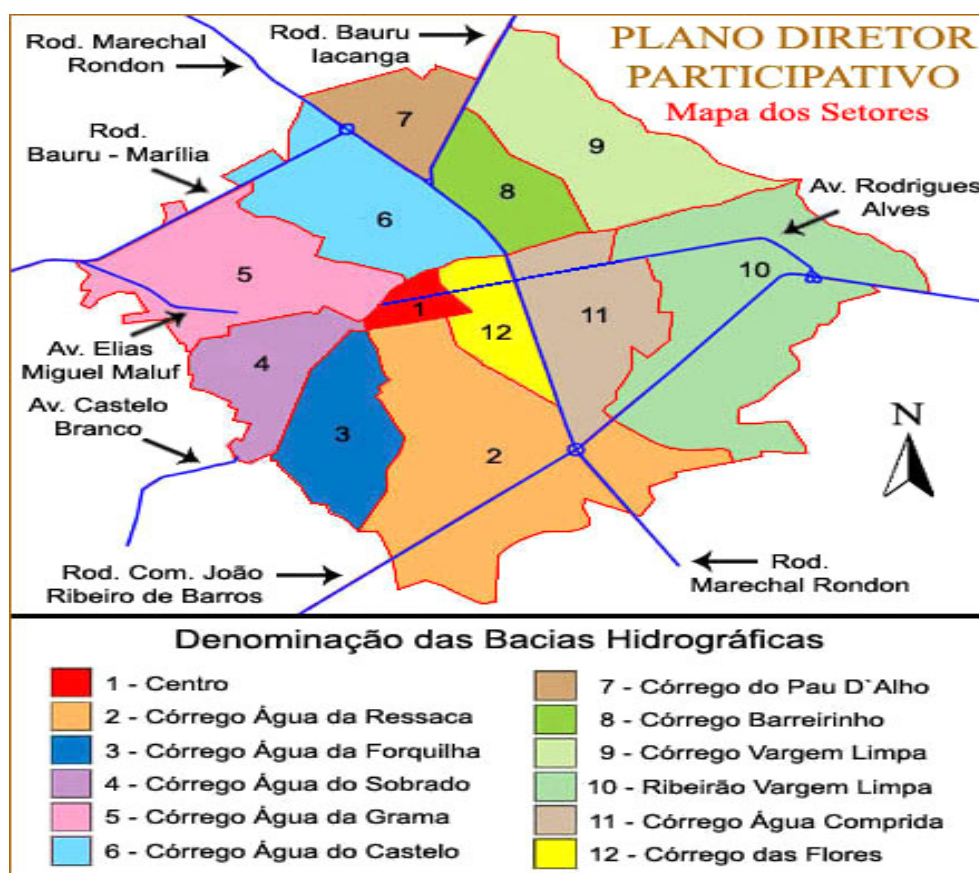


Figura 13 – Mapa dos setores do Plano Diretor Participativo

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Prefeitura Municipal de Bauru (2008)

A cidade se prepara para o futuro ambiental, mobilizando escolas, entidades, organizações não-governamentais (ONGs) e empresas com o objetivo de reduzir impactos de resíduos no meio ambiente. Hoje, as ações concretas para garantir a sustentabilidade dizem respeito ao lixo, estimulando-se a reciclagem, a redução do consumo da água, evitando-se o desperdício.

Essas ações podem ser encontradas por toda a cidade, envolvendo parte do empresariado, das escolas e dos moradores dos bairros. Por meio da implantação de projetos, alguns tímidos, outros mais ambiciosos, mostram que o futuro da cidade está ligado a ações de preservação, reaproveitamento do lixo e educação ambiental.

Quanto à dinâmica das ações e práticas ambientais, os entrevistados, em sua maioria, consideraram que ocorrem, porém, de forma incipiente e fragmentada.

Os depoimentos que se seguem, explicitam isso:

...as práticas ambientais não tem contribuído para um desenvolvimento social e econômico da Cidade, por conta da inércia que o município estava, sem condições de investimento, agora vemos que o município voltará a ter recursos do governo federal (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Diretora da Divisão de Serviços do Departamento da Indústria, membro do Conselho Gestor das APAS)

... então, acho que Bauru está no caminho, com o tratamento de esgoto, o Plano de Manejo, o Plano Diretor Participativo, o macro-zoneamento... A questão da cooperativa (a Cooperativa de Recicláveis) está com a SEMA, com profissionais de formação diferenciada, vendo a questão socioambiental. O DAE tem todos os projetos de implantação da rede de água e esgoto, tem também o termo de aditamento de conduta (TAC), junto ao Ministério Público, na recuperação da questão do esgoto. (Chefe de divisão, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, membro do Conselho Gestor das APAS)

Essas falas mostram que as ações e práticas focadas na gestão ambiental e sustentável do município estão ocorrendo, principalmente as relacionadas com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, tais como: ações focadas no lixo reciclável, nos catadores e na cooperativa de recicláveis, além da existência de uma preocupação voltada para o tratamento de esgoto, o plano de manejo, o macrozoneamento e o Plano Diretor Participativo, que é considerado um marco e um grande avanço na questão da sustentabilidade no âmbito do município. Portanto, constatou-se que essa secretaria vem atendendo aos seus princípios enquanto órgão gestor da política ambiental na localidade. Em contrapartida, nos

demais órgãos, embora estejam empenhados, essas práticas ainda são consideradas como tímidas.

Este conjunto de ações e práticas, no cenário do município, representa algumas ações que estão contribuindo para diminuir os impactos ambientais, no compromisso de um processo longo de cumplicidade na efetivação dos direitos socioambientais. A Figura 14 identifica os representantes do Novo Plano Diretor Participativo da cidade de Bauru.

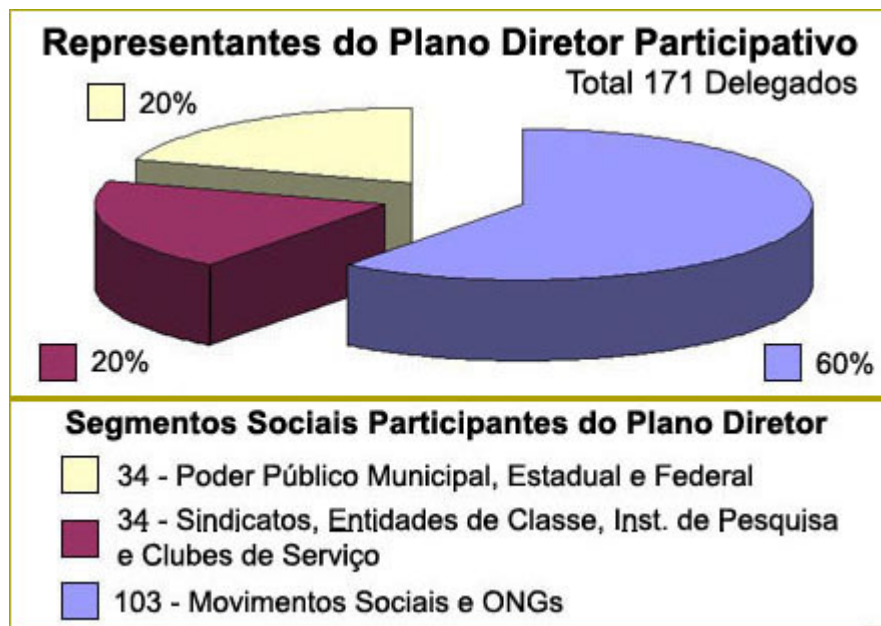


Figura 14 – Representantes do Plano Diretor Participativo

Fica evidenciado ainda que em relação a cidade de Bauru, o Plano Diretor Participativo é tido pelos gestores municipais como um instrumento básico e imperativo para a concretização da Política de Desenvolvimento Ambiental e Sustentável na municipalidade, conforme confirma o depoimento:

O Plano Diretor é o carro-chefe, é um marco, pois direciona o crescimento da cidade, o que deve existir naquela região, naquele setor da cidade... Porque, hoje, o Plano Diretor Participativo é um planejamento feito com a participação da sociedade, apontando os segmentos e o desenvolvimento, mas não o desenvolvimento a qualquer preço, mas um desenvolvimento sustentável (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Chefe de divisão e membro do conselho gestor das APAS)

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), em Bauru, mobiliza o poder público em prol de um projeto de educação ambiental e lançou, durante o mês de abril de 2008, o projeto “Olhos Verdes, hábitos para uma vida sustentável”. Para o desenvolvimento do projeto, foi feita uma parceria com as secretarias municipais de Educação e Meio Ambiente, além do Departamento de Água e Esgoto (DAE). Ainda de acordo com o CIESP, esses segmentos investem o ano todo em programas de preservação ambiental – entre os temas está o impacto dos resíduos sobre o meio ambiente – o foco de projetos em andamento em 90% das empresas instaladas na cidade (COMO..., 2008).

Ainda ressaltando a importância do novo Plano Diretor Participativo, é oportuno apontar uma pesquisa realizada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) sobre Bauru, que apontou sete elementos estratégicos que a cidade deveria implantar para tirá-la da condição atual –denominada “Cidade das Voçorocas” – e transformá-la em uma cidade “justa, democrática e sustentável”, que venha ocupar de fato o título de “Coração de São Paulo” (COMO..., 2008).

A Figura 15 apresenta um mapa que evidencia as sete estratégias consolidadas no Novo Plano Diretor Participativo.



Figura 15 – Mapa das sete estratégias para Bauru
Fonte: Alves (2008)

A seguir, a explicação para cada um dos elementos que constituem as *Sete Estratégias para Bauru*, conforme consta no Novo Plano Diretor Participativo.

➤ **Gestão democrática – participação dos cidadãos com avanços na democracia direta**

Na gestão democrática, os cidadãos exercitam o direito e o dever de participação nas tomadas de decisões do planejamento: na concepção, formulação, decisões e controle social do governo sobre os aspectos legais, do desenho da cidade e da implantação e gestão das políticas públicas.

O mecanismo jurídico de relações entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade, que se está oferecendo e sobre o qual se está estudando e aprofundando e que permitem esses avanços são as implantações das “Operações Urbanas de Desenvolvimento” para cada região de Bauru.

Nelas estaria contido, para cada região, um conjunto de ações de planejamento e urbanismo, previstas no Estatuto da Cidade para: moradia popular, desenvolvimento econômico, defesa do meio ambiente, preservação histórica, preservação da paisagem, implantação de acessibilidade sustentável, criação de parques integrados, equilíbrio e correção dos impactos gerados pela urbanização. Portanto, ações para um desenvolvimento sustentável, econômica, social e ambientalmente.

➤ **Criação de polos de desenvolvimento descentralizados**

Para cada região está prevista uma operação urbana de desenvolvimento, com ênfase em questões potenciais e estratégicas já existentes, para a geração de trabalho e renda, seja na indústria, no comércio, nos serviços, no turismo, no meio ambiente, nas instituições públicas, etc. Contudo, tendo em vista a enorme dívida social existente nas regiões, o poder público deveria priorizar o direcionamento de seus recursos a três dessas regiões, que são as mais carentes: Zona Norte; Córrego da Grama e Aeroporto. Para as demais regiões é necessário elaborar modelos autossustentáveis de desenvolvimento, apoiados na iniciativa privada ou recuperação integral dos recursos públicos investidos e pagamento dos impactos do desenvolvimento.

➤ **Criação de multianéis viários**

Sistematização de uma “rede” de acessibilidade para pessoas e mercadorias, priorizando as relações bairro a bairro, as articulações entre os novos polos descentralizados de desenvolvimento e os meios não poluentes de transporte, como as ciclovias e mobilidade a pé, no caminho de uma “cidade saudável”. Nesta linha, dever-se-ia diminuir a ênfase em projetos de avenidas que levam as pessoas apenas para a região do centro histórico, pois isso é autofágico para uma região que já carece de uma operação urbana de revitalização e onde a habitação social, o turismo e a cultura deveriam ser programas prioritários.

➤ **Criação de parques urbanos integrados**

Cada operação urbana deveria implantar no seu interior um Parque Integrado Urbano, financiado pelos recursos gerados pelas operações urbanas de desenvolvimento, fruto de contrapartidas da iniciativa privada, pela liberação de áreas à verticalização maior da cidade. Nesses parques, estariam integrados com o meio ambiente: edifícios públicos escolares, de saúde, de lazer, esporte, cultura, administrativos, comerciais, etc., todos integrados com a recuperação ambiental. Para a “operação cabeceira” do Rio Bauru, deveriam ser desenvolvidas novas formas urbanizadoras, mais sustentáveis, como as “Torres Parques”, com liberação e preservação muito maior das áreas de “florestas urbanas” e mananciais, ao invés dos loteamentos ou condomínios fechados horizontais.

➤ **Ênfase à moradia popular e descentralização da verticalização**

Em cada operação de desenvolvimento dar-se-ia ênfase a programas de moradia popular, de regularização fundiária, construções de habitações sociais, urbanização e implantação de infra-estruturas, como asfalto e galerias, etc., priorizando-se a ocupação sustentável dos vazios urbanos e resguardando-se os espaços suficientes para os Parques Urbanos, ao redor dos quais e das principais vias urbanas seria incentivada uma maior verticalização, com a cobrança de contrapartidas econômicas e ambientais para sua implantação.

➤ **Criação de novas centralidades**

Desenvolver programa urbanístico que fortaleçam e organizem as novas centralidades que estão surgindo em cada região, estabelecendo-se critérios para a

criação de espaços saudáveis, bonitos, funcionais e, principalmente, capazes de colaborar com a socialização e integração das pessoas diferentes faixas etárias.

➤ **A criação de uma “paisagem diversificada”, justa, democrática e sustentável**

Paisagem inspirada numa característica única de Bauru, no contexto das cidades médias, ou seja, da “verticalização espalhada” da Zona Sul em convívio com outras tipologias construtivas. Essa deveria ser uma meta para as demais regiões e operações urbanas de desenvolvimento: sem “*apharteid*” social, propiciando a convivência próxima de classes sociais diferentes, com edificações de várias tipologias, preservando-se as características da paisagem e permitindo haver maior coesão social ao invés de exclusão social. Bauru ainda é propícia à “ventilação urbana”, à “não-formação de ilhas de calor”; ainda é possível se ver o horizonte por entre “frestas visuais das edificações” (VIVA..., 2008).

A seguir, apresenta-se uma breve análise, no contexto histórico das práticas de Educação Ambiental, à formulação da política ambiental brasileira e a sua relação com o Serviço Social.

3 POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

A natureza não dá saltos; a do homem tampouco deve fazê-lo.

Diante do quadro societário vigente, pretende-se discorrer, a seguir, numa perspectiva de análise da política ambiental como uma das políticas públicas versada nos denominados *novos paradigmas*.

No cenário brasileiro, no que se refere ao acesso da coletividade aos direitos socioambientais e à cidadania, o meio ambiente é um direito de todos os cidadãos e está contido nos preceitos da Constituição Federal de 1988. Contudo,

... na esfera urbana, sobretudo nos grandes centros, a subordinação política da maioria da população tem sido mantida e reforçada em grande parte pela manipulação e controle exercidos pelas classes dominantes por meio dos veículos de comunicação de massa. O que acarreta a idealização de consumo, levando o indivíduo a se submeter aos valores sociais dominantes e não a questioná-los, aceitando assim as desigualdades sociais como naturais. (ALVES, 1995, p.149)

Tomando-se como base o processo histórico-evolutivo da gestão ambiental para a contemporaneidade, constata-se que a temática tomou conta das agendas políticas em discussão, constantemente com vistas a um redimensionamento na relação do homem com a natureza.

Historicamente, a década de 1980 foi marcada pela grande mobilização política que presenciou o fim do regime autoritário no Brasil, portanto, com muitas dificuldades relevantes à economia brasileira. No campo ambiental, nessa época, passou a existir uma preocupação com os recursos naturais existentes no país, especialmente na formulação de políticas, conforme afirmou Lopes (1998, p. 1).

A partir da década de 80, a preocupação do Brasil com a utilização de seus recursos naturais aumentou sensivelmente. A Constituição Federal de 1988 criou condições para a descentralização da formulação de políticas permitindo que os Estados e Municípios assumissem uma posição mais ativa nas questões ambientais locais e regionais. Iniciou-se então a formulação de políticas e programas mais adaptados à realidade econômica e institucional de cada Estado, permitindo maior integração entre diversas esferas governamentais e os aspectos econômicos.

É importante ressaltar que, em 1988, ocorreu a inclusão da questão ambiental como direito de todos e dever do Estado, conforme consta no capítulo *Meio Ambiente*, da Constituição Federal 1988, considerada a constituição-cidadã.

Na análise de Vieira (2001), para fazer valer o direito ao meio ambiente, é preciso conhecer um pouco de ecologia e de políticas ambientais, não apenas como político de governo, mas como parte das políticas públicas voltadas para o interesse da maioria da sociedade. E depois, é preciso ainda conhecer para defender o meio ambiente.

Este novo paradigma jurídico, que reconhece o meio ambiente como direito, como um bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida dos cidadãos, aponta para a inserção da profissão de Serviço Social em suas intervenções cotidianas, considerando que o exercício profissional se consolida fundamentalmente na mediação pelos direitos sociais e ampliação da cidadania.

Dessa forma, o assistente social pode trabalhar conjuntamente aos demais profissionais envolvidos com a gestão ambiental e sustentável, contribuindo de maneira significativa nas práticas e ações que demandam neste campo.

Na continuidade da presente análise, é importante acentuar que, no Brasil, o amadurecimento social no trato das questões ambientais tem se manifestado gradativamente, especialmente pelas legislações ambientais, as quais têm instituído novas regras e posturas. No processo de evolução, o início das práticas de Educação Ambiental é datado a partir de 1973, com a implantação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), com grande avanço da consciência ambiental na década de 1980. Destaca-se, no início dessa década, a Lei Federal nº. 6938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente e passou a dar um novo enfoque na tratativa a ser dispensada ao meio ambiente. Constata-se que, a partir da citada lei, redefiniram-se as metodologias e políticas públicas, adotando-se novo conceito de gestão ambiental e de interdependência dos elementos e multidisciplinaridade da questão.

Levando-se em conta a instituição dessa política ambiental nacional e o artigo 225 da Constituição Federal, pode-se identificar que o Poder Público exerce papel de protagonista neste quadro, sendo dele a responsabilidade pela adoção de uma adequada política de proteção, desenvolvendo, direcionando e priorizando as ações pela busca de uma melhor condição e qualidade ambiental.

Cabe ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), pela lei n. 6938/81, articular as diferentes instâncias e sistemas, exercendo a função consultiva e deliberativa do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), instituído pela lei n. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo decreto 99.274/90. O SISNAMA é constituído pelos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e municípios, bem como pelas fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, como estabelece a Lei Federal nº 6938/81. Inclui-se também a Lei dos Direitos Difusos, editada na década de 1980, outro documento legal de considerável força à proteção ambiental.

Em meados do ano de 1980, o CONAMA editou a Resolução n.1, como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, com o objetivo de estabelecer responsabilidades, critérios e diretrizes gerais para o uso e implantação da Avaliação do Impacto Ambiental. Também nessa década, ocorreu um gradual retorno da discussão de novos empreendimentos no setor elétrico, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010. Ainda com relação à Resolução n. 6 do CONAMA, ficou estabelecido que os órgãos licenciadores deveriam indicar os momentos em que poderiam ser solicitadas as Licenças Prévias de Instalação e de Operação, de acordo com as etapas do empreendimento.

Na década de 1990, a política ambiental brasileira passou a ser destacada como alternativa para a democratização, uma vez que ocorreu o fortalecimento das organizações da sociedade e a representação paritária nos órgãos colegiados, bem como alcançaram destaque alguns programas e núcleos, ocorrendo uma implementação na Política Ambiental¹⁶, como se descreve a seguir.

¹⁶ Segundo Vázquez (1990), a política é uma atividade prática, vinculada a algum tipo de organização dos membros de grupos ou classes (instituições e organizações políticas). Outra característica da política é que, embora seja acompanhada de um choque de idéias, projetos, programas, etc., a prática política pressupõe a participação de amplos setores da sociedade. Mas não se trata de uma atividade espontânea, ainda que nela se deem atos espontâneos de determinados indivíduos ou grupos. Persegue determinados objetivos que correspondem aos interesses radicais das classes sociais, e em cada situação concreta, a realização desses objetivos está condicionada pelas possibilidades objetivas inscritas na própria realidade. Uma política que corresponda a essas possibilidades e que exclua todo aventureirismo exige um conhecimento dessa realidade e da correlação de forças para não se propor ações que culminem inexoravelmente num fracasso (p.201).

- ✓ Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA): 1984.
- ✓ Inclusão da Educação Ambiental como direito na Constituição Federal: 1988.
- ✓ Criação dos Núcleos de Educação Ambiental, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC): 1992.
- ✓ Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), pelo MEC e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA): 1994.
- ✓ Elaboração dos Parâmetros Curriculares, definidos pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, em que “meio ambiente” é incluído como um dos temas transversais: 1997.
- ✓ Aprovação da Política Nacional Ambiental pela Lei 9.795: 1999
- ✓ Implementação do *Programa Parâmetros em Ação: meio ambiente na escola* pelo MEC: 2001
- ✓ Regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, lei 9.795, pelo Decreto 4.281: 2002
- ✓ Criação do Órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, reunindo MEC e MMA: 2003

A Organização das Nações Unidas divulgou as oito metas de desenvolvimento do milênio, apresentadas na Declaração do Milênio, adotadas pelos 191 estados-membros no dia 8 de setembro de 2000, e que se pretende alcançar até 2015. Entre as oito metas estabelecidas, destaca-se a Meta 7, que visa a sustentabilidade ambiental e preconiza que um milhão de pessoas ainda não tem acesso à água potável. Ao longo dos anos 1990, no entanto, quase um bilhão de pessoas ganharam esse acesso à água, bem como ao saneamento básico, uma vez que a água e o saneamento são dois fatores ambientais-chave para a qualidade da vida humana e fazem parte de um amplo leque de recursos e serviços naturais que compõem o meio ambiente – clima, florestas, fontes energéticas, ar e biodiversidade – de cuja proteção dependem o ser humano e muitas outras criaturas neste planeta. Observa-se que os indicadores para esta meta eram, justamente, “indicativos” da adoção de atitudes sérias na esfera pública. Sem a adoção de políticas e programas

ambientais, nada se conserva adequadamente, assim como, sem a posse segura de suas terras e habitações, poucos se dedicarão à conquista de condições mais limpas e sadias para seu próprio entorno.

Diante destas conquistas, foram debatidas as propostas de reforma e pressões para a democratização na gestão da política e, em especial, na criação de órgãos colegiados com representações da sociedade, tais como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente (CONEMAs) e Conselhos de Defesa do Meio Ambiente Municipal Sustentável (CONDEMAS). Assim, entraram em ação a realização de audiências públicas para o licenciamento de empreendimentos que exigiam Estudo de Impacto Ambiental e o apoio financeiro às iniciativas da sociedade, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, de Fundos Estaduais, do Programa de Execução Descentralizada e de parcerias em projetos. Incluíram, também, nessas exigências a criação de instrumentos ecológicos de controle no processo de reforma do Estado e de gestão participativa para o desenvolvimento sustentável (ROESLER, 2007).

Analisando-se o contexto acima e relacionando-o com o Serviço Social, identifica-se a pertinência e a inserção desta profissão no campo ambiental, considerando-se o domínio de conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos na prática profissional. Faz-se importante destacar as afirmações de Martinelli (1997) ao referir-se à categoria *identidade*¹⁷ na prática profissional. É imperioso reconhecer que o enfrentamento da questão da identidade – como campo fecundo onde pulsam diversidades, tempo, movimento – é vital que o Serviço Social assuma a plenitude de suas potencialidades, sua vocação como uma entre outras práticas sociais direcionada para o processo de transformação social da realidade.

Dentro desse contexto, é pertinente ressaltar que a identidade é construída com o vivido – a lógica que organiza a sociedade é a lógica do mercado. Hoje, não é possível considerar somente a relação capital e trabalho, é preciso considerar outras configurações que permeiam a sociedade. Essas pontuações remetem à visão teórico-social transformadora, onde encontram-se elementos da teoria social marxista neste novo olhar, possibilitando trabalhar-se a categoria

¹⁷ Compartilha-se a idéia de Martinelli (1997, p. 12) sobre “identidade”, compreendendo-a como “uma categoria sócio-histórica”.

*totalidade*¹⁸ como alcance para o processo de transformação social da realidade como segue:

- Sociedade: estratificação em grupos de classes. Todas as sociedades estão estratificadas em grupos e classes distintas, estando o poder e a autoridade intimamente vinculados à organização econômica da sociedade. O capitalismo explicita as relações de classes, criando um conflito entre os donos de capital e a classe trabalhadora. Essa relação é de exploração.
- Luta de classes e mudança social: a sociedade é um produto de luta de classes e a mudança social é mais revolucionária. As sociedades passam por etapas definidas de desenvolvimento, cada etapa contendo contradições sociais. Mas, a sociedade e a história não são exclusivamente externas ao homem, pois é por intermédio da sua própria atividade, como membro de uma classe social, que o mundo social e histórico é criado.
- Sociedade e estruturas de níveis: os níveis são inter-relacionados e a sociedade é uma totalidade. A base econômica é a infraestrutura (modo de produção); estão intimamente ligados à superestrutura, às instituições que produzem o conhecimento (meios de comunicação de massa, igreja, educação, etc.) e às relações da produção (relações entre classes).
- Processos sociais: são contraditórios e dialéticos – os processos sociais nunca são homogêneos e uniformes e sim contraditórios e dialéticos. Todos os fenômenos são inter-relacionados, gerando contradições entre eles.
- Sociedade e história: a sociedade e a história se caracterizam por certas leis, mas, é homem que, finalmente, faz o mundo, tanto pela ideologia (ou “falsa consciência”), como pela força. A alienação tende a obscurecer, para o homem, o fundamento real para a sociedade que é a exploração e a desigualdade.

¹⁸ A totalidade social na teoria marxista é um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas, pelas quais suas partes específicas e complexas estão relacionadas entre si, numa série de inter-relações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam (BOTTOMORE, 1988, p.381).

Após reflexão sobre esses elementos, os quais se apresentam como alternativas da prática profissional, por estarem articulando todas as relações sociais, é que se fará aproximações de pensar o Estado como espaço dialético de lutas de classes e como espaço privilegiado do processo de transformação social. Ainda neste sentido, há que se considerar que: a proposta de formação profissional é versada sobre a tese “de que o significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social está inscrito no conjunto das práticas sociais que é acionado pelas classes e mediadas pelo Estado, em face das ‘sequelas da questão social’”. Portanto, a particularidade do Serviço Social, na divisão social e técnica do trabalho coletivo, encontra-se “organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da ‘questão social’ e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.154).

Dessa forma, fica evidenciada a questão de que o meio ambiente está totalmente embricado no campo dos direitos, bem como a competência dos governos, coletividade. Assim, aponta também para a participação dos assistentes sociais em desenvolver ações e práticas sustentáveis com o intuito de defender e preservar o planeta Terra.

Nesse sentido, hoje, um dos principais desafios das políticas públicas diz respeito justamente à necessidade de territorializar a sustentabilidade ambiental e social do desenvolvimento – o “pensar globalmente mas atuar localmente” – e, ao mesmo tempo, dar sustentabilidade ao desenvolvimento do território, ou seja, fazer com que as atividades produtivas contribuam efetivamente para o aperfeiçoamento das condições de vida da população e protejam o patrimônio biogenético a ser transmitido às gerações futuras (GUIMARÃES, 2001).

Torna-se fundamental que os profissionais de Serviço Social passem a incorporar a dimensão social nas políticas ambientais, para a concretização da prática profissional, com vistas ao acesso aos direitos socioambientais. Assim, para melhor explicitar e compreender o assunto, no próximo item serão enfocados conceitos e valores fundamentais aos direitos socioambientais.

3.1 Conceitos e valores fundamentais aos direitos socioambientais

Os direitos socioambientais, constitucionalmente garantidos (LIMA, 2002), podem ser melhor compreendidos, por sua vez, por meio de uma leitura socioambiental sobre os diversos direitos já consagrados na Constituição Brasileira de 1988, tais como: os direitos indígenas, direitos ambientais, direitos agrários, culturais, entre tantos outros.

Assim, o conceito socioambiental adotado é resultante, em sua essência, de uma equação composta e multifacetária, ainda a ser decifrada – tanto no plano da doutrina e da principiologia do Direito quanto no plano da formulação e da implementação de políticas públicas. A essência da perspectiva socioambiental, portanto, não se resume como poderia parecer, à soma linear e aritmética entre o “social” mais o “ambiental”.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado; a dignidade da pessoa humana e a cidadania; a construção de uma sociedade mais justa e solidária; o combate a todas as formas de racismo; a autodeterminação dos povos; a supremacia dos direitos humanos; a função social das propriedades urbana e rural; a valorização e a difusão das manifestações culturais populares; indígenas e afro-brasileiras; a proteção dos bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, a ação e à memória, as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico e ecológico; os espaços territoriais especialmente protegidos, a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, o cerrado, a Caatinga, o Pantanal e a Zona Costeira, são apenas alguns dos componentes essenciais que integram essa complexa e dinâmica equação que resulta inexoravelmente na construção da síntese socioambiental brasileira (LIMA, 2002, p. 14).

Com relação aos bens e aos direitos socioambientais, sentencia Souza Filho (2002): os direitos socioambientais não são aqueles formados pela mera soma de direitos subjetivos individuais, assim como o bem socioambiental não é aquele que possui vários proprietários individuais, ainda que de forma indivisa. Os bens socioambientais são somente aqueles pertencentes a um grupo de pessoas, cuja titularidade é difusa, porque não pertence a ninguém em especial, mas, cada um pode promover sua defesa, que beneficia sempre a todos.

O mesmo autor em sua análise, aborda a questão jurídica do direito socioambiental, ressaltando que o fato de não ter valor econômico em si não

significa que não possa gerar renda individual ou para a comunidade. Ele não tem valor econômico porque não é passível de alienação, mas, sua destruição ou dano a ele causado pode vir a ser, em casos extremos, valorado economicamente. Nessa mesma linha de raciocínio argumenta ainda que:

A diferença jurídica entre uma e outra situação é que o formado pela soma de vários individuais, torna cada parte disponível a seu proprietário, no socioambiental não. Isto porque o direito não pode ser dividido por titulares. Uma eventual divisibilidade de seu objeto fará com que todos os titulares do todo continuem sendo titulares das partes. Não são passíveis de alienação, portanto não podem ser reduzidos ao patrimônio de um indivíduo. São inalienáveis e, portanto, imprescritíveis, inembargáveis, intransferíveis (SOUZA FILHO, 2002, p.37)

O meio ambiente não deve ser compreendido apenas em torno da natureza, mas, em tudo aquilo que “cerca” o homem cotidianamente. As inúmeras modificações realizadas pelo ser humano, envolvendo a terra, a água, o ar, a flora e a fauna são cenários nos quais se presenciam os fatos naturais e a vida dos seres humanos, relações que se dão de forma dinâmica e coletiva na sociedade.

Dessa forma, a proteção e a preservação socioambiental não podem ser totais, porque tanto a natureza como a cultura humana, permanentemente, sofrem alterações e as transformações fazem parte do próprio conceito de vida.

3.2 Instrumentos para a realização dos direitos socioambientais

Faz-se importante conhecer e destacar alguns dos principais instrumentos para a efetivação dos direitos socioambientais, consagrados na Constituição de 1988.

Benatti (2003), fez uma análise crítica do procedimento de licenciamento ambiental de propriedades rurais, sob a ótica da agricultura familiar, propondo uma nova metodologia para o licenciamento, de maneira que integre as atividades extrativas e agrícolas à conservação dos recursos naturais. A análise partiu do pressuposto constitucional de que toda propriedade rural tem por função social produzir e conservar o meio ambiente. Esta reflexão e contribuição se deram como forma de superar a dicotomia entre as regras do Direito Agrário e do Direito Ambiental, afirmando que: a regulação deve ocorrer fundamentada nas condições

básicas do processo de produção camponesa, ou seja, agricultura e manejo florestal como unidade produtiva e interdependente.

O autor referiu ainda que, de fato, ao fazer essa distinção metodológica, está se criticando a forma pela qual é regulada a atividade agrária camponesa, seja na estrutura familiar, seja na estrutura comunitária. Ele destacou, também, a dificuldade em trabalhar duas categorias de apropriação e uso dos recursos naturais, a familiar e a comunitária, pois a realidade camponesa é extremamente complexa.

Para elucidar essa questão, cita-se o artigo 186 da Constituição Federal, no qual consta que:

...ao tratarmos dos recursos naturais renováveis, analisaremos a regulação do uso agrícola e do manejo florestal, tendo como princípios norteadores a função social da propriedade da terra, o aproveitamento nacional e adequado do imóvel rural, a utilização apropriada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente.

Verifica-se que não apenas o proprietário, mas, o Estado, como representante da coletividade, tem interesse na utilização do solo e dos recursos naturais.

Dessa forma, a concepção da atividade agrária como resultado da ação humana sobre a natureza, com o intuito de lucro e de provimento das necessidades humanas, acaba sendo muito restrita para a conjuntura atual. É necessário ampliar a noção de que a propriedade baseia-se no trinômio terra/homem/produção, pois a ela se devem incorporar os novos elementos introduzidos pela Constituição Federal de 1988.

Com fundamentação nos mandamentos constitucionais, é possível afirmar que as diretrizes são: terra, mulher ou homem, produção e proteção ambiental. Assim, a atividade agrária seria definida não como qualquer exploração rural, mas, como aquela que, além de condicionar o processo produtivo, não é nociva à natureza (BENATTI, 2003).

Nota-se então que, atualmente, vem se discutindo a questão da atividade agrária, e não mais apenas a ação humana objetivando o lucro, incorporando-se novos elementos constitucionais e novas diretrizes: a terra, o homem, a produção e a proteção ambiental.

Cabe aprofundar o significado do exercício de direitos e a plena democracia na formulação de políticas públicas que se efetivem. Explicitando melhor a questão do direito, Lima (2002, p. 334) referiu:

...que ferramentas o Direito oferece ou pode oferecer para que o povo exerça o poder de “interagir” e, porque não dizer de “intervir” propositivamente na formulação e no monitoramento de políticas públicas que os beneficiem ou afetem seus direitos coletivos e difusos socioambientais consolidados constitucionalmente?

Para o economista e ecologista chileno Marcel Claude, em entrevista exclusiva e recente, afirmou que: “O lucro é o inimigo número um do meio ambiente” (ESTRADA, 2008). Na sua perspectiva, o capitalismo é uma intervenção brutal nos sistemas naturais. A busca iminente pelo lucro faz crescer, cada vez mais, o capitalismo; este só seria freado com políticas que extingam toda forma de lucro ou com o fim da vida sobre a Terra. O ecologista exemplificou afirmando:

A visível recessão mundial pode reduzir a pressão sobre os recursos naturais. Devido a uma produção menor, mas também pode relaxar as práticas de proteção ambiental, alertando sobre o desaparecimento dentro de duas décadas das florestas autóctones de seu país causou considerável alvoroço em 1995... a, bolha especulativa do setor hipotecário dos Estados Unidos foi apenas o detonador. Com maior profundidade a queda da “economia real”, porque os Estados permitiram a concentração da propriedade e o aumento da desigualdade e da pobreza em favor da progressão da “economia financeira.” (ESTRADA, 2008, p.36).

Claude reafirmou sua perspectiva crítica em relação aos sistemas naturais, pois, segundo ele, o capitalismo existe, está mais vivo do que nunca e continuará vivo por muito tempo. Referiu ainda que, por exemplo, a atual crise é uma mostra disso, pois o capitalismo construiu uma tremenda capacidade de desenvolver sua razão de ser: o lucro.

A essência do capitalismo não é a propriedade privada, embora as vezes esta funcione como instrumento legal para materializar o lucro. Nem são os governos de direita. O capitalismo é a busca de lucros, da taxa de ganhos. O que move o capitalismo são dois pecados capitais; a avareza e a cobiça. Não são virtudes humanas como a solidariedade, a justiça, a verdade e o amor (ESTRADA, 2008, p. 36).

Estabelecendo-se um paralelo entre as afirmações de Claude sobre essência do capitalismo e os direitos do homem na relação com a natureza e a degradação ambiental, encontra-se um fator determinante, que é o próprio homem em suas relações cotidianas. Portanto, a percepção do meio ambiente está vinculada à cultura, aos valores, comportamentos e atitudes, enfim, ao modelo de sociedade e suas características, que envolvem os seus membros.

Diante deste entendimento, da mesma forma, tem-se a percepção do Serviço Social numa dimensão educativa da prática profissional, que por sua vez, intervêm nas relações sociais que se dão, na reprodução do movimento desta mesma sociedade, numa perspectiva de totalidade, abarcando a dinâmica das relações existentes entre as classes sociais, com a finalidade maior de efetivar os direitos socioambientais e os direitos sociais. No próximo item, algumas considerações sobre os direitos sociais no Brasil.

3.2.1 Algumas considerações sobre os direitos sociais no Brasil

Direitos sociais são direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, que têm por finalidade a melhoria de condições de vida.

Por sua vez, o artigo 3º da Constituição Federativa do Brasil elenca os objetivos fundamentais dos direitos sociais, quais sejam: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, e quaisquer outras formas de discriminação.

São direitos sociais, conforme o Art.6º da Constituição de 1988, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Historicamente, a conquista dos direitos humanos teve seu marco inicial em meados do século XVIII, após a Revolução Francesa, com a aprovação, em 1789, da “Declaração dos Direitos do homem e do cidadão, pela Assembléia

Nacional Constituinte Francesa, no contexto de uma revolução contra o poder absoluto do rei e pelo fim dos privilégios do clero e da aristocracia.

Na Revolução Gloriosa na Inglaterra, nos anos de 1688 e 1689, o rei perdeu todos os seus poderes, a burguesia dominou o Parlamento e surgiu o liberalismo, como referencial teórico. Com a Revolução Industrial, em 1760, a classe operária, face à exploração do seu trabalho, iniciou um movimento de reconhecimento de seu direito a ter direitos. Com a Revolução Francesa, em 1789, o ideário liberal se expandiu para o mundo, proclamando a liberdade, fraternidade e igualdade.

A “Declaração dos Direitos do homem e do cidadão” (Art.1) proclamava a liberdade e a igualdade dos direitos de todos os homens, reivindicando seus direitos naturais e imprescritíveis (a liberdade, a igualdade, a prosperidade, a segurança, a resistência à opressão). Por sua vez, a Declaração Universal dos Direitos do Homem inicia por afirmar: “Todas as pessoas nascem livres em dignidade e Direitos, são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uma as outras com espírito de fraternidade” (COUTINHO, 2000, p. 50)

... os indivíduos constroem coletivamente todos os bens sociais, toda riqueza material e todas as instituições sociais e políticas, mas não são capazes – dada a divisão da sociedade em classes antagônicas, de se apropriarem efetivamente desses bens por eles criados. A democracia pode ser sumariamente definida como a mais exitosa tentativa até hoje inventada de superar a alienação na esfera política.

Tomando como referência a divisão temporal que privilegia dois períodos essenciais para a compreensão da formulação, no campo institucional e legal dos direitos no Brasil, Couto (2004, p. 31) destacou:

O período de 1930-64 é demarcador de governos que encaminham o processo de industrialização do país, tido como o único capaz de resolver as questões de dependência econômica e de necessidades sociais da população. Do ponto de vista da juridificação, foram elaboradas três constituições na época (a de 1934, a de 1937 e a de 1946), que respondem às demandas impostas pela realidade política, social e econômica, visando consubstanciar o processo de regulação entre sociedade e governo.

A ênfase ao período que se iniciou em 1930 justifica-se pela concordância, entre os intelectuais que discutem essa questão, de que é nele que,

sob a pressão dos movimentos em direção à industrialização do país, começaram a ser incorporadas, no cenário brasileiro, as legislações no campo dos direitos sociais.

O segundo período, que vai de 1964 a 1985, demarca a fase da ditadura militar e também o processo de abertura democrática, realizada a partir do governo Geisel (1974-1979). Ressalte-se que, nesse período, foi possível evidenciar – por meio das duas constituições promulgadas na época e pelo sistema institucional que fundamentou a proteção social dos governos militares – a importância que esses fatos tiveram para a consolidação do campo dos direitos no Brasil.

Os direitos sociais são fundamentados pela idéia de igualdade, uma vez que decorrem do reconhecimento das desigualdades sociais gestadas na sociedade capitalista, conforme destacou a mesma autora:

Os direitos, enquanto constitutivos de um patamar de sociabilidade, têm jogado papel importante na sociedade contemporânea, que, ao discuti-los, coloca em xeque as formas de relação que são estabelecidas, tornando tenso o movimento por vê-los reconhecidos em lei, protegidos pelo Estado e, mais do que isso, explicitados na vida dos sujeitos concretos (COUTO, 2004, p. 37).

A concretização dos direitos sociais depende da intervenção do Estado e eles estão atrelados às condições econômicas e à base fiscal estatal para serem garantidos. Sua materialidade dá-se por meio de políticas sociais públicas, executadas na órbita do Estado. Essa vinculação de dependência das condições econômicas tem sido a principal causa dos problemas da viabilização dos direitos sociais que, não raro, são entendidos apenas como produto de um processo político, sem expressão no terreno da materialidade das políticas sociais (COUTO, 2004).

Nessa linha argumentativa, Vieira (2004, p. 59) complementou: “sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política, quando consegue traduzir-se nisto.”

Coutinho (2000) expressou que, tal como no caso dos direitos civis e políticos, mas, de modo ainda mais intenso, o que se coloca como tarefa fundamental no que se refere aos direitos sociais não é o seu simples reconhecimento legal, positivo, mas, a luta para torná-los efetivos. A presença de tais direitos nas constituições, seu reconhecimento legal não garante

automaticamente a sua efetiva materialização. Esse é, em particular, o caso do Brasil. Contudo, embora a conversão desses direitos sociais em direitos positivos não garanta sua plena materialização, é muito importante assegurar seu reconhecimento legal, já que isso facilita a luta para torná-los, efetivamente, um dever do Estado.

Os direitos sociais foram reivindicados pelos trabalhadores no decorrer do século XIX e assumidos, parcialmente, no século XX. São direitos que permitem ao cidadão participar minimamente da riqueza material e espiritual criada pela coletividade. Assim, as políticas sociais públicas, devem ser vistas como instrumento fundamental na materialização dos direitos sociais, já que são determinadas pela luta de classes, demonstrando a conquista alcançada pela classe trabalhadora.

Reportando-se ainda à questão da conquista dos direitos, Marshall (1967) observou que ela, na dimensão histórico-processual dos direitos, comporta três níveis de cidadania no mundo moderno (civil, política e social) os quais dizem respeito, respectivamente, aos direitos civis, conquistados no século XVIII, aos direitos políticos, conquistados no século XIX, e aos direitos sociais, conquistados no século XX.

No século XX, muitos outros direitos sociais se consolidaram, acabando por gerar o *Welfare State*. Este possibilitou a ampliação da cidadania política dos direitos, com na base na democracia, o regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais. Porém, denotou uma democracia formal, ao invés de uma democracia concreta.

Nesse cenário, fez-se necessário que a categoria profissional e os futuros profissionais de Serviço Social se apropriassem de uma vertente teórico-metodológica e ético-política, imprimindo uma direção social estratégica, numa perspectiva de transformação, que pudesse atender às novas tendências, respeitando-as. Uma ação profissional centrada no compromisso de contribuir com uma profissão capaz de acessar os direitos sociais e os socioambientais das populações, a quem dela necessite. Como conceituou Farah (2001, p. 21), em suas reflexões: "entende-se por cidadania o exercício dos direitos assegurados aos cidadãos, assim como a garantia de que os deveres de cada um, inclusive o do Estado, possam ser cobrados"...

Dessa forma, é possível afirmar que o Serviço Social brasileiro conseguiu firmar uma posição hegemônica na entrada dos anos 1990, por meio do projeto

ético-político profissional inscrito no Código de Ética, bem como nas diretrizes curriculares e na lei de regulamentação da profissão, os quais velam pelo comprometimento e efetivação dos direitos de cidadania, visando a justiça social da população brasileira menos privilegiada. Como argumentou Lima (2002, p. 334), "...o espaço para o exercício de Direitos não é o judiciário, ao contrário, chega-se ao judiciário apenas quando os direitos não são reconhecidos ou exercidos".

Como é sabido, os direitos sociais surgiram após os direitos civis e políticos, pois a conquista dos direitos sociais se deram em razão dos movimentos sociais da classe que vive do trabalho, ou seja, da classe trabalhadora, no final do século XIX e início do século XX. Os direitos sociais se voltam para o atendimento das necessidades sociais básicas, como a alimentação, educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados, conforme consta no Art. 6º da Constituição Brasileira de 1988.

No Brasil, esses direitos sociais se regem pelas Constituições. Em relação aos direitos socioambientais, os avanços também foram alcançados pela atual Constituição Federal em vigor, uma vez que estes fazem parte integral, sobre os vários direitos fundamentais inerentes aos cidadãos, garantidos constitucionalmente. De acordo com o que foi exposto anteriormente, descreve-se a seguir os direitos sociais como centralidade do Serviço Social.

3.2.2 A efetivação dos direitos sociais como centralidade do Serviço Social

"...O Serviço Social é uma profissão que desde as suas origens tem um vínculo persistente com os campos de direitos sociais..." (MARTINELLI, 2006, p.2)

O profissional de Serviço Social caracteriza-se como um trabalhador que atua na mediação dos direitos sociais, objetivando a emancipação dos cidadãos brasileiros que necessitam da prestação de seus serviços. O Código de Ética Profissional reafirma que os valores fundantes do Serviço Social são a liberdade como valor central e a justiça social, articulando-os segundo a exigência democrática, uma vez que a democracia é tomada como valor ético central e o único

padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. Como afirmou Iamamoto (1997, p. 55) “Um grande desafio que o código nos propõe é a materialização dos princípios éticos no cotidiano do trabalho”.

O Código de Ética de 1986, reformulado em 1993, coloca-se como um marco de ruptura ética e ideopolítica do Serviço Social com posturas tradicionais. O novo Código de Ética em vigor requer articulação e regulamentação dos componentes técnicos e políticos da ação profissional, desafiando a profissão a se qualificar e preparar-se para o atendimento das novas demandas da atual conjuntura social.

Portanto, a revisão do Código de Ética surgiu para fortalecer a organização política dos assistentes sociais, das instâncias organizativas da categoria – como o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – com o objetivo maior de estimular a organização, o zelo profissional e a atitude de denúncia e de participação nas discussões sociais.

De acordo com o Código de Ética, o exercício profissional norteia-se por onze princípios fundamentais da profissão (CRESS-SP, 2004, p.38-39) e pela resolução nº 273, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), de 13 de março de 1993, conforme descritos a seguir:

- reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demais políticas a ela inerentes;
- autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, visando a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras;
- defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure:
 - ✓ universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

- ✓ empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito, à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- ✓ garantia do pluralismo, por meio do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- ✓ opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero;
- ✓ articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores;
- ✓ compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- ✓ exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Em relação à dimensão do Novo Código de Ética, Barroco (1999, p. 130) afirmou:

... determinadas circunstâncias históricas favorecem a consolidação de um projeto profissional que tem como um de seus marcos o código de 1993. Eticamente consideradas, tais condições tem origem na organização política da categoria profissional, no amadurecimento de uma vertente teórica histórico-crítica e no posicionamento ético das entidades representativas da categoria nos encontros, deliberações e intervenções consubstanciadas, em especial, nos Congressos Brasileiros a partir de 1979, na reforma curricular de 1982 e 1996.

De acordo com a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social/ Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (ABESS/CEDEPSS) 1995, atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), no âmbito da prática profissional, estes princípios e

valores são expressos na defesa da qualidade dos serviços sociais prestados, na competência profissional e na viabilização dos direitos sociais e da cidadania.

Para que o assistente social desenvolva uma prática pautada na democracia e na justiça social, é imprescindível não só a materialização do Código de Ética, como também do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, como afirmou Paulo Netto (1999, p. 105):

...este projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas: daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.

Diante do exposto, constata-se que estes princípios são fundamentais para revitalizar, cada vez mais, as ações do profissional de Serviço Social. Ao fazer a conexão direta com a prática cotidiana, contribuem com uma nova identidade profissional, que está permanentemente em construção, apropriando-se de uma dimensão política que busca o compromisso por meio da defesa da equidade e da justiça, no acesso e efetivação dos direitos sociais. Barroco (2004, p. 28), ao falar dos direitos humanos e do projeto ético-político do Serviço Social destacou:

... desde o acúmulo ideopolítico já iniciado nos anos oitenta (80), as bases históricas para o adensamento da oposição ao conservadorismo profissional, são dadas pela crise da ditadura brasileira no final da década de 70, e, nos anos 80, pelas lutas democráticas e reorganização política dos trabalhadores e movimentos populares, nos partidos, sindicatos, associações, instituições culturais e profissionais. É portanto, a democracia política, que por um lado, favorece a participação cívica e política da categoria, ampliando sua consciência e sua capacidade organizativa, e, por outro, possibilita um confronto teórico e ideopolítico dentre tendências profissionais, criando as condições para quebrar o quase monopólio do conservadorismo profissional.

Como é sabido, a profissão se movimenta no seio da sociedade capitalista e tem como base de sustentação as políticas sociais, que são imprescindíveis para a efetividade e representatividade da intervenção, especialmente no fazer profissional e no atendimento das demandas, postas como

expressão de necessidades sociais e sobrevivência. Nesse sentido, as políticas sociais operam e se afirmam – no espaço de construção da cidadania – por intermédio das lutas pelos direitos sociais, pois a coerência do desempenho profissional se reflete de forma mais ampla no papel do profissional e no processo de construção e reconstrução da identidade. Martinelli (1997, p.17) definiu sua concepção da categoria *identidade* em relação à profissão:

... a identidade da profissão em si mesma é considerada como elemento definidor de sua participação na divisão social do trabalho e na totalidade do processo social. Mais do que uma categoria filosófica, dotada de estatuto lógico e ontológico, a identidade profissional está sendo pensada dialeticamente, como uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e são por ela engendradas.

O Serviço Social é uma profissão que desenvolve uma prática interventiva, possui uma lei de regulamentação, um Código de Ética e se insere na divisão social e técnica do trabalho, portanto, o *como fazer* é crucial. Em seu papel, é fundamental conhecer, analisar, interpretar e intervir nos vários campos, especialmente na política de assistência social – uma das maiores requisitantes da categoria profissional – para atenuar as seqüelas das expressões sociais, acessando e garantindo a efetivação dos direitos sociais (conforme consta na Constituição Federal Brasileira de 1988 e no Projeto Ético-político profissional), imprimindo uma nova direção social à prática do Serviço Social contemporâneo.

A profissão, no entendimento de Paulo Netto (1999, p. 102), constitui-se como :

...o Serviço Social é uma profissão – uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sociotécnica do trabalho – regulamentada no Brasil pela Lei 8.662, de 17/06/93; enquanto profissão, não dispõe de uma teoria própria, nem é uma ciência; isto não impede, entretanto, que seus profissionais realizem pesquisas, investigações etc., e produzam conhecimentos de natureza teórica, inseridos no âmbito das ciências sociais e humanas. Assim, enquanto profissão, o Serviço Social pode se constituir, e tem se constituído nos últimos anos, como uma área de produção de conhecimentos (inclusive com o aval de agências oficiais de fomento à investigação, como é o caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Assim, verifica-se que um dos grandes avanços da profissão, na década de 1990, foi a reformulação, em escolas e universidades, do projeto de formação profissional, em sintonia com o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro e norteado pelos valores contidos no Código de Ética Profissional, instituído pela Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993.

No Brasil contemporâneo, a prática profissional do assistente social engloba: prestação direta de serviços em serviços sociais, planejamento de políticas sociais setoriais, execução de políticas sociais setoriais, gestão de serviços na esfera pública e privada, ações socioeducativas, assessoria e consultoria em processos decisórios, assessoria e consultoria a movimentos sociais, atividades burocrático-administrativas em serviços sociais. A grande ênfase das intervenções profissionais é a centralidade nas políticas sociais.

Martinelli (1994, p.73) também ressaltou a prática profissional:

...a prática do Serviço Social é uma prática plena de poderes. Somos profissionais que operacionalizamos políticas sociais, e, no limite, participamos de sua construção, que ocupamos cargos, que exercemos cotidianamente o poder (...) tal projeto exige fundamentalmente, sujeito político. Certamente não podemos esperar que a instituição nos traga esse projeto político. O projeto político é nosso. Se não tivermos o projeto político, dificilmente teremos condições de participar de projetos mais globais.

Presencia-se, hoje, momentos de crise e tensão, hauridos pelas mudanças nos aspectos econômicos, políticos e culturais, refletindo-se na vida dos cidadãos brasileiros de forma intensa, uma vez que o processo de reestruturação produtiva e a globalização do capitalismo aumentaram as expressões da questão social e, conseqüentemente, a miséria, o desemprego e o aumento do processo de exclusão social, bem como a continuidade das desigualdades sociais entre as classes.

Este tempo de transformações velozes demonstra, a cada dia, que os projetos societários estão tomando rumos incertos na esfera governamental, gerando incertezas, revoltas, violência na sociedade brasileira e aumentando a preocupação com o destino do país. À categoria profissional, por sua vez, cabe o papel de dar respostas às demandas que se apresentam, pautada na história e movimentos da sociedade da qual faz parte e expressão, desvendando o quadro das

relações sociais que afloram e dando legitimidade e sustentação às intervenções sociais, com base nos fundamentos da sociedade brasileira.

O próximo item oferece, portanto, uma contextualização sobre o meio ambiente e a sustentabilidade como um novo paradigma em desenvolvimento, bem como serão evidenciadas as questões ambientais no mundo e no Brasil, em uma breve aproximação contextual.

4 MEIO AMBIENTE E A SUSTENTABILIDADE COMO UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO

Ao iluminar-se a inteligência, por efeito de seu contato direto com este novo gênero de verdades, a consciência é comovida profundamente

4.1 Pesquisando alguns conceitos

Este eixo tem por objetivo realizar reflexões a respeito da evolução dos conceitos, mostrando com maior clareza os avanços alcançados pela Política Nacional do Meio Ambiente, que prima pelos direitos do ser humano, conforme evidenciado no início deste estudo. Também foi definido pela necessidade de apropriação de conhecimentos e como forma de contribuir com a profissão de Serviço Social na efetivação dos direitos socioambientais – assegurados por lei e pautados em uma política social no campo da sustentabilidade ambiental – tendo em vista a nova direção social da profissão e o novo paradigma da sustentabilidade.

O novo conceito de gestão ambiental, pautado na Constituição Federal e nas deliberações do SISNAMA, evidencia a necessidade de uma profunda reflexão sobre a política de proteção ambiental e seu desenvolvimento no Estado de Bem-Estar Social. Nessa ótica, é relevante ainda situar as manifestações presentes no *Welfare State*, concomitantemente à crise ambiental no Brasil e no mundo.

Duas dessas manifestações são ainda mais violentas e graves: “a destruição e/ou a precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre o homem e a natureza” (ANTUNES, 1999, p.19). Trata-se, então, de uma aguçada destrutividade, ou seja, uma crise estrutural que arruína a socialização contemporânea, destruindo a força humana que trabalha e os direitos sociais.

Esta leitura da realidade é fundamental para a compreensão dos vários conceitos existentes sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Como é sabido, existem vários autores que conceituam o meio ambiente, porém, para compor esta tese buscou-se, inicialmente, a conceituação jurídico-legal da expressão “meio ambiente” por expressar as garantias constitucionais.

Lei 6.938/81

Art. 3º: Meio ambiente – entende-se por meio ambiente o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (CHIUVITE, 2008, p.1).

Sobre o tema, Chiuvite (2008) afirmou:

meio ambiente é o objeto do Direito ambiental e compõe o conjunto dos elementos naturais, artificiais e culturais que, uma vez integrados, propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas.

(...)

Podemos identificar quatro aspectos ou particularidades do meio ambiente, levando a sua classificação em:

- ✓ o meio ambiente natural, também denominado físico – é constituído pelo solo, água, ar, flora (é com relação a este aspecto que a Lei 6.938/81 define, no artigo 3º, o que se deve entender por meio ambiente.
- ✓ O meio ambiente artificial – composto pelo espaço urbano construído (conjunto de edificações) e pelos equipamentos públicos (ruas, praças e áreas verdes) – fruto da interação do homem com o meio ambiente natural.
- ✓ O meio ambiente cultural – integrado pelo patrimônio histórico, artístico, paisagístico, turístico – também considerado fruto da interação do homem com o meio natural, mas diferindo do anterior pelo valor especial que adquiriu ou de que se impregnou.
- ✓ O meio ambiente do trabalho – entendido como o local onde se desenvolvem as atividades do trabalho humano. O complexo de bens móveis e imóveis de uma empresa; sendo importante destacarmos que sua proteção é vital para a saúde e integridade física dos trabalhadores.

Dessa forma, a autora esclarece que, na área jurídica, a expressão “meio ambiente” já ficou consagrada, sendo largamente aceita pela doutrina, lei e jurisprudência.

Não se pretende fazer um esquiteamento do conceito de meio ambiente e sim dizer que as agressões a ele podem se processar sob os diversos flancos que o meio ambiente admite existir. Para uma melhor compreensão, ressalta que o meio ambiente recebe uma tutela imediata e outra mediata. Mediatamente, seria o próprio artigo 225, *caput*, que determina o conceito como bem ambiental, o direito ao meio

ambiente, os titulares desse direito, a natureza jurídica deste direito, bem como os princípios de sua política (PNMA junto com a lei 6.938/81). Assim, verifica-se que o legislador constituinte não assegurou somente essa norma para a efetivação do direito em tela, mas foi além, ao destacar as divisões, que não são peremptórias ou estanques, no alcance à efetiva salvaguarda deste direito, fazendo, pois, o que didaticamente denomina-se tutela imediata.

Num segundo momento, tomou-se como referência, o conceito de meio ambiente fixado pela Resolução CONAMA 306 (2002), “Meio ambiente é o conjunto de condições, leis e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Finalmente, Gomes, Aguayo e Pérez (2005, p.18), afirmaram que o conceito de meio ambiente é muito maior do que falar apenas de natureza. De uma maneira um pouco ambígua, pode-se dizer que, nessa definição, considera-se o ser humano dentro ou junto da natureza. É um conceito ambíguo, porém, porque não se deduz do termo o tipo de relação de paridade, hierarquia, dependência, simbiose, igualdade, etc. que se produz entre o meio natural e o ser humano, pode-se incluir no termo o meio construído que matiza, modifica (para não dizer deteriora, destrói) o meio natural.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 170, VI, cc. Art. 225, e a Lei 6.938/81, nos artigos 4º e 5º, preconizam o princípio do desenvolvimento sustentável, que procura compatibilizar o desenvolvimento econômico-social e a preservação da qualidade do meio ambiente. Assim, para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deve constituir-se parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente em relação a eles.

Shrivastava e Hart (1998), contudo, apontaram que sustentabilidade é a palavra-chave. O mundo será obrigado a se desenvolver de forma sustentável, ou seja, de maneira que o meio ambiente seja preservado – e as empresas deverão fazer o mesmo, por iniciativa própria ou por exigência legal.

Sustentabilidade é um conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. Propõe-se a ser um meio de configurar a civilização e a atividade humana, de tal forma que a sociedade, os seus membros e as suas economias possam suprir as suas necessidades e expressar o seu maior potencial no presente e, ao mesmo

tempo, preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, planejando e agindo de forma a atingir a eficiência na manutenção indefinida desses ideais.

Após exposição dos conceitos citados anteriormente, aborda-se, a seguir, a questão da sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento, com o intuito de entender a noção moderna de desenvolvimento sustentável.

4.2 Sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento

De acordo com Guimarães (2001), ainda que a verdadeira transição ecológica tenha começado há mais de 9.000 anos e que a ecopolítica exista desde a aurora dos tempos, só muito recentemente o ser humano se despertou para a sustentabilidade. A noção moderna de desenvolvimento sustentável tem sua origem no debate iniciado em Estocolmo, em 1972, e consolidado 20 anos mais tarde, no Rio de Janeiro. Existe uma variedade de interpretações na literatura e no discurso político acerca de sustentabilidade, porém, a definição que se adotou internacionalmente foi a da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: “o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”.

Ainda, segundo Guimarães (2001), afirmar que os seres humanos constituem o centro e a razão de ser do processo de desenvolvimento significa advogar um novo estilo de desenvolvimento, que seja ambientalmente sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade. Portanto, o autor citou quatro aspectos empreendedores para que a sustentabilidade ocorra na perspectiva de um novo paradigma. São eles:

- ✓ social : **socialmente** sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e promotor da justiça e da equidade;
- ✓ cultura: **culturalmente** sustentável na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que, apesar de sua evolução e sua reatualização permanentes, determinam a integração nacional através dos tempos;

- ✓ política: **politicamente** sustentável, ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública;
- ✓ ética: **eticamente** sustentável; uma nova ética, na qual os objetivos econômicos do progresso estão subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Como se pode constatar, estes aspectos estão inseridos no campo do Serviço Social, compondo-se com a produção dos conhecimentos científicos já existentes, numa perspectiva interdisciplinar, com vistas à formulação e propostas de políticas públicas integradas.

Ainda nessa linha de argumentos, o autor referiu-se a um paradigma de desenvolvimento, e não de crescimento, por algumas razões fundamentais, conforme se elenca a seguir.

Em primeiro lugar, por fixar um limite ecológico intertemporal, muito claro, ao processo de crescimento econômico, resistindo à noção de que não é possível ter acesso ao desenvolvimento sustentável sem crescimento, artifício conceitual que não pode escapar sequer do Relatório Brundtland, de 1987. O paradigma da sustentabilidade pressupõe que o crescimento – definido como incremento monetário do produto e tal como tem sido experimentado – constitui um componente intrínseco da insustentabilidade atual.

Em segundo lugar, para que o desenvolvimento exista, são necessárias – mais do que a simples acumulação de bens e serviços – mudanças qualitativas na condição de vida e de felicidade das pessoas, aspectos que, mais que as dimensões mercantis transacionadas no mercado, incluem dimensões sociais, culturais, estéticas e de satisfação de necessidades materiais e espirituais. A questão da qualidade de vida dos homens ocupa uma dimensão imensurável, pois “a qualidade de vida dos homens e do ambiente começa pela educação ambiental, mas, principalmente pela qualidade do seu coração fraterno, solidário e consciente da necessidade da construção de um mundo melhor (RODRIGUES, 2000, p.11).

Além disso, a sustentabilidade do desenvolvimento só será dada na medida em que se possa preservar a integridade dos processos naturais que garantem os fluxos de energia e de materiais na biosfera, ou seja, à medida que se

consiga preservar a biodiversidade¹⁹ do planeta. Este último aspecto é de grande importância, já que, para ser sustentável, o desenvolvimento deve transitar do atual antropocentrismo ao biopluralismo, concedendo às demais espécies o mesmo direito “ontológico” à vida, o qual, diga-se de passagem, não contradiz o caráter antropocêntrico do crescimento econômico a que se fez alusão anteriormente, mas o amplia.

Em terceiro lugar, a sustentabilidade ecoambiental do desenvolvimento refere-se tanto à base física do processo de crescimento, com o objetivo de conservar a dotação dos recursos naturais incorporada às atividades produtivas, como à capacidade de sustento dos ecossistemas, isto é, à manutenção do potencial da natureza para absorver e se recompor das agressões antrópicas e dos resíduos das atividades produtivas. Contudo, não é suficiente que o desenvolvimento promova mudanças qualitativas no bem-estar do ser humano e garanta a integridade ecossistêmica do planeta. No entanto, é importante recordar que,

... em situações de extrema pobreza o ser humano empobrecido, marginalizado ou excluído social e economicamente em âmbito nacional não tem como assumir qualquer compromisso para evitar a degradação ambiental, se é que a própria sociedade não é capaz de impedir sua deterioração enquanto pessoas (GUIMARÃES, 2001, p. 24).

Diante das afirmações do mesmo autor, conclui-se que nos países periféricos e com graves problemas de pobreza, desigualdade e exclusão, os fundamentos sociais da sustentabilidade postulam a justiça distributiva como critério básico de política pública, no caso de bens e serviços, e a universalização da cobertura, no caso das políticas globais de educação, saúde, habitação e seguridade social. Enfatiza-se ainda, que o mesmo se aplica à sustentabilidade social, aos critérios de igualdade de gênero, reconhecendo-se a incorporação plena da mulher na cidadania econômica (mercado), a política (voto) e social (bem-estar) como um valor em si mesmo, que se coloca acima de considerações econômicas.

¹⁹ Para Sachs (2000, p.31), o estudo da biodiversidade não deve limitar-se a um inventário das espécies e genes. O seu conceito envolve ecossistemas, paisagens e entrelaçamento da diversidade cultural no processo histórico de co-evolução. O uso sustentado da biodiversidade deve prever o emprego racional e equilibrado dos benefícios produzidos pela variedade genéticas, de espécies e habitats, para o bem-estar humano atual e futuro que é tão necessário como a sua preservação.

Em quarto lugar, o novo paradigma postula, igualmente, a preservação da diversidade em seu sentido mais amplo, a sociodiversidade além da biodiversidade, ou seja, a manutenção do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade, que permite a reprodução do tecido social e garante a integração nacional por meio dos tempos, incluindo a promoção dos direitos constitucionais das minorias e a incorporação delas em políticas concretas de educação bilíngüe, demarcação e autonomia territorial, religiosidade, saúde comunitária, etc.

Cabe ressaltar ainda, a posição de Ihering (2006): a luta pelo direito não se restringe ao direito privado, nem à vida particular do indivíduo, supera-os em muito. Afinal, a nação nada é senão a soma dos indivíduos que a compõem: sente, pensa e age da mesma forma que sentem, pensam e agem os indivíduos.

A defesa da própria existência é a lei suprema de toda a vida. Manifesta-se, em todas as criaturas, por meio do instinto de autoconervação. No homem, porém, trata-se não apenas da vida física, mas, também da existência moral, e uma de suas condições é a defesa do direito. No direito, o homem encontra e defende suas condições de subsistência moral; sem o direito, regrido à condição animalesca, tanto que os romanos, numa coerência perfeita, colocavam os escravos no mesmo nível dos animais, do ponto de vista do direito abstrato. Portanto, a defesa do direito é um dever de autoconervação moral; o abandono total do direito, hoje impossível, mas que já foi admitido, representa o suicídio moral (IHERING, 2006).

Nesta mesma direção, aponta-se o componente cultural da sustentabilidade, ou seja, as propostas de introdução de direitos de conservação e ao uso racional do patrimônio biogenético – quando tanto usuários como detentores da biodiversidade compartilham seus benefícios, transformando-se assim em co-responsáveis por sua conservação. Assim, a sustentabilidade cultural dos sistemas de produção agrícola implica em critérios extramercado para que este incorpore as “externalidades” dos sistemas de produção de baixa produtividade, com base em critérios econômicos a curto prazo, mas que garantem a diversidade de espécies e variedades agrícolas e a permanência, através dos tempos, da cultura que sustenta formas específicas de organização econômica para a produção.

Em quinto lugar, o fundamento político da sustentabilidade está estreitamente vinculado ao processo de aprofundamento da democracia e de construção da cidadania. Neste sentido, Guimarães (2001), ao analisar a democracia, destacou que, em nível macro há democratização da sociedade e, em

nível micro, há democratização do Estado. O primeiro desses objetivos pressupõe o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de ativos e de informação aos setores subordinados, o incremento da capacidade de análise de suas organizações e a capacitação para a tomada de decisões. O segundo se concretiza pela abertura do aparato estatal ao controle cidadão, pela reforma dos partidos políticos e dos processos eleitorais, e pela incorporação do conceito de responsabilidade política na atividade pública.

Porém, privilegiar a democratização do Estado em relação à democratização do mercado, mais que de uma motivação ideológica, resulta de uma constatação pragmática. O Estado continua oferecendo uma contribuição ao desenvolvimento capitalista que, por sua vez, é única, necessária e indispensável. Diante desta afirmação, o autor analisa as três contribuições que o Estado proporciona ao desenvolvimento capitalista:

Única porque transcende a lógica do mercado mediante a salvaguarda de valores e práticas de justiça social e equidade, e incorpora a defesa dos direitos difusos da cidadania; necessária porque a lógica mesma da acumulação capitalista requer a oferta de “bens comuns”, que não podem ser produzidos por atores competitivos do mercado; indispensável porque se dirige às gerações futuras e trata de aspectos e processos caracterizados tanto por seres não substituíveis como pela impossibilidade de sua incorporação crematística ao mercado. Isso se justifica ainda mais porque as dificuldades provocadas pela desigualdade social e a degradação ambiental não podem ser definidas como problemas individuais, elas são, de fato, problemas sociais, coletivos (GUIMARÃES, 2001, p. 58).

Segundo Milaré (1995, p.27), as necessidades humanas são ilimitadas, porém, os bens da natureza são limitados. Daí urge a necessidade de regras e imposições oficiais, para impedir a desordem e conter a prepotência dos poderosos, pois, “onde há fortes e fracos, a liberdade escraviza, a Lei é que liberta”.

O direito de viver e de trabalhar em meio ambiente sadio deve ser considerado como um dos direitos fundamentais do homem, impondo-se ao respeito de todos e exigindo uma proteção vigilante do legislador e do juiz (Carta de Brasília, 25 de agosto de 1971, VIII Reunião do Conselho Central da União Internacional dos Magistrados) (MILARÉ, 1995, p.26).

Esse conceito mostra, que os homens possuem garantias de direitos desde o nascimento, quer seja no seu modo de vida e ou de trabalho, porém,

necessitam tomar consciência deles, não somente ao viver e trabalhar, mas, também no que se refere à preservação do meio ambiente, possibilitando um desenvolvimento sustentável com preservação do habitat dos povos, como explica Araújo (2002, p.24):

...dentro desse espaço de garantia, atendendo à modernidade, o texto constitucional cuidou do meio ambiente. E, ao tratar do meio ambiente, revelando a atualidade de sua proposta, determinou a titularidade do meio ambiente, ou seja, “bem de uso comum do povo”.

Desta forma, pode-se dizer que, ao falar sobre a preservação ambiental, faz-se importante fundamentar a temática no escopo de uma política social que possa atender aos povos de acordo com a realidade que vivenciam, como argumenta Sposati (1999, p.31): “O âmbito de uma política social tem inserções próprias à realidade social, econômica e política em que ela é fundada, ainda que a particularidade dessa política possa ter semelhanças entre nações”.

A mesma autora cita o exemplo de que urbanizar favelas sob o escopo da habitação diz respeito às áreas urbanas dos países que não ofertaram condições salariais e de acessos, para que o direito básico de ter uma moradia digna ou uma política fundiária equânime, demandado pelos movimentos sociais populares, tenha sido afiançado. Acrescenta, ainda, que esta afirmação possivelmente não ocorrerá na Escandinávia ou na Inglaterra ou, como mostrou o *Habitat II*, o conteúdo das lutas e das políticas pela terra e moradia tem recortes históricos e geográficos diversos, ainda que atuem sob tema similar.

Dentro desse contexto, compete ao assistente social trabalhar na integração das políticas públicas, abarcando a dimensão social, econômica, tecnológica, cultural e ambiental, na perspectiva de se apropriar de um saber ambiental, levando em consideração a necessidade da preservação e renovação dos recursos naturais, para o acesso à qualidade de vida do homem na sua relação com a natureza.

4.3 Questões ambientais no mundo e no Brasil: uma breve aproximação contextual

O mundo assiste às transformações climáticas ocasionadas pela emissão de gases, que causam o efeito estufa, e que, por sua vez, geram a elevação da temperatura. Tais mudanças obrigam o ser humano a repensar suas práticas em relação ao meio ambiente e à vida de forma geral.

Há alguns anos, o tema ganhou um espaço maior na mídia e nas rodas de discussão, sejam elas de crianças, jovens ou adultos. Desde a explosão do chamado “efeito estufa”, o meio ambiente mundial não é mais o mesmo e nem a forma de olhar para ele.

Hoje, as mudanças climáticas voltam novamente ao centro da atenção mundial. Assim, determinadas regiões do planeta têm sido vítimas do descontrole climático, com excesso de seca ou chuva, forte calor ou frio, e ainda são castigadas pela neve, furacões, tsunamis, ciclones e tornados.

Um estudo divulgado em maio de 2008, pela revista *Nature*, ratificou vários outros relatórios anteriores e afirmou que as mudanças climáticas causadas pelo homem alteram o ecossistema. Em cada continente, foram observadas sérias mudanças – desde o derretimento acelerado de geleiras e folhas caindo mais cedo a florescimento precoce de plantas e canibalismo de ursos polares. A Figura 16 ilustra como o mundo se volta para as principais questões ambientais.

Tomando-se por base os dados revelados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e as informações veiculadas nas diversas mídias durante a comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente – 2008, pode-se dizer que nos dias atuais tais mudanças obrigam o ser humano a repensar suas práticas em relação ao meio ambiente e à vida de forma geral. De acordo com a teoria mais aceita, clima com temperaturas mais elevadas devido às ações humanas, urge que a maneira de se conduzir e pensar do homem se modifique pois isso representa a sobrevivência da espécie e do próprio planeta. As práticas humanas em relação à agricultura, às fontes energéticas, aos recursos hídricos, à produção industrial e ao consumo dos mais variados produtos (consumismo) geraram a atual degradação ambiental, repercutindo não apenas na qualidade de vida, mas, especialmente, no futuro da humanidade, como espécie que pode ser extinta.

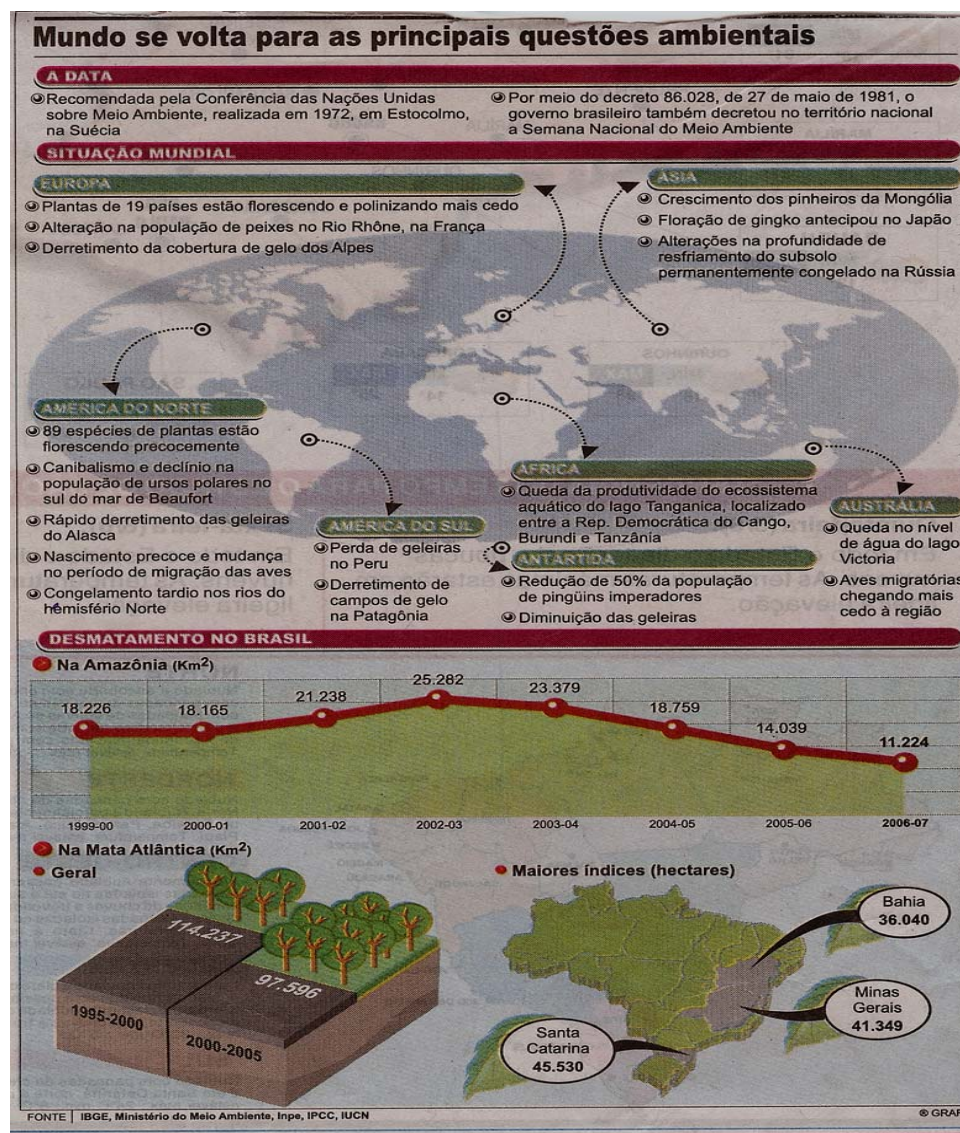


Figura 16 – Principais questões ambientais do planeta
Fonte: (MUNDO..., 2008)

No Brasil, a grande preocupação é com a situação da Floresta Amazônica, uma vez que dados levantados no ano de 2007 revelaram que 11.224 km² foram desmatados (MUNDO..., 2008).

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil sofreu retrocessos na área ambiental. O estudo mostrou que na área social obteve avanços, mas quem mais cresceu foi a economia. Esse cenário – evidenciado com o levantamento dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2008 (IDS), divulgado em 04/6/2008, com cruzamento de dados de 60

pesquisas feitas entre 2002 e 2004, – confirma que, nos últimos anos, os maiores avanços do país ocorreram na área econômica.

Nas questões sociais e econômicas houve melhorias, mas, ainda há grandes passivos a serem sanados. A avaliação da questão ambiental mostrou também alguns retrocessos.

Ainda há uma longa estrada pela frente para o Brasil atingir o ideal previsto em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland); um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (DESENVOLVIMENTO..., 2008, p. 24).

A mesma pesquisa estabeleceu 23 indicadores, divididos segundo os temas atmosfera; água doce; terra; oceanos; mares e áreas costeiras; biodiversidade e saneamento. A dimensão ambiental do IDS foi a que revelou o maior número de indicadores ainda negativos ou que se mantêm numa evolução lenta. Entre os indicadores positivos, destacaram-se a redução de consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio e o aumento do número de unidades de conservação (UCs) e de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

Ainda com relação à redução, algumas boas notícias referem-se ao aumento da participação de fontes renováveis na matriz energética e no crescimento da reciclagem. Os focos de incêndio também sofreram redução, entre 2004 e 2006, e a poluição atmosférica manteve sua tendência estacionária, exceto pelo ozônio (O³), cuja concentração continua aumentando. Em relação à poluição dos rios, que cortam as maiores regiões metropolitanas, e das praias, os níveis mantiveram-se elevados, enquanto as quantidades de fertilizantes e agrotóxicos usados na agricultura cresceram e as apreensões de alguns animais que seriam comercializados ilegalmente também aumentaram. Por fim, indicadores como o desmatamento na Amazônia, que vinham melhorando, sofreram revezes no período mais recente, ao que tudo indica em consequência do próprio crescimento econômico (DESENVOLVIMENTO..., 2008, p. 28). A Figura 17 apresenta um gráfico que mostra o desenvolvimento sustentável, com os indicadores do meio ambiente do Relatório de 2008.

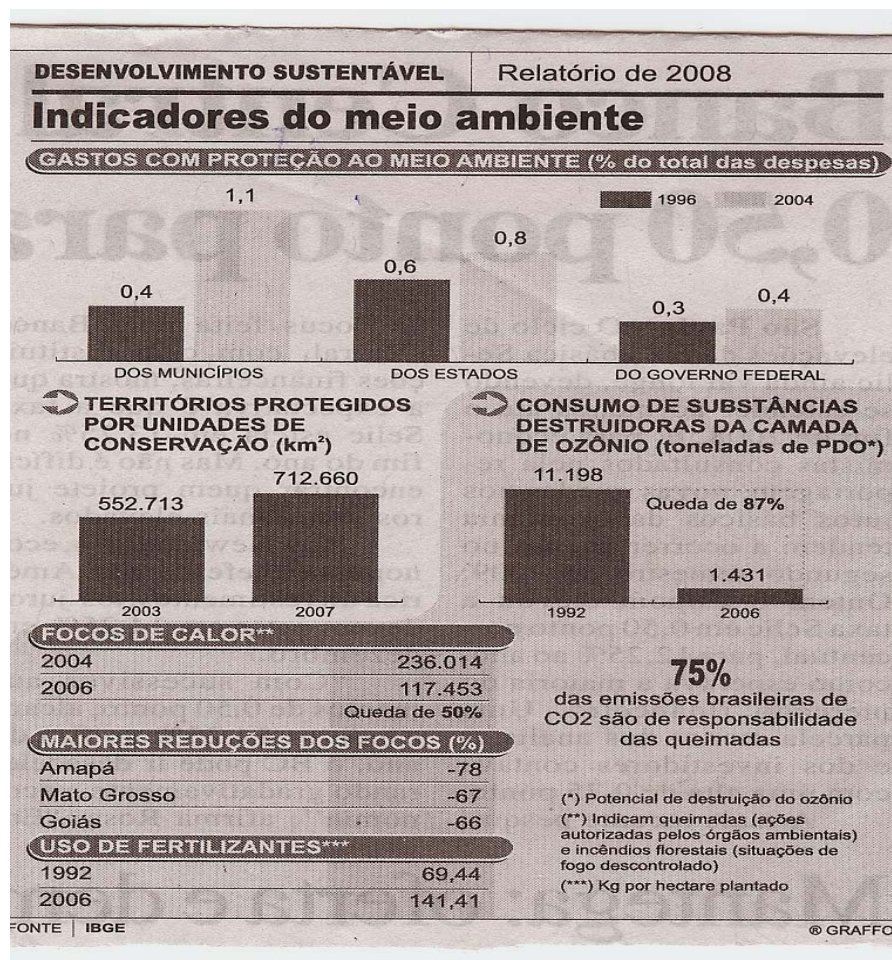


Figura 17 – Indicadores do meio ambiente
 Fonte: Desenvolvimento... (2008).

Conforme estudos do IBGE (2009), ao citar os dados contidos no IDS de 2008, o Brasil é um dos países com maior diversidade do mundo, no tocante à proteção ao meio ambiente. Assim, o país aumentou de 6,5% (referente ao ano de 2003) para 8,3% as áreas de proteção ambiental de seu território.

Com relação ao consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio, caiu para 87%, ou seja, de 11.198 toneladas anuais (em 1992) para 1431 toneladas anuais em 2006, permitindo o país alcançar seus compromissos internacionais de forma antecipada.

O relatório, informa ainda, que o número de focos de calor em áreas florestais caiu em 50% – de 236.014, em 2004, para 117.453 em 2006, o que indica que diminuiu as queimadas e incêndios florestais. O volume de fertilizantes usado no Brasil, em 14 anos, dobrou, ao saltar de 69,44 kg por hectare, em 1992, para 141,41 kg por hectare, em 2006.

Segundo Prabhupāda (2006), desde o princípio da civilização neste planeta, os seres humanos têm abusado da Terra. Julgando-se os senhores de tudo o que contemplam, eles tomam sem restrição o que quer que desejem para o gozo dos sentidos, sem considerar que no futuro poderá não restar mais nada. Espécies inteiras mortas, rios e mares contaminados e o ar poluído com gases venenosos. Parece apenas uma questão de tempo para que a humanidade destrua seu habitat e o de todas as outras criaturas.

O Brasil é o país em desenvolvimento que mais tem atraído a atenção internacional. A poluição e o desmatamento ameaçam seus diversificados ecossistemas, inclusive o de maior biodiversidade do planeta, o amazônico. Como é sabido, o agravamento dos problemas ambientais no país está ligado à industrialização, iniciada na década de 50; ao modelo agrícola monocultor e exportador, instituído desde os anos 70; à urbanização acelerada; e, à desigualdade socioeconômica. Nas grandes cidades, dejetos humanos e resíduos industriais saturam a deficiente rede de saneamento básico e envenenam águas e solos. Gases liberados por veículos e fábricas, além das queimadas no interior, poluem a atmosfera. Portanto, para tratar a questão ambiental se faz necessário inseri-la em sua totalidade na agenda das políticas públicas, uma vez que são várias facetas que contemplam os desafios ambientais, tais como: poluição do ar, queimadas, águas contaminadas, poluição do mar, degradação da superfície.

Hoje, constata-se vários transtornos presentes no cotidiano da Terra, como o aumento das temperaturas causando o degelo das calotas polares, alterações nas zonas litorâneas com a elevação do nível dos oceanos e mares, alterações do clima, trazendo prejuízos materiais e humanos, contando-se aí, as perdas de vidas humanas nas enchentes, furacões, terremotos, nevascas, enfim, prejuízos que só tendem a se avolumar, trazendo transtornos impensáveis para a espécie humana.

Aos humanos, cabe tomar providências – adaptar-se para sobreviver à realidade posta, sejam elas mudanças estruturais que possam privilegiar a humanidade com uma organização social mais equânime e justa, que não continue a enaltecer o mercado como pensador da vida e suas conseqüências.

A busca das empresas por uma atuação e visibilidade denotando responsabilidade social é premente para sua própria existência, pois o consumidor passa a exigir práticas sociais responsáveis, uma vez que a comunidade é afetada,

não se tratando de liberalidade das organizações industriais. Vê-se, pois, que as indústrias estão protegendo seu mercado e se possível, ampliando-o. Usem o artifício que usarem, a questão é a proteção dos seus consumidores, sua fatia de mercado.

Legislações elaboradas para a necessidade de se combater as mudanças climáticas são colocadas para o cotidiano das pessoas, transformando-o também, pois elas devem ter seus conceitos de consumo, cultura e de qualidade de vida. Acredita-se que a humanidade está diante de uma mudança de paradigma. O que era bom e/ou normal ontem, hoje deve ser completamente revisto.

Tantas modificações obrigam as indústrias a se adaptarem, como já foi dito, fazendo com que invistam mais do que nunca no desenvolvimento de novas tecnologias para os novos produtos, uma vez que não podem utilizar-se dos mesmos conceitos para sua criação e existência. A busca do lucro continua acirrada, porém, os produtos devem adequar-se à nova realidade, aos novos consumidores, aos chamados “consumidores verdes”. Observa-se, então, uma possibilidade de manipulação do mercado pelos consumidores, ou seja, eles aparentemente estão ditando o que deve ser produzido, o que desejam consumir. Numa visão crítica, percebe-se que é o mercado quem cria as necessidades e, por intermédio de um *marketing* cada vez mais permeado por conceitos atrativos, faz com que o público pense estar dizendo o que quer, quando na realidade ocorre o contrário, como um ventríloquo e seu boneco em ação. Enfim, é caso de sobrevivência da espécie humana.

Nesse ínterim, a China emerge como próspera economia de mercado, mesmo tendo regime político comunista. Ocorre que aquele país é o mais populoso do mundo (1,3 bilhões de pessoas), representando, portanto, um imenso mercado consumidor em processo de crescimento. Ressalta-se também a Índia, que é muito populosa e promissora como mercado consumidor. A entrada desses países do Sudeste Asiático criou problemas de hiperconcentração, não-gestão e de riscos sanitários por causa dos dejetos pelos bovinos, que “contribuem” dessa maneira, com o aumento de gases causadores do efeito estufa, muito mais que os carros. O problema é que grande parte dessas emissões provêm de criações pastoris praticadas por populações muito pobres da Ásia Central, que dependem do gado para sobreviver. Acabar com tais criações, portanto, implica em um problema social de enorme proporções.

Entretanto existe, um grupo de cientistas que discorda dessa teoria sobre o clima, crendo que a influência da ação humana nos fenômenos das mudanças climáticas globais é questionável e os problemas são causados pelos raios cósmicos na atmosfera terrestre, isentando o carbono antrópico, vindo dos combustíveis fósseis e do novo uso da terra. O carbono seria o resultado e não a causa da elevação da temperatura.

Esse mesmo grupo reclama mais espaço para que se possa debater publicamente a questão do aquecimento global e afirma que, dentro de 20 anos, a temperatura do planeta estará mais baixa. Questionam, ainda, as conclusões do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), o painel da ONU (Organizações das Nações Unidas) que ganhou o Prêmio Nobel em 2007. Os dados desse painel seriam “alarmistas” e o Protocolo de Kyoto, “inútil”. Lamentam não haver a desejada democracia para um debate mais aprofundado sobre o assunto, dizendo que a verdade não é trazida a tona, por não haver interesses financeiros por trás do IPCC.

Em verdade, novos produtos estão sendo lançados diariamente e devido a grande velocidade nas comunicações (Internet), as informações circulam muito rapidamente, impedindo a qualquer ser humano, um conhecimento mais aprofundado da realidade que o cerca, mesmo com a popularização das comunicações de massa e das novas tecnologias, ou seja, não se acompanha mais a velocidade dos acontecimentos no frenético ritmo de vida atual. A população fica como sempre, nas mãos de quem domina a informação, nesse caso específico, aquela que ditará as regras de sobrevivência no mundo de amanhã.

Dessa forma, a globalização, aliada ao neoliberalismo, traz à luz um Estado que a cada dia se ausenta mais de seus deveres, passando para a sociedade civil obrigações que são de seu escopo; esta se adapta como pode ou como quer o mercado, criando parcerias com ele, nas quais, eventualmente, entra o Estado, via repasse de recursos, como, por exemplo, as denominadas ONGs (Organizações não governamentais), que buscam atender as demandas presentes no âmbito social. Assim, surgem as práticas de responsabilidade social, fazendo, muitas vezes, as empresas como parceiras da sociedade (financiamento de projetos e/ou de programas sociais). Nesse contexto, a cada dia são fundadas várias ONGs, “a toque de caixa”, financiadas com dinheiro público e/ou privado e, pior, cuja fiscalização, sobre o uso correto dessas verbas, é precária e/ou inexistente.

O mundo empresarial esforça-se para se tornar mais parceiro, mais praticante de princípios da responsabilidade social, incluindo ações focadas no meio ambiente, no chamado desenvolvimento sustentável, uma vez que tais práticas contribuem para fidelizar o cliente e manter o quadro de colaboradores mais motivado e produtivo. Já se diz que o conceito de empresa cidadã não é mais um conceito filosófico e abstrato que leva a prática de ações socialmente responsáveis; agora está se tornando um dever das empresas. Mas, pergunta-se: até que ponto esse “dever” é efetivado pelas organizações empresariais? E, ainda: se passa a ser um dever das empresas, quais os direitos que estão sendo acessados e concretizados com os trabalhadores do nosso país?

Com base nas questões apontadas e nos desafios ambientais presentes no Brasil, constata-se que os direitos dos cidadãos brasileiros, em relação ao meio ambiente e à sustentabilidade, se encontram assegurados na Lei maior, que destinou um capítulo especial para tratar do meio ambiente, como preconiza o artigo 225 da Constituição Federal.

Acerca do contido no artigo 225 da Constituição de 1988, Melo Neto (2002, p.11) destacou que:

A partir do momento em que o ser humano tomou consciência de que os recursos naturais são finitos, surgiu uma consciência coletiva no sentido da preservação do meio ambiente para as gerações presentes e futuras, sendo que as nações passaram a se preocupar com a elaboração de normas que viessem a proteger tais recursos, sob a idéia de que um povo deve se desenvolver em harmonia com o ambiente no qual vive.

Para o autor, trata-se da idéia de desenvolvimento sustentável, com a preservação do habitat dos povos, já que as questões ambientais e de sustentabilidade estão asseguradas na Constituição de 1988 e todos passaram a ter direito a um meio ambiente hígido e ecologicamente equilibrado como “... bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida...”, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de preservá-lo para as gerações presentes e futuras (MELO NETO, 2002, p.12).

Nesse sentido, verifica-se que o capítulo sobre meio ambiente da Constituição Federal de 1988 pode ser considerado um dos mais avançados do mundo, pois inclui o meio ambiente ecologicamente equilibrado entre os direitos do

cidadão e da sociedade e considera sua defesa a preservação como dever do Estado e da coletividade. Determina também que o poder público deve preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais, dar condições para o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, preservar a diversidade biológica e a integridade do patrimônio genético.

Diante deste contexto, entende-se que o governo deve continuar investindo em ações e práticas que contemplem uma política pública digna, viabilizando os recursos necessários, amenizando o impacto ambiental, bem como, utilizando métodos e meios eficazes para a preservação do equilíbrio do meio ambiente e contribuindo efetivamente na sobrevivência dos seres humanos e do planeta Terra ao garantir a sustentabilidade.

4.3.1 Desenvolvimento sustentável: enfim, novos paradigmas

A finalidade da discussão desta temática é refletir sobre o desenvolvimento sustentável, com ênfase na dimensão dos novos paradigmas, desde sua trajetória inicial até os dias atuais, identificando-os na atual conjuntura.

Embora lento e árduo em seu processo, um salto importante está ocorrendo na relação entre as empresas e o público em geral. Evidencia-se a grande mudança de um mercado dirigido pela indústria para um mercado dirigido pelo consumidor. No passado, as empresas ditavam aos consumidores o que deveriam comprar. Hoje, as pessoas estão exigindo que as empresas se comportem de um modo socialmente responsável e fabriquem produtos que sejam ambientalmente saudáveis. Portanto, surge um novo modelo de desenvolvimento como forma de manejo à degradação da área social e meio ambiente.

Compreende-se, assim, que os cidadãos brasileiros possuem uma consciência mais crítica daquilo que realmente necessitam, pois passaram a fazer valer os seus direitos, como indivíduos de liberdade, numa sociedade imersa no processo de globalização, regida pelo sistema neoliberal. Uma sociedade que necessita participar ativamente deste processo, garantindo aos seus membros igualdade e liberdade para fazer suas escolhas, pautada nas leis que a regem. Nessa premissa, o destaque fundamental vai para os valores éticos, como ressalta Gauntlertt (1999, p. 194):

Os valores éticos estão se tornando parte das diretrizes de uma empresa. Os investidores sociais e ambientais estão agora levando em conta a boa cidadania da empresa quando avaliam o capital. Os executivos estão começando a dirigir os negócios com uma mentalidade do tipo, “vencer-vencer”, associando-se aos empregados e clientes para obter produtos de melhor qualidade que tenham um impacto positivo sobre as pessoas e o Meio-Ambiente. As firmas estão saindo lentamente do velho paradigma “nós-eles”.

Nessa perspectiva, esse novo paradigma desvenda a necessidade de desenvolver práticas participativas, de políticas concretas que tenham por objetivo a efetivação do desenvolvimento sustentável com equidade.

Nesta pesquisa, um dos entrevistados relatou conceber a relação da gestão ambiental e sustentável, no âmbito das políticas públicas, como uma preocupação das organizações empresariais voltada para a política ambiental, expressa nas empresas que fabricam baterias automotivas:

Aquí, existe uma preocupação totalmente atendida com as políticas ambientais relacionadas com as empresas que fabricam baterias, mas, em relação às demais políticas públicas em geral, não vejo ações concretas, não vejo visibilidade nenhuma. A não ser a CETESB e o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental. (Gestor ambiental e Técnico de segurança do trabalho)

Gomes, Aguayo e Pérez (2005) ampliaram esta reflexão, situando como ponto de partida um novo quadro ecológico, econômico e social: o desenvolvimento sustentável. Ressaltaram que alguns indicadores evidenciam, hoje, a necessidade de efetuar uma profunda revisão do modelo econômico atual, dando relevância à problemática ambiental ligada a esse modelo, e sua incapacidade de estender o nível de vida ocidental a toda a humanidade e às gerações futuras, sem pôr em risco a estabilidade dos ecossistemas, o que demonstra de fato a necessidade de tal revisão.

Os autores também sugeriram, como alternativa ao modelo atual, um novo paradigma: o modelo de desenvolvimento sustentável fundamentado na obtenção de desenvolvimentos locais e nacionais que integrem objetivos econômicos, sociais e ambientais.

Diante desta referência teórica, constata-se a complexidade da gestão ambiental e sustentável, abordada na perspectiva de um novo paradigma, pois essa visão implica, necessariamente, a existência de intersectorialidade entre as várias políticas públicas que regem o escopo das cidades e seus respectivos órgãos representativos, conforme opinião do gestor ambiental entrevistado:

Não, pois não vejo nem as políticas do meio ambiente em ação. Não vejo as ações e práticas que esses órgãos estejam desenvolvendo no município. A não ser a CETESB, que é um órgão muito importante em relação ao meio ambiente. Esse órgão é atuante, mas os demais órgãos gestores ambientais do município, eu desconheço ações efetivas na questão ambiental. (Gestor ambiental e Técnico de Segurança do Trabalho)

Ressalte-se que o entrevistado deixou claro a ausência de conhecimentos sobre as ações e práticas que são desenvolvidas no município, mencionando apenas a CETESB como um órgão importante e atuante na questão ambiental. Inclusive, opinou que as políticas do meio ambiente são inoperantes.

Para Gomes, Aguayo e Pérez (2005), é possível superar a idéia de “desenvolvimento” baseado apenas no aspecto econômico, contemplando-se aspectos menos economicistas, como a equidade social ou a sustentabilidade ecológica, na mediação do bem-estar das pessoas.

... nos últimos decênios, a crise ecológica global e o fracasso do ‘desenvolvimento’ dos países do Sul mostrou que os indicadores convencionais de êxito econômico – em especial o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – não podem ser considerados indicadores confiáveis do desenvolvimento e bem-estar humano por serem muito questionáveis as relações entre renda nacional e equidade social, entre renda pessoal e felicidade, entre sucesso econômico e sustentabilidade ecológica.

Esse novo paradigma para orientar a sociedade não deixa de ser uma formulação teórica cuja concretização exige muitos e variados esforços. Qualquer realização prática na construção de um modelo sustentável de sociedade precisa ser construída e fundamentada a partir de conceitos (GOMES; AGUAYO; PÉREZ, 2005, p.28).

4.3.2 Uma breve história: degradação ambiental

Uma das causas básicas da degradação ambiental nos dias atuais está na

herança intelectual dos anos 1950. Ciência e tecnologia eram promovidas à condição de deuses onipotentes. Na era do pós-guerra, o crescimento econômico parecia ilimitado e entendia-se que o desenvolvimento industrial garantiria a riqueza a todos, a ciência erradicaria todas as doenças e a tecnologia propiciaria o absoluto controle da natureza pela humanidade.

Foram necessários quarenta anos para entender e reverter os processos industriais e demográficos que provocaram desastres ecológicos num âmbito planetário.

Nos anos 1960, o público tomou consciência dos problemas ambientais em decorrência da “contracultura”, momento em que identificou controvérsias quanto às práticas industriais. Ativistas políticos e cidadãos preocupados com o problema denunciaram as empresas pelo lançamento de produtos químicos nos rios e oceanos, abandonando perigosos detritos em terrenos baldios. Porém, a maioria da população não compreendia realmente a amplitude da devastação ambiental. Para muitos, o movimento ecológico não passava de uma extensão do movimento “paz e amor”.

Em 1972, as Nações Unidas incluíram o ambiente em sua agenda global, organizando a Conferência Internacional sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo. Líderes de todo o mundo concordaram em despertar a consciência global para a escalada do impacto humano sobre os recursos naturais da Terra. Mas as indústrias iam ficando para trás. Alertadas para a gravidade da poluição global, foram solicitadas a adotar medidas urgentes de conservação, mas a maioria das corporações não levou a sério o alerta de Estocolmo e continuou a operar como sempre. Portanto, as corporações não contavam com regulamentações governamentais e de medidas coercitivas (GAUNTLETT, 1993).

A agência para a proteção, embasada nos princípios e valores da sustentabilidade, deve ser proposta como uma transição de longo prazo, progressiva, respaldada por amplos consensos e por uma crescente aprendizagem social, que levem mudanças nos padrões de produção e consumo, na adoção de tecnologias, na regulamentação e no estabelecimento de normas, na organização institucional e na percepção cultural da sociedade. Nesse modelo, a capacitação, sensibilização e conscientização da população desempenham um papel fundamental, como indicam Menacho e Cuadros, citados por Gomes, Aguayo e

Pérez (2005, p.29): “Solucionar essa crise ecológico-social, com uma profunda raiz humana”.

Assim, com a participação ativa e coletiva da sociedade civil, pode-se partilhar um despertar de consciência, em uma visão de totalidade. A sensibilização da população torna-se possível, concretizada numa comunhão com o novo paradigma da sustentabilidade ao alcance de todos os cidadãos, que zelam e prezam pela co-responsabilidade de contribuir para uma existência humana mais digna e próspera.

Na trajetória histórica do desenvolvimento sustentável, é no final dos anos 1970 que se dá a pressão de cidadãos preocupados com o problema; isso tornou necessário que a Agência para a Proteção Ambiental (*Environmental Protection Agency* – EPA) criasse regulamentações estritas e mecanismos que permitissem multar as empresas que não as observassem.

O momento decisivo se deu quando ocorreu a morte de 8.000 trabalhadores numa fábrica da *Union Carbide* em Bhopal, na Índia, em dezembro de 1984, em consequência do escapamento de um gás venenoso. Essa catástrofe chocou a indústria em geral, especialmente as companhias químicas. Outra ponte foi cruzada quando 35 nações, em 1987, na conferência de Montreal, assinaram um acordo internacional para a proteção da camada de ozônio. Somente no final dos anos 1980, as empresas começaram a responder.

Para Foladori (2001, p.291), “É necessário analisar o papel das relações sociais na crise contemporânea, o papel da sociedade perante as políticas públicas, pois a maioria das análises sobre questão ambiental parte de uma perspectiva técnica”.

Como é sabido, a participação social e a educação ambiental se apresentam como outra importante discussão, pois a efetivação do desenvolvimento sustentável se concretiza na representação popular – e a Constituição de 1988 estabeleceu a exigência da prática da educação ambiental, tanto no nível federal quanto estadual e municipal. Nesse mesmo ano, o Conselho Empresarial Municipal para o Desenvolvimento Sustentável contribuiu afirmando que: “Responsabilidade Social Corporativa é o comprometimento ético e contribui para o desenvolvimento econômico simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de seus familiares, da comunidade local e da sociedade como um todo” (SILVEIRA, 2003).

Porém, verifica-se a ausência de políticas concretas para sua consecução (CAVALCANTI, 1999, p. 393), visto que a participação social é tida como motor do desenvolvimento sustentável, algo que punciona a efetivação destas políticas públicas, desde que a população seja educada para a cidadania e tenha consciência da dimensão dos problemas ambientais no Brasil.

Outro momento considerado decisivo para a ampliação da compreensão sobre a degradação ambiental foi com o “Protocolo de Montreal,” em 1987, tido como um momento importante na história. Foi o primeiro reconhecimento público de que a poluição local estava afetando o planeta como um todo.

Em 1989, a *Dow Chemical* fez da proteção ambiental o tema central de seu relatório anual.

O *Dia da Terra*, em 1990, conheceu o maior índice de presença, até então, e parecia ser o ponto a que chegara a massa crítica. Compreendendo, enfim, que a imagem “verde” é boa para os negócios, as empresas começaram a anunciar a boa cidadania das corporações com relação ao meio ambiente.

No ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento aprovou a Agenda 21 Global, documento contendo compromissos pelos quais cada país participante responsabilizava-se em incorporar às suas políticas públicas, princípios baseados no desenvolvimento sustentável e com o objetivo de compatibilizar a melhoria da qualidade de vida da população, proporcionando um crescimento econômico em sintonia com o meio ambiente. Os mesmos princípios serviram de modelo à elaboração de propostas de Agendas 21 em níveis nacional, estadual e local (BRASIL, 2006).

Os trabalhos da Agenda 21 brasileira tiveram como base a discussão conduzida pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), criada em 1997, pelo decreto do Presidente da República, abordando os seguintes temas: agricultura sustentável, cidades sustentáveis, infra-estrutura e integração regional, gestão de recursos naturais, redução das desigualdades sociais ciência e tecnologia para o desenvolvimento.

Após a elaboração da Agenda 21 Nacional, em junho de 2002, iniciou-se o processo de implementação e as lideranças de cada setor e os meios de compromissos de implementação foram definidos. Também ficaram estabelecidos os

dois documentos que compõem a Agenda 21 brasileira: *Agenda 21 – Ações Prioritárias* e *Agenda 21 – Resultados da Consulta Nacional*.

Gauntlertt (1993) destacou que um salto quantitativo foi dado quando executivos de grandes empresas começaram a pensar proativamente, fazendo alguns questionamentos: como evitar a poluição no começo do processo de produção? Como eliminar os materiais nocivos? Como reconduzir as quantidades de resíduos? Como conservar a energia e a água?

A 3M foi a primeira empresa a usar o conceito de evitar a poluição ao invés de eliminá-la, depois de consumada. Em 1975, lançou o seu programa *Vale a pena prevenir a poluição*. Com essa medida, a empresa economizou 500 milhões de dólares entre 1975 e 1990. Portanto, nos anos 1990, várias empresas empreenderam esforços em prol da “gestão ambiental proativa”, procurando adaptar-se às novas regulamentações.

A exemplo da empresa 3M, a empresa Monsanto reduziu, em 1992, 70% de seus níveis de dejetos tóxicos; e a *Dow Chemical* reduziu em 50% o total de suas emissões.

4.3.3 O posicionamento das empresas em relação ao meio ambiente e à sustentabilidade: um processo em construção

Pouquíssimas empresas, contudo, demonstraram responsabilidade ambiental forte e não ambígua com relação ao meio ambiente. Tal concepção ocorre por se entender a proteção ambiental como um problema técnico para engenheiros e especialistas em regulamentação.

A empresa Xerox, por exemplo, é uma das firmas que dá prioridade às preocupações ambientais acima das considerações econômicas e compreende que as questões de conservação não são apenas uma especialidade dos engenheiros e especialistas em regulamentação. Conservar o meio ambiente é do interesse de todos os empregados. Quando suas instalações industriais estavam crescendo em Webster, Nova York, em 1966, a empresa fundou um sistema de esgotos para a cidade. Nos anos 1990, a responsabilidade ambiental tornou-se um valor respeitado na cultura da empresa e se traduziu no modo como as pessoas passaram a conduzir seu trabalho em todos os níveis de operação. Ainda no tocante ao aspecto humano

da gestão ambiental, a Xerox criou um programa de liderança ambiental que promoveu a responsabilidade e a inovação dos empregados, articulando todos os gerentes de fábrica e todos os empregados envolvidos em todo o mundo por meio de uma rede computadorizada, permitindo trocar dados e idéias para melhorias ambientais. Esta idéia consistiu no desempenho relativo à saúde e à segurança ambiental.

Sabe-se que falar de mudanças organizacionais se tornou quase obrigatório à medida que a competição entre as nações e as empresas foi se tornando mais acirrada, com a adoção de modelos econômicos ditos globalizados, em que o mercado é conquistado pelo mais forte, mais eficiente e que tem possibilidade de oferecer preço e qualidade melhores, com larga escala de comercialização e com forte imagem de seus produtos nos diversos segmentos de mercado.

Assim, as organizações empresariais foram obrigadas a rever suas posições filosóficas de gestão e os valores sociais foram esquecidos em prol dos valores econômicos, estes mais próximos da sobrevivência organizacional, da proteção do capital, dos interesses dos acionistas e dos donos do dinheiro.

Desde os anos 1960, os consumidores conscientes dos problemas ambientais passaram a exigir produtos “verdes”. O escândalo da *Procter and Gamble* e o boicote aos atuns da *Starkist* são dois exemplos de ação da cidadania aos quais as empresas responderam positivamente. Embora a rentabilidade tenha sido a força mais importante que levou as empresas a adotarem práticas ambientais sadias, como fator contribuinte, foi assumindo lentamente a forma de uma nova ideologia corporativa.

As mudanças ocorridas nos anos 1960 e 1970, em relação aos valores corporativos, estão refletindo outras mudanças nos paradigmas básicos de gestão. Como citado anteriormente, nos anos 1970 e 1980, as empresas começaram a adotar valores de boa cidadania corporativa.

Dessa forma, as corporações forneceram fundos para os projetos de desenvolvimento de comunidade e as práticas administrativas enfatizaram o envolvimento dos empregados e a tomada de decisões. Parte dessa mudança de paradigma foi gerada pela nova percepção das forças do mercado global: os membros das empresas começavam a compreender que as atividades corporativas locais têm implicações globais. A abertura dos mercados domésticos para a

competição internacional serviu para abrir os olhos de muitos homens de negócios americanos tradicionais: os Estados Unidos são parte do mundo. No antigo contexto, as pessoas eram acostumadas a pensar que a poluição não as afetaria desde que não estivesse no seu quintal. Mas, quando os buracos na camada de ozônio que protege a Terra se tornaram visíveis e o efeito de aquecimento global já não podia ser negado, originou-se uma nova compreensão. De acordo com Cabral (2006, p. 19), em sua dissertação de mestrado:

A mudança para uma administração sem fronteiras internas é uma maneira de aumentar a eficiência e a eficácia de um mercado global competitivo sem perder suas raízes. As repercussões da globalização nas empresas são múltiplas e complexas, decorrentes do processo de reestruturação produtiva que afetou profundamente o mundo do trabalho.

Compreende-se que as novas formas de gestão da força de trabalho – que enfatizam a flexibilidade e humanização nas relações com o novo mundo do trabalho – colaboraram com uma maior exploração dessa força, uma vez que exige do trabalhador a multifuncionalidade, não apenas focada na força física, mas também em seu equilíbrio emocional e sua criatividade, porém, não no sentido de fazer valer suas idéias e sua autonomia como trabalhador. Isso leva a refletir e, ao mesmo tempo, pesquisar: de que forma as organizações empresariais estão requisitando aos colaboradores o desempenho de ações e práticas focadas no meio ambiente e na sustentabilidade, na atual conjuntura?

A fala do sujeito entrevistado vem responder a interrogação acima:

Na empresa, são desenvolvidas ações e práticas envolvendo não só os funcionários como também seus familiares. Nós temos um trabalho com as famílias dos funcionários, que é chamado “Trabalhando com as Famílias T”, onde nós chamamos cinco famílias por semana para vir na empresa e conhecer o nosso local de trabalho, bem como passar as informações do trabalho ambiental. Nesse trabalho, as famílias passam uma tarde aqui na empresa e nós distribuimos panfletos explicativos sobre os cuidados necessários para com o meio ambiente. Nesse trabalho, é mostrado como deve ser feito a reciclagem do lixo, dos materiais descartáveis e também o reuso do óleo de cozinha e, no final da atividade, essas famílias recebem um Kit para fazer a coleta seletiva do lixo. Nosso objetivo é

divulgar uma consciência e importância da coleta seletiva (Gestor Ambiental e Técnico de Segurança do Trabalho)

Constata-se, na opinião do entrevistado, que a empresa possui uma preocupação com a gestão ambiental ao envolver não só os colaboradores, como também seus familiares, em ações preventivas e educativas, com o objetivo de informá-los sobre a importância da coleta seletiva. Em contrapartida, denota-se tímidas ações pertinentes à sustentabilidade, carecendo de um trabalho pautado em programas ou projetos sociais comunitários, que integrem o social, o econômico e o ecológico, demonstrando a efetividade das ações e práticas.

Na continuidade da retrospectiva histórica a respeito da responsabilidade social nos anos 1990 e os dias atuais, constata-se ainda que, segundo Cantero (2005, p.8)

Na década de 90, deu-se a criação do código de defesa do consumidor (CDC). Desta época para cá, o País acompanhou a evolução de um movimento no meio empresarial: A Responsabilidade Social Corporativa. Por entender que esse é um tema de extrema importância visando não somente contribuir para a ampliação da discussão sobre o movimento, mas também levar ao leitor o conceito correto de Responsabilidade Social.

Nos dias atuais, evidencia-se que as práticas relacionadas à questão ambiental, ao desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social vêm se disseminando cada vez mais no âmbito das empresas. Com a pressão do mercado, as empresas são colocadas a cumprir e desenvolver seus negócios sob a visão da justiça social e equilíbrio ambiental, incluindo a questão nas negociações com seus fornecedores e motivando-os a se organizarem à luz deste novo olhar social.

As transformações socioeconômicas presentes na atual conjuntura têm afetado o comportamento de empresas até então acostumadas à pura maximização do lucro. A idéia de responsabilidade social incorporada aos negócios é relativamente recente, porém, com o surgimento de novas demandas e maior transparência nos negócios, as empresas se vêem forçadas a adotar uma postura mais responsável em suas ações. Conforme evidenciou Yazbek (2005, p. 5), “Crescem no país iniciativas de intervenções sociais de empresas com

responsabilidade social", que mobilizam recursos financeiros e humanos consideráveis.

No pensamento da autora, hoje existe uma preocupação diferenciada sobre a responsabilidade social, se comparada com os anos 1980, período em que a discussão sobre o tema teve início no Brasil.

Portanto, na década de 1990, novas formas de pressão social e de mercado induziram mudanças nos valores e no horizonte de ações, levando-as a transcender a sua vocação básica de criação de riqueza. Nessa década a responsabilidade social e a questão ambiental passaram pelas empresas por razões de ordem estratégica e de sustentabilidade a longo prazo.

Diante deste cenário, as empresas têm papel preponderante na relação com o meio ambiente, que, por sua vez, abrange a vida dos homens em sociedade de forma totalitária.

Para Donaire (1995), a visão tradicional de empresa, como instituição apenas econômica, assenta-se dentro de um ambiente previsível e estável. A moderna percepção da empresa em relação ao seu ambiente é muito mais abrangente, pois, quando se confronta os resultados econômicos e monetários do sistema capitalista com ou resultados sociais, como redução da pobreza, degradação de áreas urbanas, controle da poluição e diminuição das diferenças sociais, percebe-se que ainda há muito a ser feito e que o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) não é uma medida adequada para avaliar a performance.

Nessa perspectiva de raciocínio, buscou-se conhecer, nesta pesquisa, o que cabe às organizações empresariais em relação à gestão ambiental e sustentável, na concepção do sujeito entrevistado, conforme depoimento a seguir:

As organizações empresariais têm um papel fundamental, que é em relação à preservação da água, principalmente as águas de chuva, tendo a necessidade de fazer o reaproveitamento dessas águas, para que não falte água no município. Por isso, são desenvolvidas ações e práticas quanto ao reuso de águas, reuso dos fluentes líquidos tratados. (Gestor ambiental e Técnico de segurança do trabalho)

Desta forma, verificou-se que as organizações empresariais, ao tratarem do desenvolvimento sustentável focado na versão do novo paradigma, encontram-se

em processo de construção. Analisando-se as produções teóricas que constam no corpo deste estudo, bem como os dados empíricos da presente pesquisa, evidencia-se certa complexidade, uma lacuna desde a formulação de conceitos até a realização de práticas sustentáveis contempladas pelo ordenamento jurídico, no qual fundamenta-se a política ambiental brasileira, e que deve também considerar a sua cultura.

Assim, entende-se que a empresa, ao assumir o compromisso com a sustentabilidade, nos novos paradigmas, precisa definir sua missão, seus valores, visão estratégica e, prioritariamente, sua cultura empresarial. Na opinião de Srour (1998, p. 147), no contexto empresarial, a cultura é tida como um conjunto de padrões que permite a adaptação dos agentes sociais à natureza e à sociedade à qual pertence e faculta o controle sobre o meio ambiente.

Tomando-se como referência inicial os anos 1980, observa-se as facetas do capitalismo e a repercussão das mudanças dos velhos paradigmas para os novos paradigmas em construção. Na transição do final dos anos 1980 para a última década do século, em sintonia com os movimentos mundiais de liberalização das transações interfronteiras e de globalização de mercados, o Brasil desencadeou um amplo processo de mudanças que atingiu os antigos fundamentos estratégicos da economia estatizada e protegida.

Como definiram Barros e Rodrigues (2001, p. 68):

A partir de meados da década de 70, esse processo ganhou características inusitadas e um assombroso impulso com o enorme salto qualitativo ocorrido nas tecnologias da informação, induziu à reformulação das estratégias de produção e distribuição das empresas e à formação de grandes networks. A forma de organização produtiva foi radicalmente alterada para além da busca apenas de mercados globais, passando a ter uma lógica global.

Dessa forma, as múltiplas relações contidas no mundo do trabalho, presentes no capitalismo contemporâneo, indicam uma múltipla processualidade, ou seja, de um lado verifica-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Concomitantemente, efetivou-se uma significativa expansão do trabalho assalariado no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também pela crescente

incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivenciou-se também a subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marcou a sociedade dual no capitalismo avançado.

Com as práticas empresariais do novo paradigma sendo cada vez mais implantadas nas incorporações, certas atitudes e ações estão mudando. A título de exemplo, algumas companhias americanas chegaram a operar um giro de 180 graus em sua política ambiental, com a participação da força de trabalho e outros aspectos da responsabilidade social. Assim, como resultado, os caducos estereótipos do capitalismo estão se desfazendo. Para Marjorie Kelly, da Revista *Business Ethics*, já é hora de perceber que, “a despeito do preconceito convencional, o capitalismo está de fato se tornando um instrumento básico para a mudança social e política” (KELLY, 1993, p.175).

Na concepção de Novak (1993 apud KELLY, 1993), é preciso empenhar-se em articular uma teologia do capitalismo, um quadro espiritual que possa ajudar a sociedade a compreender e a julgar a moderna atividade empresarial. O mesmo autor afirmou ainda, que nenhum sistema revolucionou tanto as esperanças da vida humana, aumentando a expectativa de vida, tornando viável a eliminação da fome e da pobreza e ampliando o leque de escolhas humanas, quanto o capitalismo democrático. No centro do pensamento de Novak está o conceito de que o capitalismo não pode ser considerado isoladamente, mas como parte do sistema cultural e governamental no qual se baseia.

Hoje, as organizações são como os governos ou as cidades – estado autocontidas. Nelas, o problema do processo legal para a solução de disputas internas freqüentemente emerge, sobretudo quando os empregados exigem algum mecanismo para obstar ao poder administrativo (NOVAK 1993 apud KELLY, 1993, p. 176).

Esse foco remete à mudança de paradigma na administração ambiental das organizações, como fator essencial das revoluções nas mudanças tecnológicas, conforme apontou Freeman (1984, p.498), “três diferentes níveis de mudanças: inovações incrementais (*incremental innovations*); inovações radicais e revoluções propriamente tecnológicas”. Este último nível, teria como característica vital, o fato de que deve ter efeitos persuasivos em toda a economia. Assim, leva não apenas à

emergência de um novo leque de produtos e serviços, mas afeta todos os outros ramos da economia, mudando a estrutura de custo e as condições de produção e distribuição.

Ainda segundo Gaunthett (1993), a passagem mais visível e mais drástica do velho paradigma para o novo paradigma do pensamento, nas organizações, ocorre na área da proteção ambiental.

Neste sentido, o depoente da empresa participante desta pesquisa considerou que a maior preocupação posta à direção da empresa e demais gestores, no tocante a preservação e sustentabilidade do planeta Terra, ocorre da seguinte forma:

...nossa preocupação aqui na empresa é constante, no sentido da preservação ambiental, especialmente com o ar, a água e o solo, pois o trabalho de controle e acompanhamento desses três aspectos é feito diariamente.
(Gestor ambiental e Técnico de Segurança do Trabalho)

A indignação pública e a regulação governamental aceleraram um senso de responsabilidade social cada vez maior na comunidade empresarial. A maioria das políticas passa, agora, de reativa – limpeza depois do fato – a preventiva, para evitar a poluição desde o começo do processo de produção. Ray e Rinzler (1993), a respeito do novo paradigma na ciência, fazem referência a Kuhn, que afirma que seria possível detectar a existência e a natureza de um paradigma por suas “amostras”.

Falar em mudança organizacional se tornou quase que obrigatório, à medida que a competição entre as nações e as empresas foi se tornando mais acirrada, com a adoção de modelos econômicos ditos globalizados, em que o mercado é conquistado pelo mais forte, mais eficiente e que tem possibilidade de oferecer preço e qualidade melhores, com larga escala de comercialização e com forte imagem de seus produtos nos diversos segmentos de mercado.

Diante do grande mundo dos negócios, o importante é saber decifrar a leitura da força humana nas empresas e ultrapassar os objetivos utilitários, de simplesmente aumentar a riqueza material de empresas e pessoas. Uma vez que, o ser social é um ser de relações, ele deve ser tratado cotidianamente como uma

pessoa de direitos e deveres e não como um simples meio que gera a produção de uma determinada organização.

Conforme Arruda (1999, p.10):

A empresa tem nas mãos os únicos recursos insubstituíveis em uma organização – as pessoas. Tudo o que for feito por elas tem reflexo na sociedade como um todo. Os valores de uma empresa, quando vividos, chegam não só aos funcionários, como à sua família, às suas amizades, aos seus clubes, às associações ou partidos políticos a que estão filiados.

Verifica-se que esses novos processos de gestão social no ambiente das empresas desdobram-se e atingem o Serviço Social, não só pelas suas conseqüências materiais, ideológicas e psicológicas acarretadas aos indivíduos, quanto pela incorporação de novas e emergentes demandas, presentes no exercício profissional.

Rey (1993, p.69), refletiu sobre os novos paradigmas postos à demanda profissional:

O assistente social, como um dos profissionais da equipe de Recursos Humanos das empresas, tem como missão maior, fornecer elementos de análise e decisão para a implantação de novas alternativas de gestão, a partir da sensibilização para a questão social e permanente postura de questionamento e antecipação.

Nesse sentido, Motta (1996, p. 27) veio complementar o raciocínio, quando afirmou:

...melhorar o que existe é importante, mas aprender coisas novas é crucial para sobrevivência e relevância. Rotinizar tecnicamente a Instituição, contribui apenas para que seus atuais dirigentes executem melhor suas tarefas do que seus antecessores e que seus sucessores se saiam tão bem quanto eles..capacidade gerencial é mais rara, pois exige habilidades mais complexas: capacidade analítica, de julgamento, de decisão, de liderança e de enfrentar novos riscos e incertezas.

Assim, fica evidente a nova postura do Serviço Social, não somente no campo organizacional como nos demais, pois, as diversidades estão implícitas e explícitas na nova gestão das relações de trabalho. As contribuições de Rey (1993) e Motta (1996), evidenciam as múltiplas exigências que esse cenário coloca aos assistentes sociais.

Nesse contexto, ressalta-se a fala do gestor ambiental no campo empresarial, sobre a existência da área do Serviço Social e a percepção que possui do profissional de Serviço Social para lidar com as ações e práticas voltadas para gestão sustentável nas organizações empresariais, registrando-se a seguinte visão:

Não. Quer que eu responda com sinceridade? Não, pois acredito que nesse trabalho ambiental o assistente social não possui habilidade. Até o momento, não consegui enxergar que o assistente social possui o perfil para trabalhar na gestão ambiental. Eu nunca trabalhei com um assistente social nas práticas do meio ambiente. Quem sabe no futuro essa minha visão pode mudar, mas até o momento acho que não (Técnico de Segurança do Trabalho e gestor ambiental organizacional).

Esta visão demonstra que o sujeito entrevistado não conhece o papel e os objetivos da profissão de Serviço Social, visto que inicialmente diz que o assistente social não possui habilidades e perfil para lidar com a gestão ambiental. Em seguida, verbaliza que nunca, desenvolveu um trabalho com o profissional, mas que, no futuro, poderá mudar essa concepção, denotando-se a ausência de conhecimentos a respeito do que é e o que faz o profissional da área.

Existem várias possibilidades de inserção do Serviço Social no espaço ambiental, devendo e podendo dar respostas, tanto nas instituições sociais como nas organizações empresariais de diversas naturezas. Nesta ótica, aos assistentes sociais, cabe pensar a problemática ambiental não só como uma demanda emergente, urgente e transitória, mas, como uma realidade posta, que atinge diretamente o seu cotidiano profissional e envolve todos. Lembrando também sobre as contradições vividas na prática. Como afirmou Sant'ana (2000), diversas contradições e limites estão presentes na ação profissional, oriundos da própria inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho hoje vigente, situações que urgem ser discutidas e dirimidas, de modo a preencher os espaços ocupacionais, desenvolvendo uma prática profissional comprometida com o projeto ético-político. O assistente social atua no campo dos direitos, o que possibilita o contato diário com os seres humanos e com a necessidade de receber e transmitir informações numa perspectiva interdisciplinar, colocando-o num primeiro patamar da cidadania.

5 A PESQUISA: SUSTENTABILIDADE E SERVIÇO SOCIAL

Para o alcance do objetivo desta tese, foram desenvolvidas leituras teóricas a fim de constatar o que se tem produzido a esse respeito, relacionando essa produção com a pesquisa empírica.

Por meio de leitura acurada das produções bibliográficas sobre Serviço Social, gestão ambiental, sustentabilidade e direitos socioambientais, observou-se que a temática em estudo é complexa, polifacetada e está sendo discutida por inúmeras áreas do conhecimento de forma ampla e contínua. Inegavelmente, esse é um tema que cada vez mais vem despertando o interesse e a necessidade de apropriação de conhecimentos, uma vez que se trata dos rumos da natureza e da sobrevivência do homem no planeta Terra.

Portanto, a interação teórica e empírica constituiu a base desta pesquisa e subsidiou a trajetória metodológica, ao sinalizar que o objeto de estudo não é inerte ou neutro, mas, pleno de significados e de relações, nas quais os sujeitos concretos criam ações, movimentos e experiências sociais.

Isso significa que, discutir a gestão ambiental e sustentável à luz de um referencial teórico vinculado às políticas públicas vigentes, permite reflexões, aproximações e alternativas numa nova direção.

As falas dos sujeitos permitiram identificar três grandes eixos inter-relacionados de análise, a saber:

- ✓ políticas públicas ambientais no Brasil e no município de Bauru;
- ✓ dinâmica das ações e práticas ambientais desenvolvidas no âmbito do município;
- ✓ percepções dos gestores municipais com relação:
 - a) integração da Política Ambiental com as demais Políticas Sociais do Município de Bauru;
 - b) contribuições, enquanto gestores municipais, no acompanhamento e preservação do planeta Terra;
 - c) contribuições e papéis do profissional de Serviço Social na gestão ambiental e sustentável.

Os eixos temáticos foram extraídos a partir das respostas que destacavam maior relevância no objeto da pesquisa e outras contribuições mais genéricas acerca desses eixos. A seguir registra-se o primeiro eixo.

5.1 Concepções dos sujeitos entrevistados sobre as políticas públicas ambientais no Brasil e no município de Bauru

Os sujeitos entrevistados relataram que as políticas ambientais no Brasil existem e possuem uma base de sustentação, no sentido de leis, legislações, normas de forma ampla, porém, o que não ocorre são as práticas efetivas dessas políticas, sua vinculação a um planejamento, no âmbito nacional e municipal, na sua totalidade. Assim, conceberam que algumas ações estão sendo desenvolvidas e atribuem a elas as mudanças que despontam. Ilustram essas visões as seguintes falas

Bom, trazendo a evolução da década de 70 para cá, uma série de discussões, uma série de políticas, uma série de leis... Então, o Brasil é rico em relação às legislações ambientais, só que, infelizmente, a gente não vê isso na prática. (Relações públicas, Especialista em gestão pública e gerência de cidades, membro do CONAMA)

A gente observa, até no âmbito nacional, as mudanças significativas em relação à questão ambiental. Não é só rios, florestas e solo; é também a questão muito séria das cidades: o lixo, a poluição. Já está havendo uma preocupação muito grande das autoridades e a gente já vê mudanças nesse sentido. (Secretaria municipal da agricultura e membro do conselho gestor)

Quando a gente fala de políticas públicas, a gente tem certa resistência de como vai mudar a questão ambiental da agricultura. que está inserida no meio ambiente... E quando a gente foi discutir o Plano Diretor, em lugar nenhum do Brasil você tinha referência do Plano Diretor Participativo, falando da cidade como um todo rural; e quando fala do rural, você fala do meio ambiente. (Diretora da Divisão de Serviços da Indústria e membro do conselho gestor)

Na configuração da concepção sobre as políticas públicas em geral, foi apontado pelos sujeitos pesquisados que no Brasil existe uma gama de leis e legislações ambientais que incluem, de forma efetiva, a gestão ambiental e sustentável – não apenas dos rios, florestas e solo – referindo também a existência de uma preocupação maior das autoridades no envolvimento das cidades em relação ao lixo, a poluição, etc..

Sobre a política ambiental do município de Bauru, assim se referiu um dos sujeitos:

Aquí na Secretaria, nós temos dentro do Plano Diretor; é pautada a questão das zonas de indústria, comércio e serviços. E, nisso, eu faço parte do Conselho Gestor pensando na questão da sustentabilidade, porque aquí em Bauru estas áreas são determinadas por APAS e nós aprovamos no nosso Plano Diretor, ao longo das rodovias, os 500 metros para as indústrias, que vão ficar bem na APA. (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, chefe de divisão, membro do Conselho Gestor das APAS)

Ficou evidenciado que, na cidade de Bauru, o Plano Diretor é tido pelos gestores municipais como um instrumento básico e imperativo para a concretização da Política de Desenvolvimento Ambiental e Sustentável na municipalidade, conforme revela o depoimento:

...o que considero importante é o que aconteceu na história recente do país, que foi a elaboração dos planos diretores. Alguns municípios já dispunham deste instrumento, mas muitos descobriram do que realmente se tratava quando surgiu o Ministério da Cidade e começou uma ampla campanha e a regulamentação dos artigos que falam sobre o direito de propriedade, então isso foi um ganho, agora cabe a nós estarmos cobrando a implantação desses instrumentos que constam no plano diretor da Cidade (Relações públicas, Especialista em gestão pública e gerência de cidades, membro do Conselho Gestor das APAS)

Constata-se, pelo relato acima, que o novo Plano Diretor Participativo do município agrega os valores, princípios e diretrizes pautados na Política Ambiental Brasileira, já que foi elaborado com a participação popular, para atender as reais

necessidades da população bauruense. Portanto, indica que ele insere-se no novo paradigma jurídico – o meio ambiente como direito, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida – e não pode ser objeto de apropriação privada ou estatal que contrarie o interesse público.

Destaca-se, a seguir, o segundo eixo relacionado às ações e práticas executadas pelas percepções dos entrevistados.

5.2 Dinâmica das ações e práticas ambientais desenvolvidas no âmbito do município

Quanto à dinâmica das ações e práticas ambientais, os entrevistados, em sua maioria, consideraram que elas ocorrem no âmbito da cidade, porém, de forma incipiente e fragmentada.

Os depoimentos a seguir, explicitam esse pensamento:

...na agricultura, temos um projeto que vamos desenvolver em parceria com a SEMA e outras secretarias, no sentido de mudar um pouco a paisagem da área rural. É triste ver o descaso e vamos tentar mudar isso e trazer mais qualidade de vida aos produtores, às pastagens. (Secretaria da Agricultura e membro do Conselho Gestor das APAS)

Então, já aprovamos o projeto do Centro de Educação Ambiental, Jardim Botânico ... Por exemplo, equipar melhor a coleta seletiva, a Brigada de Incêndio das unidades de conservação... Na Secretaria do Meio Ambiente tem uma verba pequena. No município... acaba utilizando recursos do fundo municipal para dar suporte em algumas de suas ações. (Relações públicas, Especialista em gestão pública e gerência de cidades, membro do Conselho Gestor das APAS)

...a Secretaria da Educação tem alguns projetos de conscientização ambiental, tem projetos em escola. que vêm trabalhando o lixo reciclável de Bauru; tem os catadores... estão pleiteando verbas do governo federal para uma Central Reciclável. (Secretaria do Desenvolvimento Econômico/Diretora da Divisão de Serviços do Departamento da Indústria, membro do Conselho Gestor das APAS)

...o licenciamento pode ser federal, estadual ou municipal. Alguns municípios do Estado de São Paulo, estão trabalhando licenciamento no seu âmbito local e regional, como é o caso do município de Brotas está bem avançado nisso, embora entendo que não tenha muita estrutura técnica nesse momento para encarar e assumir o licenciamento na sua proporção. A cidade de Bauru é um município que tem mais nível técnico, pois tem uma Secretaria Municipal do Meio Ambiente mais estruturada e conta com técnicos, agrônomos, arquitetos (Engenheira Agrônoma, Coordenadora do Escritório Regional do IBAMA, membro do COMDEMA)

Essas falas demonstram que as ações e práticas focadas na gestão ambiental e sustentável do município estão ocorrendo, principalmente as relacionadas com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, tais como: ações focadas no lixo reciclável, nos catadores e na cooperativa de recicláveis, além de existir uma preocupação voltada para o tratamento de esgoto, o plano de manejo, o macrozoneamento e o Plano Diretor Participativo, que é denominado como um marco e um avanço na questão da sustentabilidade no âmbito do município. Portanto, constatou-se que essa Secretaria vem atendendo aos seus princípios enquanto órgão gestor da política ambiental na localidade. Em contrapartida, nos demais órgãos, embora estejam empenhados, essas práticas ainda são consideradas como tímidas.

Este conjunto de ações e práticas, no cenário do município, indica que há um esforço para diminuir os impactos ambientais, um compromisso em estabelecer um processo longo de cumplicidade na efetivação dos direitos socioambientais. Nesse cenário, a atuação dos representantes que constituem o Conselho das Áreas de Proteção Ambiental foi assim descrita:

Com a aprovação do Plano Diretor Participativo, contribuiu no âmbito da Secretaria Municipal, com alguns projetos, como, por exemplo, a questão da inauguração do Plano Gestor de Resíduos de Saúde, da construção civil, da arborização urbana, de modo a garantir um espaço de lazer e espaço verde para a população, bem como o plano de Manejo da APA da Água Comprida, em fase de elaboração, com previsão de término para 2009. Estamos nos adequando ao município verde, que tem como objetivo

os financiamentos junto ao Estado. (Bióloga, Secretaria do Meio Ambiente e membro do COMDEMA)

Portanto, as ações que vêm sendo realizadas no município, em prol da garantia da conservação do meio ambiente, são válidas e têm contribuído para avanços. Mas isso não significa uma situação de alcance dos objetivos previstos em sua totalidade, exigindo dos vários órgãos representativos uma articulação contínua, embasada em um planejamento adequado, para definir as políticas sociais e ambientais com clareza, incorrendo em menor impacto ao ambiente da cidade.

Uma questão crucial refere-se à maneira como as pessoas, que vivem na sociedade, se apropriam e se relacionam, com base na valorização que elas concebem em seu entorno.

Para Oliveira e Machado (2004), o ser humano não percebe as formas, mas, os objetos que lhe são significativos e que atendam às suas necessidades e interesses. Com base nessa afirmação, compreende-se a importância da percepção ambiental e a necessidade de que faça parte das pesquisas que levam em consideração a valorização da população, em um determinado recorte espacial, pelo seu meio ambiente vivido, percebido e concebido.

Entende-se que os assistentes sociais devam estar atentos e convictos de que as várias estratégias para a intervenção profissional estão contidas nos instrumentais técnicos operativos, aliados a uma visão de homem e mundo, em uma perspectiva crítico-dialética que potencialize a leitura crítica da sociedade.

De acordo com Yazbek (2004, p. 13), “o fundamento das profissões é a realidade social”. Assim, parte do pressuposto de que a profissão só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade.

Evidenciou-se, na pesquisa, a existência de diversos projetos em elaboração, enquanto que outros, de práticas ambientais, estão em execução, objetivando a redução dos impactos ambientais de forma preventiva.

A seguir, apresenta-se o terceiro eixo de análise, relacionado às percepções dos gestores sobre as concepções da política ambiental – se está ou não integrada às demais políticas sociais do município – e às suas contribuições, enquanto gestores municipais, no acompanhamento e preservação do planeta Terra.

5.3 Percepções dos gestores municipais

5.3.1 Sobre a política ambiental integrada às demais políticas sociais do município

Esse aspecto foi destacado considerando-se que todos os sujeitos entrevistados são gestores municipais e membros do Conselho Gestor das áreas de proteção ambiental na municipalidade:

...a nível municipal, em Bauru é mais fácil que a política acompanhe aos fatos. A legislação acompanha os fatos, as pessoas que elaboram as legislações municipais se encontram com mais frequência. Bauru é como se fosse uma realidade micro do Brasil. (Engenheira Agrônoma, Coordenadora do Escritório Regional do IBAMA, membro do COMDEMA)

... Bauru também tem mostrado esta preocupação. Vemos empresas querendo se instalar aqui, que são empresas coletoras do lixo hospitalar, então está havendo um avanço significativo nesta área e Bauru não está alheio à esta preocupação. (Secretaria da Agricultura e membro do Conselho Gestor das APAS)

A visão de que a concepção da política ambiental está integrada às demais políticas públicas do município e ao processo participativo da população na execução dessa política, possibilita apresentar algumas posições assumidas pelos sujeitos entrevistados na pesquisa de campo. Neste caso, gestores municipais de vários órgãos públicos, membros do Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental.

Não. Nós, principalmente dentro do Conselho, nós presenciamos as discussões e vemos posições e pareceres que influenciam empreendimentos no município, que a opinião, a análise ambiental não é considerada, mesmo que haja um consenso entre o próprio empreendedor e o gestor do meio ambiente. Então, até parece que é proposital. Não dar atenção às políticas de meio ambiente. A gente espera muito que isso mude. (Bióloga, Secretaria do Meio Ambiente e membro do COMDEMA)

É notória a desarticulação existente entre as políticas sociais no município, algo que atinge a população em suas necessidades sociais e no modo de vida, pois estão desvinculadas de uma visão de totalidade.

As políticas sociais não devem ser elaboradas e executadas de forma isoladas umas das outras. É fundamental considerar o processo histórico e político das relações sociais e as orientações que uma sociedade estabelece, mantendo uma perspectiva de unificação das diversas políticas. Nessa direção, ressalta-se a afirmação de Sposati (2004, p.52):

A perspectiva de intersectorialidade, dentre as diversas políticas sociais sob o princípio da inclusão social vêm construindo princípios do que denomino políticas sociais de terceira geração. Isto é, não, são noções residuais, como também não são setoriais, como mundos apartados. A idéia de complementaridade é fundamental para esta terceira geração.

O depoimento a seguir reafirma a ausência de unificação das políticas públicas, aspecto tido como grande obstáculo para potencializar ações e resultados. Faz-se importante mencionar que, pelos cargos, pela participação e posições que ocupam nos órgãos municipais representativos da Política Ambiental do município, esses gestores são considerados formadores de opinião:

Fazer a implantação de gestão que a cidade merece, implica na mentalidade dos técnicos que trabalham com a questão, pois trabalhar intersectorialmente, já que uma política não faz numa determinada secretaria e sim em diversas secretarias... tem o DAE, a EMDURB, a SEMA que são Secretarias que estão diretamente ligadas à questão do desenvolvimento. Essas irão controlar e irão colocar os seus técnicos. (Secretaria do Desenvolvimento Econômico, chefe de divisão, membro do conselho gestor das APAS)

5.3.2 Sobre suas contribuições no acompanhamento e preservação do planeta Terra

Este segundo item identifica, inicialmente, o comprometimento profissional e, em seguida, as contribuições dadas pelos gestores pesquisados, relacionando a

preocupação e desafios dos órgãos municipais em relação ao meio ambiente e sua preservação no âmbito do município. Portanto, refere-se ao comprometimento profissional dos gestores municipais.

Esses gestores municipais, engajados no Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental Municipais, têm um amplo comprometimento profissional com o campo ambiental no seu cotidiano de trabalho e demonstraram conhecimentos e um efetivo interesse para com o desenvolvimento da política ambiental, como pode-se observar nos depoimentos detalhados a seguir:

...sou engenheira agrônoma, há 26 anos no serviço público, trabalhei em Iguape, na Barra Bonita e, hoje, em Bauru. Sou responsável pelo Escritório Regional do IBAMA, que abrange 78 cidades na região. Também faço parte do COMDEMA... Estamos trabalhando conjuntamente com o INCRA, com o Ministério Público, com o esforço sobre a área georeferência, pois existe o tempo de averbação, desde os anos 90. Esse esforço do IBAMA, INCRA e Ministério Público é no sentido de que esta área seja preservada de forma mais rápida... de garantir que esses hectares de mata, que faz parte do que chamamos Mosaicos de área da região do Estado de São Paulo. Temos fragmentos que abrigam flora em extinção, então isso tem sido uma grande contribuição dentro da cidade de Bauru; isso é dessa mata de 100 mil hectares. É um esforço nosso. Inclusive meu atraso, hoje, foi devido esse esforço concentrado de preservar, garantir essa mata, que é um corredor ecológico que liga inclusive fragmentos das cidades de Agudos, Lençóis Paulista, Arealva e Iacanga. (Coordenadora do Escritório do IBAMA/Bauru, Engenheira Agrônoma e membro do Conselho Gestor das APAS)

A partir do momento que você se dispõe estar participando de um Conselho... eu faço parte do CONAMA... você vê realidades diferentes. Eu estudo muito esse assunto, meio ambiente, porque não podemos trabalhar com suposições e, quando se dispõe trabalhar com essas políticas públicas, tem que ter conhecimento de causa. É importante lembrar que estamos trabalhando com as pessoas e não é só o meio ambiente natural, esse é um grande desafio no ambientalismo, que foi a passagem do “eco-chato” para o ambientalista moderno e contemporâneo... Então minhas contribuições é para que ocorra um trabalho de melhorias contínua de todo o processo, seja na gestão pública, ou na iniciativa da gestão privada, ou seja da sociedade. (Relações públicas, Especialista em gestão pública e gerência de cidades, membro do Conselho Gestor das APAS)

Ressalte-se o compromisso desses profissionais, que expressaram a necessidade de busca de conhecimentos específicos e participação contínua na gestão da Política Ambiental, envolvendo as diversas áreas do saber, contribuindo diretamente no acesso à cidadania, com perspectiva de efetivar os direitos socioambientais da população. Assim, fica também demonstrada a necessidade de que todos os profissionais que intervêm numa realidade social, estejam capacitados histórica, teórica e metodologicamente para atuar de forma propositiva, desvendando as tramas do real existente nas relações que se dão no meio ambiente e na sociedade. Ou seja, de modo que possa ajudar a derreter posturas tradicionais e quebrar preconceitos que se baseiam em observações sem fundamentos, rumo à construção de uma sociedade mais digna e justa.

... toda prática social concebida na perspectiva que estamos anunciando é verdadeiramente uma prática educativa é a expressão concreta da possibilidade de trabalharmos com os sujeitos sociais na construção do seu real, de seu viver histórico. É uma prática que se despoja da visão assimétrica dos sujeitos com as quais trabalha e que se posiciona diante deles como cidadãos, como construtores de suas próprias vidas. É, portanto, prática do encontro, da possibilidade do diálogo, da construção partilhada. (MARTINELLI; RODRIGUES; MUCHAIL, 2001, p. 147)

Portanto, é nesta perspectiva de totalidade, tendo como referência teórica a visão de homem e mundo na linha dialética marxista, da qual a pesquisadora compartilha, que reafirma-se que toda prática social é eminentemente política. O assistente social é um profissional que possui uma formação nessa perspectiva crítica, é possuidor de autonomia para desenvolver suas ações voltadas efetivamente para programas e projetos políticos, comprometidos diretamente com a justiça social, construídos em parceria com a população, com os diversos profissionais e com as instituições e organizações empresariais, apropriando-se cotidianamente das mediações e possibilitando a emancipação dos sujeitos sociais.

Neste sentido,

... não há prática social que não seja política, pois essa é a natureza constitutiva, a sua razão de ser. A prática social dialeticamente concebida na perspectiva que a estamos trabalhando, é, por excelência, a possibilidade de operar com projetos políticos que tenham por horizonte a consolidação da democracia e o fortalecimento da cidadania. Trata-se portanto, de uma prática que parte de uma teleologia e que constrói, juntamente com a população usuária, mediações conscientes para atingi-la, articulando-se permanentemente as práticas concretas das classes sociais.

Em outras palavras, trata-se de uma prática que assume plenamente a sua vocação social e o seu compromisso político (MARTINELLI; RODRIGUES; MUCHAIL, 2001, p. 148).

Martinelli, Rodrigues e Muchail (2001), referindo-se às mediações conscientes, têm como ponto de partida da prática o sujeito social e político. É preciso que se considere o potencial da prática do Serviço Social, que se invista na construção de espaços inseridos no conjunto das práticas sociais, estabelecendo-se nexos de articulação com outros profissionais, de tal maneira que essa prática possa ser reconhecida não só pelo profissional que a realiza, mas pelo conjunto dos atores participantes.

Atribui-se a essa prática política, a necessidade do assistente social possuir o domínio teórico-metodológico, pois é o que dá sustentação ao exercício profissional, abrindo caminhos para a construção de novas práticas. Neste sentido Iamamoto (1998, p.62) reforça:

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer seu trabalho. Contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim o conhecimento não é só verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado.

Na continuidade das concepções dos gestores municipais sobre a preocupação e desafios presentes na gestão ambiental e preservação no âmbito do município, ficou explícito que:

É o primeiro trabalho que está sendo feito aqui, acredito que nem só em Bauru, como na Região, este trabalho tem uma equipe técnica muito bem formada, a Secretaria do Meio Ambiente também tem uma equipe muito bem formada, então é um trabalho pioneiro e que seja exemplo não só para o Estado, mas para uma porção de coisas. (SAGRA e membro do conselho gestor das APAS)

Minha contribuição enquanto gestora é pensar a cidade como um todo. (Secretaria de Desenvolvimento, Chefe de Divisão, membro do conselho gestor das APAS)

Dessa forma, constatou-se que os gestores municipais têm contribuído de forma sistemática na questão ambiental, no sentido de pensar a cidade na sua totalidade, ressaltando-se a existência de uma equipe técnica bem formada e preparada para lidar com as ações pertinentes a gestão ambiental e sustentável. Assim, ficou evidenciado que há a necessidade de conhecimentos da política ambiental do município e suas legislações vigentes, pelos profissionais engajados e compromissados com a temática, como demonstra, a seguir, a preocupação existente no depoimento:

Primeiramente, acredito que seja a adequação e o surgimento da legislação hoje existente, sem perder o foco. A formulação de novos procedimentos, novas normas que possam permitir a conservação dos recursos naturais existentes no nosso planeta e nosso município. (Bióloga, diretora do zôo botânico, membro do Conselho Gestor das APAS)

Outros procedimentos ainda são destacados como desafiadores, pelos representantes dos órgãos municipais, e precisam agregar forças para o processo de desenvolvimento do município no quesito ambiental.

Primeiro, os órgãos municipais têm que entender o que é o meio ambiente. O meio ambiente não é simplesmente um empecilho, pelo contrário ele pode ser uma ferramenta para o desenvolvimento de Bauru. Então, tanto os órgãos gestores como a população, é o risco que todo mundo corre se esta situação se agravar. Porque falta o tratamento do esgoto e isso gera doença, acaba com a vida... A questão, também, do desmatamento em Bauru... é nacional de erosão, que é usado por grandes instituições de pesquisa. (Relações públicas e Especialista em gestão pública e gerência de cidades, membro do Conselho Gestor das APAS)

Um dos problemas que Bauru tem hoje é a questão do tratamento do esgoto que atinge os rios e a questão da água. (Secretaria do Desenvolvimento Econômico/Diretora da Divisão de Serviços do Departamento da Indústria, membro do Conselho Gestor das APAS)

Um dos maiores desafios é concluir o tratamento de esgoto e criar uma legislação justa e coerente com as APAS. Não é justo que se destruam todas as matas existentes, por outro

lado, também deve ocorrer o crescimento do desenvolvimento sustentado. Em relação à questão dos aterros, temos que dar solução para a questão do lixo que é séria. No meio rural a preocupação é com as áreas degradadas, pois elas contribuem com o assoreamento dos rios e não podemos deixar isso acontecer. (SAGRA e membro do Conselho Gestor das APAS)

Foi apontado, unanimemente, pelos sujeitos pesquisados, a consciência que possuem sobre os desafios presentes, ao se reportarem às preocupações dos órgãos municipais com o tratamento de esgoto – ao qual não vem sendo dada a atenção necessária e que por sua vez atinge a variável água, fatores fundamentais para que ocorra uma verdadeira preservação ambiental na cidade.

Assim, os órgãos municipais possuem como desafios a serem enfrentados o fazer valer – o que está sendo deliberado nas conferências, no plano diretor e na legislação, com a participação da sociedade nos vários segmentos – e o direcionamento das ações ambientais, no sentido da efetivação dos direitos socioambientais e de uma melhor qualidade de vida dos bauruenses, como se enfatiza a seguir:

...o maior desafio é ,de fato, estar implantando e efetivando o que está deliberado nas Conferências, pois está deliberado no Plano Diretor e a legislação que existe é vasta no setor ambiental... É também um grande desafio que a sociedade civil e os diversos segmentos tomem para si, esta fiscalização, quando da implantação, o sentido da sociedade pensar na cidade para todos. (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, chefe de divisão, membro do Conselho Gestor das APAS)

A entrevistada comenta, ainda, sobre os vários técnicos que estão envolvidos nesses desafios e a necessidade da ação intersetorial, de modo a desenvolver um trabalho em conjunto com os demais técnicos e a aplicar as legislações vigentes, trabalhando não de forma empírica e sim na apropriação de conhecimentos científicos e das leis específicas. Neste sentido, acredita que o plano de manejo vai possibilitar ações de cunho científico e o discernimento das práticas que devem e podem ser desenvolvidas, como se observa na declaração a seguir:

... porém, a maior dificuldade é fazer com que esses técnicos trabalhem de forma intersetorial e façam valer as legislações, visando a questão do desenvolvimento social e com a participação maior de todo o corpo técnico da Prefeitura. (Secretaria do Desenvolvimento Econômico, chefe de divisão, membro do Conselho Gestor das APAS)

Ainda com relação à preocupação e desafios, em pauta, dos órgãos municipais os gestores, foi destacada a questão do destino dos resíduos da construção civil e domiciliares, uma vez que o aterro sanitário está com sua capacidade de armazenamento no limite, necessitando de providências e agilidades por parte dos órgãos competentes, conforme afirma o depoimento:

No município de Bauru, existe a preocupação sobre a destinação dos resíduos, tanto da construção civil quanto os domiciliares, uma vez que o aterro sanitário está com a capacidade de armazenamento quase no fim e temos essa preocupação de encontrar uma nova área. Hoje, não contamos com nenhum dispositivo legal que oriente e discipline estas práticas, então passa a ser um desafio, que até já iniciamos a elaboração de um novo Plano Gestor de Resíduos. (Secretaria do Meio Ambiente, Bióloga, diretora do zôo botânico, membro do Conselho Gestor das APAS)

5.3.3 Sobre as contribuições e os papéis dos assistentes sociais no campo ambiental e sustentável

Pretendeu-se, neste item, registrar as diferentes percepções dos gestores municipais pesquisados ao responderem as questões relacionadas ao profissional de Serviço Social.

O entendimento do papel do profissional de Serviço Social pelos entrevistados é um reflexo da representação e da relação deste com os vários órgãos municipais, no tocante à gestão ambiental e sustentável no âmbito do município.

Considerando que o assistente social é uma profissão que trabalha com o ser humano, com as comunidades, e que a gente não consegue um desenvolvimento ambiental ou

econômico sem a questão do componente humano, é de extrema importância a participação deste profissional junto ao desenvolvimento de trabalhos sociais, ambientais e sustentáveis. (Relações públicas e Especialista em gestão pública e gerência de cidades, membro do Conselho Gestor das APAS)

O profissional de Serviço Social pensa em pobre. A vulnerabilidade de pobres no município é de 150 mil pessoas em situações de vulnerabilidade, isso quer dizer que o Serviço Social é para todo mundo; ele tem as técnicas para chegar até essas pessoas, pode estar trabalhando os problemas da questão ambiental. (Secretaria do Desenvolvimento Econômico/Diretora da Divisão de Serviços do Departamento da Indústria, membro do Conselho Gestor das APAS)

Hoje em dia, o assistente social tem um campo enorme, porque do mesmo jeito que o biólogo vai cuidar da planta, o veterinário cuida do animal e o assistente social cuida do homem, do ser humano... Inclusive a sensibilização, a mobilização. É um facilitador, um mediador, isso do pouco que conheço da carreira... Eu acredito que, pelo que conheço do trabalho dos assistentes sociais, tem muitas outras contribuições possíveis. (Secretaria do Meio Ambiente, Bióloga, diretora do zôo botânico, membro do Conselho Gestor das APAS)

...o assistente social tem um papel fundamental com relação a gestão ambiental: ele pode estar mediando e propondo diversas ações nessa área, mas não é uma área onde o assistente social participa muito... Ele tem conhecimento teórico, metodológico para estar desenvolvendo ações voltadas para essa questão ambiental, desenvolvimento sustentável. Quando ele está lá coordenando ou organizando uma ação na comunidade em que ele atua, tem sempre a questão ambiental. (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, chefe de divisão e membro do Conselho gestor das APAS)

As falas dos entrevistados apontaram para a necessidade dos profissionais de Serviço Social se comprometerem com a questão ambiental e sustentável, uma vez que concebem esses profissionais como possuidores de conhecimentos generalistas e capacitados teórica e metodologicamente para intervir no referido campo. Como é sabido, a base de sustentação da profissão são as

políticas sociais, portanto, o profissional de Serviço Social é possuidor do papel de formulação e execução de políticas públicas de forma unificadas, nos vários campos, com a perspectiva de contribuir no acesso da população aos direitos socioambientais e à qualidade de vida.

Assim, o desafio maior dos sujeitos profissionais, ao se envolverem com a gestão ambiental e sustentável na prática profissional, é o conhecimento das políticas sociais, especificamente nesta tese, conhecimento e apropriação da política pública do meio ambiente e seus vários instrumentos, como suas normas e diretrizes, que possuem como referência legal a Constituição Federal de 1988, para que se viabilize, de forma concreta, os direitos socioambientais da população que atende. Neste sentido, Paiva (2000, p.92) destacou:

Concretamente, hoje, a atuação intransigente na defesa dos legítimos interesses da população usuária a partir de uma interpretação teórica mais ampla, vinculada ao projeto de classe dos trabalhadores, não pode mais ser interpretada como postura exclusivamente política, e como já se acostumou rotular, típica de um militante partidário. É de se esperar que tal crítica ainda reverbere, mas o fundamental a afirmar é que a postura técnica, que é sempre política, exige do assistente social uma prática profissional voltada de forma incontestada, para a viabilização dos direitos de sua população usuária, na perspectiva da consolidação das conquistas sociais e dos termos legais constitucionais, mediante os quais se delineiam o certame legal de direito democrático neste País, afirmado em 1988.

Os sujeitos entrevistados não negaram a importância e a necessidade de que o profissional de Serviço Social passe a fazer parte da equipe interdisciplinar, das parcerias com as demais áreas compromissadas com a gestão ambiental e sustentável, para participar, envolver, discutir e elaborar as políticas ambientais, bem como se fazer presente na participação dos conselhos:

...e fica um puxão de orelha, uma recomendação final da área social, no caso, assistentes sociais. Fica, assim, um apelo, para que se engajem mais e somem conosco nessas discussões, nas oportunidades oferecidas... Essa parceria socioambiental que pode ser feita com pessoas atuantes e como por exemplo o assistente social... Essa união pode evitar desgraças, como o que está acontecendo em Santa Catarina, com essas enchentes. (Coordenadora do Escritório do IBAMA/Bauru, Engenheira Agrônoma e membro do Conselho Gestor das APAS)

Ao opinarem sobre as contribuições e a inserção do assistente social na gestão ambiental e sustentável, revelaram que na equipe de profissionais que participam no COMDEMA, não contam com a presença de um assistente social:

Não existe nada produzido pelo Serviço Social, com a gestão social e o meio ambiente. Aliás, no Conselho, eu já percebi a participação do arquiteto, do engenheiro agrônomo, do engenheiro civil e o Serviço Social não tem.
(Secretaria de Desenvolvimento Econômico, chefe de divisão, membro do conselho gestor das APAS)

Em outro depoimento, verificou-se que o assistente social é visto como um profissional que possui conhecimentos teórico-metodológicos para estar participando e contribuindo com a questão da sustentabilidade ambiental:

... o assistente social tem um papel fundamental com relação à gestão ambiental. Ele pode estar mediando e propondo diversas ações nessa área, mas não é uma área onde o assistente social participa muito... Ele tem o conhecimento teórico-metodológico para estar desenvolvendo ações voltadas para essa questão ambiental, desenvolvimento sustentável, quando ele está coordenando ou organizando uma ação na comunidade em que ele atua... Tem sempre a gestão ambiental.. (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, chefe de divisão, membro do conselho gestor das APAS)

A apropriação do referencial teórico-metodológico na linha crítico-dialética possibilita, ao assistente social, realizar a leitura da realidade numa perspectiva de totalidade, construindo mediações entre a prática profissional e os limites postos pela realidade de intervenção.

A profissão de Serviço Social tem uma dimensão preventiva, educativa e investigativa e atua no âmbito das políticas sociais, tendo como objetivo maior a mediação dos direitos dos cidadãos, com vistas ao acesso à cidadania e à emancipação.

No Código de Ética profissional, os valores fundantes do Serviço Social são a liberdade como valor central e a justiça social, articulando-os a partir da exigência democrática, uma vez que a democracia é tomada como valor ético central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. Como afirma Iamamoto (1997, p. 55), “um grande desafio que o código nos propõe é a materialização dos princípios éticos no cotidiano do trabalho”.

Democracia, participação popular, domínio de conhecimentos, transparência, gestão honesta e criteriosa dos recursos são termos que resumem muito bem os desafios e as possibilidades de um trabalho realizador e socialmente relevante para o assistente social, que atua no âmbito das políticas sociais, porque são próprios de um mundo novo, tal qual o pensado pelo poeta, mesmo que ainda em estado de soluções e esperanças (GULLAR, 1975, p.46)

Além disso, o projeto profissional revela a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando o pluralismo, posicionando-se a favor da equidade e da justiça social, ampliação e consolidação da cidadania, visando a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras, luta pela democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Neste sentido, é de importância a afirmação de Barroco (2001, p. 203):

... coerente com sua fundamentação, explicitou seu diferencial em face do discurso liberal ao afirmar a equidade e a democracia como valores ético-políticos. A democracia é tratada como padrão de organização política capaz de favorecer a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social, resgatando a concepção marxista presente no pensamento socialista revolucionário.

A configuração da problemática socioambiental a respeito do acesso e formas de uso dos bens ambientais, lança a questão para a esfera da política pública, legitimando-se como luta de cidadania.

As políticas sociais que são operacionalizadas no ambiente das instituições e organizações empresariais, são tidas como o lócus privilegiado da intervenção profissional do assistente social.

Neste sentido Almeida (1996, p.8) declarou:

A compreensão das políticas sociais como mediação necessária à concretização do trabalho do assistente social situa uma dupla implicação para os assistentes sociais: o seu reconhecimento enquanto espaço privilegiado de sua profissão e atuação e como aporte importante ao trabalho profissional, ou seja, como meio de operacionalização efetiva de sua atividade laborativa.

A inserção e relação da profissão de Serviço Social na política de gestão ambiental e sustentável é motivo de embate no cenário contemporâneo da categoria profissional, pois os resultados da pesquisa confirmaram a não participação dos profissionais de Serviço Social nas ações e práticas voltadas para a gestão ambiental e sustentável; não estão presentes sequer nos Conselhos correlatos à temática.

Dessa forma, considerando-se que as políticas públicas sociais são tidas como a base de sustentação e legitimação da profissão, no cerne da sociedade capitalista, constatou-se uma relação e engajamento da profissão, mais especificamente na dimensão da Política de Assistência Social, até pelo motivo de ser a maior empregadora dos assistentes sociais desde os seus primórdios. Fica evidenciado, portanto, uma lacuna quanto a visibilidade da profissão na inserção da política pública ambiental no município, conforme afirma o depoimento:

O assistente social possui uma formação generalista, numa perspectiva dialética, onde ele deve e pode participar de todas as coisas, mas vejo que o assistente social, hoje, se volta mais para a política de assistência social ao desenvolver o seu trabalho. Mais para a política assistencial e não para as políticas públicas em geral, pois existem diversas políticas públicas em que o profissional pode estar se inserindo e este conhecimento da questão ambiental, quando ele trabalha com os usuários na cooperativa de recicláveis, ou em uma favela, poderá estar trabalhando a gestão do meio ambiente, estar propondo programas para recuperação daquela região... mas, o que considera mais emergente é que, profissionalmente, o que chama a atenção do assistente social, é trabalhar com a

política de assistência social e ele não tem esse olhar intersetorial, a não ser com a política da educação e com a política da saúde, em função da obrigatoriedade que o governo impõe com o Bolsa-Família... O assistente social não vivencia as políticas públicas da cidade como deveria
(Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Chefe de divisão, membro do Conselho Gestor das APAS)

Através dos estudos e pesquisa realizada, verificou-se que o meio ambiente configura-se como uma das múltiplas expressões da questão social e que o assistente social não tem se apropriado de forma efetiva nesta expressão. Faz-se urgente, portanto, a intervenção neste campo, dando a visibilidade e a contribuição necessária da profissão de Serviço Social no campo da educação ambiental.

Por outro lado, há que se reconhecer que a profissão tem um acúmulo teórico-metodológico nas diversas questões que envolvem o cotidiano profissional e que são também pertinentes à área da sustentabilidade ambiental.

A pesquisa evidenciou, ainda, que a relação Serviço Social/sustentabilidade/políticas públicas suscita várias questões inerentes ao universo ambiental e que demandam a intervenção do assistente social, tornando-se uma das suas atribuições no exercício profissional, no âmbito da educação ambiental, ao lançar mão dos seus conhecimentos teóricos, metodológicos, éticos e políticos.

Portanto, em seu papel, o *como fazer* é crucial: é fundamental conhecer, analisar, interpretar nos vários campos, especialmente na política ambiental, alvo das várias profissões, buscando envolver-se e comprometer-se com a sustentabilidade do planeta Terra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se fazer as considerações finais, cabe, preliminarmente, ressaltar os principais desafios encontrados na construção da presente tese.

Uma primeira questão refere-se à temática abordada, pois trata-se de um assunto novo no meio profissional e que, portanto, exigiu reflexões constantes na apropriação do conhecimento da literatura e legislações correlatas vigentes. Durante o processo foi possível um amadurecimento a respeito do objeto de pesquisa.

Uma outra questão, mais forte e que se considerou como um patamar mais alto de inquietações desafiadoras – enquanto docente responsável pela formação profissional, bem como pelo compromisso com o projeto ético-político da profissão – foi empreender esforços ainda maiores na elaboração de uma produção científica que propõe-se a contribuir com a formação e com a categoria profissional.

Por outro lado, os resultados desta pesquisa permitiram identificar alguns questionamentos e reflexões, por aproximações sucessivas, das alternativas de inserção do Serviço Social na gestão ambiental e sustentável, no âmbito da política ambiental.

A análise sobre a política ambiental brasileira, sua institucionalidade jurídica, que sustenta seus princípios e diretrizes estabelecidos, configuram os espaços sócio-ocupacionais que podem e devem ser mediados e ocupados pelo Serviço Social, na efetivação dos direitos socioambientais, nas áreas de proteção ambiental do município de Bauru.

Os aportes teóricos e jurídicos que permeiam a educação ambiental estão articulados no compromisso e responsabilidade, não somente da coletividade em geral, mas, sobretudo, no papel primordial do principal protagonista – o Estado.

Nesse cenário, a pesquisa teve como objetivo principal conhecer e analisar como a profissão de Serviço Social se relaciona com a gestão ambiental e sustentável nos órgãos representativos (áreas de proteção ambiental e organizações empresariais do município de Bauru), tendo em vista o acesso à cidadania e a efetivação dos direitos socioambientais, por parte da população com a qual o profissional trabalha.

A pesquisa evidenciou as ações e práticas desenvolvidas no âmbito do município, por meio dos gestores municipais, retratando a inexistência do profissional de Serviço Social, em detrimento aos demais profissionais engajados na política ambiental, porém, de outras áreas do conhecimento e do saber, contribuindo para alavancar estratégias e reflexões acerca desses espaços não apropriados até então, na intervenção dos assistentes sociais.

Assim, constatou-se a não inserção da prática profissional no desenvolvimento da política ambiental municipal, tendo sido demonstrado ainda, que a questão ambiental e sustentável apresenta-se como demanda emergente para a formação profissional, numa perspectiva de interdisciplinaridade, uma vez que esta faz parte, de forma incondicional, do perfil e da capacidade operativa do profissional em desenvolver seu trabalho em equipe.

Com a questão da municipalização e descentralização das políticas públicas, constatou-se uma maior requisição do Serviço Social no espaço da municipalidade, de forma operante, mas, especificamente com relação às políticas de Assistência Social e de Saúde, não ocorrendo a mesma sintonia no chamamento para a política ambiental.

Os sujeitos da pesquisa apontaram que os assistentes sociais estão preparados/capacitados para trabalhar na área da assistência social.

O assistente social, hoje, tem uma atuação mais voltada para a política de assistência social, embora ele tenha esta formação, mas, ao desenvolver seu trabalho, é para a política assistencial e não para políticas públicas em geral, pois existe diversas políticas públicas em que o assistente social pode se inserir e trabalhar o conhecimento da questão ambiental, como, por exemplo, numa cooperativa de recicláveis, numa favela, ele pode trabalhar o meio ambiente propondo programas para recuperação daquela região. (Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Chefe de Divisão e Membro do Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental)

Constatou-se ainda a não visibilidade de ação nos vários espaços que perpassam as leis, os conselhos, legislações, enfim, a Constituição Federal vigente e a prática profissional no campo ambiental.

Com relação ao eixo *percepções dos sujeitos entrevistados sobre as contribuições e papéis do Serviço Social na educação ambiental*, a pesquisa

evidenciou a ausência do assistente social, mas, também, que até existe um reconhecimento técnico, por parte dos gestores ambientais, da necessidade e importância da participação do Serviço Social, por ser este um profissional que lida diretamente com o ser humano em suas expressões da questão social, bem como por ser um profissional que possui conhecimento teórico-metodológico capaz de realizar a sensibilização e mobilização da coletividade em seu cotidiano de trabalho, no sentido de disseminar a educação ambiental de forma clara, como explicitado:

... o assistente social tem conhecimento teórico, metodológico para estar desenvolvendo ações voltadas para a questão ambiental e sustentável, pois quando ele está lá, na comunidade, coordenando e/ou organizando uma ação, tem sempre presente a questão ambiental.
(Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Chefe de Divisão e Membro do Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental)

Considerando-se que a educação ambiental surgiu e se acelerou nas últimas três décadas, num momento histórico de grandes mudanças no Brasil e no mundo, tende-se a requisitar a inserção do Serviço Social neste campo, uma vez que ele exige respostas dos cidadãos inscritos no cenário mundial, bem como responsabilidade e compromisso.

Ocupar os vários espaços sociais, em parceria com as demais profissões, é uma das atribuições do assistente social no campo sustentável, de maneira a desenvolver um trabalho socioeducativo e colaborar para amenizar as desigualdades sociais tão presentes na sociedade contemporânea.

A prática profissional do assistente social caracteriza-se por sua natureza eminentemente educativa e investigativa, voltada para a emancipação dos cidadãos, em correspondência ao Código de Ética Profissional, numa perspectiva crítica.

O profissional de Serviço Social, no âmbito dos municípios, comunidades em ações coletivas, poderá contribuir numa perspectiva de totalidade ao disseminar valores e comportamentos mais sustentáveis, inerentes especialmente às ações do assistente social, em parceria com as demais profissões.

A política ambiental e sustentável se consolida ao lado das demais políticas públicas, face ao seu ordenamento político, jurídico, legal, e por meio de

seus órgãos representativos, patamar de sustentação das intervenções do assistente social na realidade posta.

Cabe lembrar os conhecimentos teóricos, a habilidade técnica, ética e política que o assistente social possui ao lidar com as várias políticas sociais, uma vez que a mediação e a efetivação dos direitos da população que atende são consubstanciados numa política pública.

Por outro lado, ficou evidenciado que não existe uma intersetorialidade entre as várias políticas públicas municipais, lacuna que deixa de contribuir para a universalidade dos direitos consagrados na Constituição Federal de 1988, bem como não favorece a troca de saberes interdisciplinares entre os vários profissionais que atuam no âmbito das políticas sociais.

Considerando as contribuições dadas pelos gestores municipais (sujeitos da pesquisa), ressalta-se o seu comprometimento profissional com o campo ambiental. Esse compromisso se dá de forma abrangente, em seu cotidiano de trabalho, evidenciando-se pelos conhecimentos demonstrados e pelo efetivo envolvimento profissional com as questões ambientais e sustentáveis no âmbito do município, em parceria com o poder público.

O poder público municipal decidiu recentemente pagar compensações ambientais, onde estará otimizando as leis elaboradas no novo Plano Diretor Participativo da cidade de Bauru, uma vez que adquiriu a área onde será construído um parque ecológico e irá averbar a gleba como compensação ambiental unificada para quatro importantes obras de infraestrutura, resolvendo as pendências de legislação e preservação do parque de uma só vez.

O novo Plano Diretor Participativo da cidade de Bauru é de fato um instrumento favorável para a manutenção das APAS no espaço urbano e está contribuindo na qualidade de vida da sociedade local.

Com relação às organizações empresariais, constatou-se que após os anos de 1970 e 1980, começam a se interessar pela questão ambiental e passaram a adotar valores de uma cidadania corporativa. Assim, muitas empresas forneceram fundos para desenvolver projetos que abrangiam a comunidade, com o envolvimento de seus empregados.

Essas ações e práticas, num primeiro momento, foram realizadas de maneira precária, pois não atingiam o desenvolvimento das pessoas. Mas, as empresas começaram compreender a necessidade de realizar mudanças na forma

de gerir seus negócios. Na década de 1990, a gestão ambiental passou pelas empresas por razões de ordem estratégica e de sustentabilidade a longo prazo.

Hoje, evidencia-se que a temática ambiental e sustentável vem se disseminando cada vez mais, no âmbito empresarial, com o discurso de novos paradigmas, uma vez que cabe também a elas a responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a pesquisa revelou que as empresas ainda têm a sustentabilidade apenas em seus discursos, pois entre as escolhidas para efetuar a coleta dos dados empíricos, apenas uma delas foi prontamente receptiva em acolher e contribuir com uma problemática tão discutida e necessária no cenário atual.

Ressalte-se, ainda, a questão dos novos paradigmas na área empresarial. Verificou-se que, se estes existem, estão em processo de construção e que falta um longo caminho a ser percorrido para que possam ostentar o efetivo conceito de sustentabilidade, com base não somente nas legislações vigentes, mas, com o alcance social de melhoria na qualidade de vida das pessoas. Considera-se que essas empresas, embora possuam um compromisso com a sustentabilidade, isso ainda se resume a aspectos pontuais, ao invés de tê-la e compreendê-la numa visão de totalidade, ou seja, articulada entre as dimensões econômica, política, ambiental e social.

É importante ter a clareza de que a educação ambiental com vistas à sustentabilidade, por si só, não poderá resolver os vários e complexos problemas ambientais planetários. Outrossim, poderá influenciar decisivamente para que ocorra uma amenização, já que ao desenvolver um processo educativo com as populações, poderá contribuir no despertar de uma consciência crítica e envolvê-las com a problemática global.

Diante deste cenário, o assistente social, por possuir formação generalista, domínio teórico-metodológico e conhecimento das expressões da questão social, pode e deve contribuir de forma significativa na elaboração, gestão e execução das ações e práticas relativas a sustentabilidade. Ressalte-se ainda que, mediante a diversidade e complexidade da temática, faz-se necessário a apropriação de conhecimentos relacionados às políticas públicas do meio ambiente e suas respectivas legislações, que garantem o atendimento e o acesso das populações na melhoria da qualidade de vida, e a efetivação dos direitos

socioambientais, contribuindo diretamente na preservação das gerações presentes, garantindo a sustentabilidade para as futuras gerações.

Deve-se ressaltar que o assunto tratado nesta pesquisa está em evidência e discussão no âmbito nacional e internacional, exigindo de todos uma atenção especial, com vistas ao comprometimento de forma verdadeira, por se tratar da sobrevivência do homem no planeta Terra.

A seguir, sinaliza-se algumas contribuições do Serviço Social na educação ambiental.

Acredita-se que os resultados deste estudo irão contribuir para novas propostas de conteúdo, a serem inseridas no currículo de formação profissional do assistente social, contemplando disciplinas focadas nesta temática.

Nesse sentido, faz-se necessário articular junto à ABEPSS a discussão da inclusão de políticas ambientais, em todas as suas facetas, no currículo mínimo dos Cursos de Serviço Social.

Uma outra proposta é a de fomentar a criação de núcleos de estudos e pesquisa, discutindo-se a necessidade da questão ambiental e sustentável ser trabalhada numa perspectiva de intersectoriedade com as demais políticas sociais, ou seja, da educação, da saúde, da assistência social, da habitação, da seguridade social, visto que a política ambiental é instituída no sistema de proteção social.

Devido a ênfase que está sendo dada à necessidade de preservação do planeta Terra, a inclusão deste conteúdo na grade curricular irá incentivar a categoria profissional, bem como os futuros assistentes sociais, a acreditar nas novas possibilidades de ocupação de novos espaços postos à profissão, propiciando uma maior visibilidade e a necessidade de sua inserção na política ambiental. Este é mais um dos desafios contemporâneos para o Serviço Social.

As necessidades artificiais não poderão jamais fazer de nossa vida uma vida confortável, mas se levarmos uma vida simples e com o pensamento elevado, conseguiremos viver comodamente.

Prabhupada (2006)

REFERÊNCIAS

- ABESS/CEDEPSS. Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social/Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social. **Proposta básica para o projeto de formação profissional**. Recife: Universitária, UFPE, 1995.
- ALMEIDA, N. I. T. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.52, p.24-47_, 1996.
- ALVES, J. F. **Cidadania e qualidade de vida..** São Paulo: Metrópoles, 1995.
- ALVES, J. X. S. Sete estratégias para Bauru. **Jornal da Cidade**, Bauru, p. 78, 1º ago. 2008.
- ANTUNES, R. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Brasília: CEAD, 1999.
- ARAÚJO, L. A. D. **A tutela da água e algumas implicações nos direitos fundamentais**. Centro de Pós-Graduação da Instituição Toledo de Ensino, Núcleo de Pesquisas e Integração. Bauru: Edite, 2002.
- ARRUDA, M. C. C. **O momento da ética e o papel da empresa**. Documento Fides2. Disponível em: <[HTTP://www.fides.org.br](http://www.fides.org.br)>. Acesso em: 20 jun 2008.
- BARROCO, M. L. Os fundamentos sócio-históricos da ética. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2: Reprodução social, trabalho, Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, UNB, 1999.
- _____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v.25, n. 79 , p.27-47, 2004.
- BARROS, B. T.; RODRIGUES, S. B. **Compreendendo a dimensão cultural**. Encontro das culturas organizacionais. São Paulo: Atlas, 2001.
- BAURU completa 100 anos. **Jornal da Cidade**, Caderno História, p. 1-12, 1º ago. 2006.
- BAURU, 112 anos. Localização privilegiada. **Jornal da Cidade**, Bauru, p. 91, 1º ago 2008.
- BAURU. Prefeitura Municipal. Secretaria do Desenvolvimento Econômico. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado**. Bauru: Prefeitura Municipal, 2008.
- BENATTI, J. H. Manejo florestal e o uso alternativo do solo na Amazônia. In: ANDRÉ, L. (Org.). **O direito para o Brasil socioambiental**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003. p. 237-273.

BOTTOMORE, T. (Org.) . Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

BRANCO, S. M. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1988.

BRASIL em foco. **Jornal da Cidade**, p. 16, jul. 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Agenda 21** - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 3.ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições, 2001. 598 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. **Caderno de debates e sustentabilidade**. Agenda 21. Brasília: MMA, 2006. 16 p.

BUSSINGER. V. V. Fundamentos dos direitos humanos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 53, p. 9-45, 1997.

CABRAL, F. H. **Rumo à empresa cidadã: responsabilidade social empresarial**. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

CANTERO, C. Uma questão de sustentabilidade. **Revista Consumidor Moderno**, n. 94, p. 39-43, jul 2005.

CARONE, I. **Identidade**. Apostila. Curso de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC, 1984.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2005.

CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999. 436p.

CHIUVITE, T. B. S. Direito ambiental. In: _____. **Resumão Jurídico**. 4. Ed. São Paulo: Barros, Fisher & Associados Ltda./Exord, 2008.

CIAMPA, A. C. **Identidade**. In: CODÓ, W.; LANE, S. T. M. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COMO a cidade se prepara para o futuro ambiental. **Jornal da Cidade**, Bauru, p. 4, 25 mai. 2008.

COUTINHO, C. N. **Contracorrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

CRESS-SP. Conselho Regional de Serviço Social. **Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da(o) assistente social**. Gestão 2002-2005. São Paulo: CRESS-SP, 2004

DESENVOLVIMENTO sustentável: indicadores do meio ambiente. Relatório de 2008. **Jornal da Cidade**, Bauru, p. 24, jun 2008.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ESTRADA, D. O lucro é o inimigo número um do meio ambiente. Entrevista com Marcel Claude. **Jornal da Cidade**, Bauru, p. 36, 15 out. 2008.

FARAH, E. **Cidadania**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p.919.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 2001.

FREEMAN, C. Prometheus Unbound. **Futures**, v.15, n. 5, p. 495-507, 1984.

FREIRE, L. M. B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

FSSB. Faculdade de Serviço Social de Bauru. Instituição Toledo de Ensino. **Projeto Pedagógico**. Bauru: ITE, 2005.

GAUNTLETT, S. A mudança de paradigma na administração ambiental. In: RAY, M.; RINZLER, A. (Orgs.) **O novo paradigma nos negócios**. Estratégias emergentes para liderança e mudança organizacional. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Cultrix, 1993.

GOMES, J. A. D.; AGUAYO, O. V.; PÉREZ, A. G. (Orgs.) **Serviço Social e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

GUIMARÃES, R. P. **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GULLAR, F. Coisas da Terra . In: _____. **Dentro da noite veloz**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social em tempos de globalização. **Revista Inscrita**, São Paulo, Cortez, n. 3, p. 13, 1995.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. **Debate CRESS**, n. 6, Fortaleza: Expressão, 1997.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

_____. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social, Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IHERING, R. V. **A luta pelo direito**. Texto Integral. São Paulo: Martin Claret, 2006.

KELLY, M. O capitalismo aperfeiçoado. In: RAY, M.; RINZLER, A. (Orgs.) **O novo paradigma nos negócios**. Estratégias emergentes para liderança e mudança organizacional. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Cultrix, 1993.

KISNERMAN, N. **Pensar el trabajo social**: una introduccion al construccionismo. Buenos Aires: Humanitas, 1998.

LEFF, E. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, A. **O direito para o Brasil socioambiental**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2002.

LOPES, I. V. et al. **Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **O Uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. São Paulo: Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, PUC/SP, 1994.

_____. **Serviço Social**: identidade e alienação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 19, n. 57, p. 133-148, 1998.

_____. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

_____. Sentido e direcionalidade da ação profissional. Projetos ético-políticos em Serviço Social. In: SEMINÁRIO DA UNIVERSIDADE NACIONAL DE LA PLATA. 2004. La Plata, Argentina. **Anais...** Argentina, 2004.

_____. Pensar a identidade, eis a tarefa. Um ensaio sobre a identidade profissional do Serviço Social. In: KARSCH, U. M. (Org.). **Estudos do Serviço Social: Brasil e Portugal**. 1 ed. São Paulo: EDUC, 2005, v. 1, p. 65-78.

_____. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Revista Emancipação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 23-28, 2006.

MARTINELLI, M. L.; KOUMROUYAN, E. Um olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 45, São Paulo, Cortez, p.137-141, 1994.

MARTINELLI, M. L.; RODRIGUES, M. L.; MUCHAIL, S. T. (Orgs.) **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 172 p.

MELO NETO, F. P. **Gestão da Responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MILARÉ, E. Tutela jurídico-civil do ambiente. **Revista Direito Ambiental**. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 1, p.26-72, 1995.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOTTA, A. E. **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1996.

MUNDO se volta para as principais questões ambientais. **Jornal da cidade de Bauru**, 2008, p. 24.

MUNIZ, E. et al. **A trajetória da assistência social no município de Bauru**. Bauru: Instituto de Pesquisas e Estudos, Divisão de Serviço Social/ITE, 1997.

O DESAFIO de ser município verde. Especial Meio Ambiente. **Jornal da Cidade**, Bauru, p. 1, 5 jun. de 2008.

OLIVEIRA, L.; MACHADO, L. M. C. P. Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. In: VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PAIVA, B. A. **O assistente social e a consolidação das conquistas democráticas da cidadania**. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL Módulo 4. Brasília: CEAD, 2000.

PASQUOTTO, G. B.; OLIVEIRA, A. C. Características do desenvolvimento urbano da cidade de Bauru. In: JORNADA MULTIDISCIPLINAR: HUMANIDADES EM COMUNICAÇÃO, 7. 2005. Bauru. Humanidades em Comunicação: Programa e Resumos, 2005. p. 82-83. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/eventos/jornada2005/trabalhos/39_geise.htm>. Acesso em 28 jun 2008.

PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social, Brasília: CEAD, 1999.

_____. O movimento de reconceituação 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 84, p.21-36, 2005.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995

PRABHUPÃDA, S. Vida simples pensamento elevado. **Revista Sua Divina Graça**, São Paulo, 2006.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro de informações vivas**. São Paulo: T. A Queiroz, 1991.

RAY, M.; RINZLER, A. (Orgs.) **O novo paradigma nos negócios**. Estratégias emergentes para liderança e mudança organizacional. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Cultrix, 1993.

REY, B. F. **O Serviço Social em organizações empresariais**. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

RODRIGUES, V. A. **A educação ambiental na trilha**. Botucatu: Unesp-FCA, 2000.

ROESLER, M. R. V. B. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. A dinâmica da Hidrelétrica Binacional de Itaipu nos municípios lindeiros. Cascavel: Edunioste, 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANT'ANA, R. S. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 62, p.73-106, 2000.

SÃO PAULO. **Índice Paulista de Responsabilidade Social**. O poder do cidadão. São Paulo: Assembléia Legislativa, 2006.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Região Administrativa de Bauru**. 2004. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/iprs/analises/RA_Bauru.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2008.

_____. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil municipal**. Bauru. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

SHRIVASTAVA, P.; HART, S. Por uma gestão ambiental total. **Revista HSM Management**, n. 6, p. 92, jan./fev. 1998.

SILVA E SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico e metodológico do projeto profissional de ruptura, São Paulo, Cortez. 2006.

SILVEIRA, M. C. A. C. **O que é responsabilidade social empresarial**. Fortaleza. 2003. Disponível em: <http://www.sfiec.org.br/artigos/social/responsabilidade_social_empresarial.htm>. Acesso em: 20 jun. 2008.

SIMIONATO, I, **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influências no Serviço Social. 2 ed. Florianópolis: UFSC ; São Paulo: Cortez, 1999.

SOUZA FILHO, C. F. M. Introdução ao direito socioambiental. In: ANDRÉ, L. (Org.), **O direito para o Brasil socioambiental**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2002.

SPOSATI, A. Globalização da economia e processo de exclusão social. In: _____ (Org.). **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Capacitação social em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UnB, 1999, p. 59-76.

_____. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 77, p. 30-53, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1990.

VIEIRA, I. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

VIVA Bauru 360°: 112 anos. Edição Especial. **Jornal da Cidade**, Bauru, 1º ago 2008.

YAZBEK, C. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas Sociais. Brasília: CEAD, 2000.

_____. Voluntariado e profissionalidade na intervenção social. **Revista Intervenção Social**, n.25/26, Lisboa/Portugal, p.171-184, nov. 2002.

_____. O Serviço Social e o movimento histórico da sociedade brasileira. Introdução à Legislação Brasileira para o Serviço Social. São Paulo: CRESS/SP, 2004.

_____. Desafios profissionais do Serviço Social no Brasil. In: KARSCH, M. U. (Org.). **Estudos do Serviço Social, Brasil e Portugal II**, São Paulo: Cortez, 2005.

GLOSSÁRIO

Neste estudo foram priorizadas as terminologias ambientais utilizadas, o que não exclui a inserção de novas categorias. Para tanto, foram utilizados: o Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, 1986 – Instituto de Documentação; o Dicionário Ambiental Básico – iniciação à linguagem ambiental, 2005; o Dicionário de Ecologia, da Edição Melhoramentos, volume I, 1978 e alguns autores que conceituam a terminologia ambiental conforme alguns termos utilizados no corpo do texto.

Agenda 21. Documento para o século XXI formulado pelos governos de vários países com ações e leis para o uso e preservação do meio ambiente; sua implantação é de competência dos Municípios, Estados, Distrito Federal e União.

Ambiente. É o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos fatores econômicos, sociais e culturais, com efeito direto ou indireto, sobre os seres vivos e a qualidade de vida dos homens. Ex. ar, solo, plantas, animais, água, luz, temperatura, pressão, etc.

APA. Área de Proteção Ambiental consolidada como unidade de conservação de uso sustentável, estabelecida pela Lei federal nº 6.902/81, que ortoga o poder executivo, nos casos de relevante interesse público, o direito de declarar determinadas áreas do território nacional como de interesse ambiental. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana de atributos abióticos, bióticos, estéticos e culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas e tem como objetivos básicos, proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade. (glossário ecológico ambiental da CETESB - São Paulo).

Área degradada. Área onde houve alterações negativas como erosão, lixiviação, poluição, derrubada de florestas, etc.

Áreas naturais de proteção. Áreas protegidas para conservação do ambiente e dos seres vivos e/ou realização de pesquisas científicas. Ex.: Áreas de proteção Ambiental (APA), Estações Ecológicas, Parques, Áreas Naturais Tombadas, reservas Biológicas, Reservas Florestais, Área de Proteção Permanente (APP).

Assoreamento. Acúmulo de terra, lama ou areia, transportada pela água que se deposita no fundo dos rios, dificultando seu fluxo. Em períodos de chuva, pode provocar o transbordamento e o alagamento das áreas vizinhas.

Aterro Sanitário. Local onde o resíduo doméstico é depositado adequadamente e compactado juntamente com terra. As substâncias orgânicas do lixo degradam-se

pela ação de bactérias, formando líquido conhecido como chorume e gases que podem ser canalizados para tanques formando reservatórios de biogás.

Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Instrumento técnico-jurídico muito eficaz de proteção aos recursos ambientais. É uma identificação bem como uma estimativa sistemática, dos prováveis efeitos de projetos, planos e programas, relativamente aos meios físico-químicos, biológicos, cultural e socioeconômico que compõem o conjunto ambiental.

Bioma. Grande ecossistema uniforme e estável com fauna, flora e clima próprios adaptados a diferentes regiões do planeta. Ex.: tundra, taiga, florestas temperadas, florestas tropicais, campos, desertos.

Biorregião. Grande área geográfica no qual a fauna a flora e os microrganismos formam um meio ambiente específico e diverso do das áreas vizinhas.

Caracterização ambiental. Etapa importante da gestão ambiental. Tem por objetivo identificar os limites e as potencialidades do meio ambiente.

Conservação ambiental. Forma de proteção do meio ambiente voltada para o uso mais adequado, de forma sustentável, dos recursos naturais, aceitando a transformação dos fragmentos degradados.

Conservação da natureza. Manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades.

Consumo sustentável. Utilização racional dos recursos naturais e serviços derivados respeitando a capacidade de suporte do ambiente.

Corredor ecológico. Ligação mais ou menos contínua entre áreas de vegetação que permite o deslocamento de animais entre elas.

Degradação ambiental. Ação humana que danifica o ambiente.

Dejeto. Resto de qualquer material, como lixo, entulho, vindo da indústria, do comércio, do campo ou das residências.

Desenvolvimento sustentável. Modelo de desenvolvimento que leva em consideração, além dos fatores econômicos, o bem-estar da comunidade e a conservação do ambiente nos dias atuais e no futuro.

Diagnóstico ambiental. Técnica que permite o levantamento de informações dos meios biológico, físico, social e econômico de uma determinada área, possibilitando a realização de prognósticos quanto à inclusão ou não de determinada atividade econômica.

Direito ambiental. Conjunto de normas jurídicas que busca disciplinar e proteger o meio ambiente considerando todos os seus fatores biológicos, físicos, socioeconômico e cultural.

Direitos socioambientais: Segundo (Lima, 2002) , os direitos socioambientais não são aqueles formados pela mera soma de direitos subjetivos individuais, assim como o bem socioambiental não é aquele que possui vários proprietários individuais, Os bens socioambientais são somente aqueles pertencentes a um grupo de pessoas, cuja titularidade é difusa, porque não pertence a ninguém em especial, mas cada um pode promover sua defesa que beneficia sempre a todos.

Ecologia. Estuda as relações do organismo com seu meio, animado ou não; considera, antes de tudo, os distintos biótipos e biocenoses e analisa as funções vitais em seu meio ou lugar naturais. A **ecologia humana** analisa a estrutura e a função da espécie *Homo sapiens* em suas relações com o meio em que vive.

Ecossistema. Conjunto dos fatores físicos (relevo, hidrografia, vegetação), bióticos (seres vivos) e da relação entre eles, característico de um determinado lugar, dando a possibilidades aos seres que ali habita, de produzir tudo de que necessitam para viver. Os espaços maiores, como florestas, cerrados, savanas ou desertos, são denominados biomas.

Educação ambiental. Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

Estudo de impacto ambiental (EIA). Um dos instrumentos de Avaliação de Impacto Ambiental - AIA – mais conhecido, atua especialmente por meio de análises técnicas particularizadas ou individualizadas, das quais é paradigma, objetivando demonstrar a viabilidade ambiental de uma determinada obra ou empreendimento. Para permitir seu entendimento pela comunidade inserida dentro da área de influência, deve conter um relatório dos impactos ambientais, escrito em linguagem acessível, denominado RIMA – Relatório de Impacto de meio Ambiente.

Gestão ambiental. Ação de planejamento e de sistematização de todas as informações disponíveis quanto à capacidade de suporte de meio ambiente e das necessidades identificadas pela sociedade civil ou pelo governo.

Hábitat. Local onde vive uma espécie ou uma comunidade de organismos vivos. Em se tratando de uma região, pode compreender, por exemplo, um deserto, uma floresta tropical, ou uma bacia hidrográfica.

Impacto ambiental. Efeito resultante de intervenções no meio ambiente. Pode ser benéfico ou prejudicial, reversível ou irreversível, acidental ou planejado, temporário ou permanente, etc. Para Dantas (2009, p.77), entre outros deveres atribuídos ao Poder Público, está o de exigir estudo prévio de impacto ambiental para atividades capazes de causar significativa degradação do meio ambiente, conforme consta na (Constituição Federal de 1988, art.225, parágrafo 1º, inciso IV).

Licença ambiental. Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental, que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades dos recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, segundo Resolução CONAMA.

Licenciamento ambiental. Procedimento pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicadas ao caso, segundo Resolução CONAMA.

Lixo radioativo. Resíduo tóxico e venenoso formado por substâncias radioativas resultantes do funcionamento de reatores nucleares. É colocado em tambores ou recipientes de concreto, impermeáveis e à prova de radiação, e enterrados no subsolo ou depositados no interior de minas desativadas.

Manejo florestal. Técnica que prevê o corte seletivo de árvores ou coleta de outros produtos florestais, como plantas medicinais e frutos, de forma a manter o equilíbrio ambiental da floresta. Termo também aplicado ao sistema de corte de florestas plantadas. Segundo Benatti (2002, p.264), de modo geral define-se o manejo florestal como sendo um planejamento que busca o aproveitamento econômico simultâneo à preservação dos recursos das florestas, visando à perpetuação da sua cobertura vegetal, à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento social.

Manejo sustentável. Forma planejada de interferir no ambiente natural. Compreende procedimentos baseados em conceitos ecológicos, permitindo o uso do ambiente sem provocar alterações na dinâmica das populações ou grande impacto ambiental. De acordo com Benatti (2002, p. 250), o **plano de manejo** de uma unidade de conservação é um instrumento de planejamento que define um conjunto de ações para assegurar a proteção dos recursos naturais de uma área protegida específica.

Meio ambiente. É o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (Art. 3º, da lei 6938/81).

Natureza. **1.** Todos os seres e elementos que constituem o Universo e os fenômenos que nele ocorrem. **2.** Tudo o que diz respeito ao ambiente e à ecologia. Conforme Rodrigues (2009, p. 47), é inquestionável que o homem vive uma crise de percepção da natureza, ora porque não se considera como sua parte integrante, tratando-o como mero objeto de exploração, ora porque quer tratá-la com padrões e regras humanos, identificando todos os demais animais à sua condição.

Paisagem natural. Paisagem formada pelos animais, vegetais e fatores abióticos, que não sofreu a ação do homem.

Parcelamento do solo. Divisão de uma área de terrenos em lotes, que pode se dar sob a forma de desmembramento ou loteamento, para ordenar o espaço urbano.

Parque Nacional, Estadual ou Municipal. Parte da área do país, estado ou município destinada à preservação e proteção das belezas naturais, flora e fauna de maior significado. Ex.: Parque Nacional da Serra da Canastra (MG), Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), Parque Nacional de Itatiaia (MG-RJ-SP).

Patrimônio da humanidade. Termo criado pela UNESCO para designar regiões, cidades ou paisagens naturais de valor histórico ou ecológico importantes para a humanidade. Devem ser mantidas preservadas para gerações futuras.

Poluição. Efeito negativo que um agente ou substância poluente gera no ambiente. Tipos de poluição: agrícola, atmosférica, da água, do ar, marítima, química, sonora, visual.

Preservação ambiental. Forma de proteção do meio ambiente voltada para a manutenção dos recursos naturais na sua forma mais original possível, que admite, quando muito, apenas recuperação dos fragmentos degradados.

Princípios ambientais. Enunciados que sedimentam valores ambientais e se prestam ao ordenamento jurídico das questões relativas ao meio ambiente. Exemplo: princípio do desenvolvimento sustentável; da prevenção; da precaução.

Qualidade ambiental. Condições que a natureza oferece para uma boa qualidade de vida de todos os seres vivos. Ex.: água limpa.

Qualidade de vida. Nível de bem-estar que um indivíduo ou população pode desfrutar. Inclui saúde física, mental, e espiritual.

Recurso natural. Qualquer componente do ambiente, como alimento, solo, minerais ou vegetais, que pode ser utilizado por um organismo. Pode ser renovável ou não, dependendo da exploração ou de sua capacidade de reposição. Entre os recursos renováveis estão a água, as florestas, o solo, entre outros.

Reflorestamento. Recuperação de uma área onde ocorreu desmatamento, com plantio de espécies nativas ou exóticas. As espécies exóticas, como eucalipto e *pinus*, são utilizadas para fins econômicos.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Área de domínio privado onde, em caráter de perpetuidade, são identificadas condições naturais primitivas, semiprimitivas, recuperadas ou cujo valor justifique ações.

Saneamento ambiental. Conjunto das ações que tendem a conservar e melhorar as condições do meio ambiente em benefício da saúde. Ex.: tratamento e fornecimento de água, coleta e disposição de resíduos sólidos, etc.

Sustentabilidade ambiental. Processo que busca a melhoria da qualidade da vida humana, respeitando a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Sustentabilidade. Processo que busca a satisfação das necessidades da sociedade, sem comprometer os recursos naturais, preservando o direito das futuras gerações em herdar um meio ambiente sadio.

Turismo ecológico. Proposta de turismo que tenta evitar que as regiões naturais sejam depredadas pelos visitantes. O acesso às áreas de preservação ambiental deve ser sempre orientado por guias e fiscais florestais com conhecimentos de ecologia.

Zona de manejo. Área onde se aplicam programas de uso de recursos naturais ou culturais obedecendo a projeto elaborado, conforme normas de sustentabilidade.

Zoneamento ambiental. Integração sistemática e interdisciplinar da análise ambiental ao planejamento dos usos do solo, com o objetivo de definir a melhor gestão dos recursos ambientais identificados.

BIBLIOGRAFIA

BENATTI, J. H. Manejo florestal e o uso alternativo do solo na Amazônia. In: LIMA, A. (Org.). **O direito para o Brasil socioambiental**. Instituto socioambiental. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2002.

DANTAS, M. B. O Supremo Tribunal Federal e o direito ambiental. **Revista do Advogado**. Direito Ambiental. Associação dos Advogados de São Paulo, v. 29, n. 102, p. 73-79, mar. 2009.

DICIONÁRIO ambiental básico: iniciação à linguagem ambiental, 2ª Ed. São Carlos: Suprema, 2005, 96p.

DICIONÁRIO ambiental. Ecol news. Disponível em: <<http://www.ecolnews.com.br/dicionarioambiental/index.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas. MEC - Fundação de Assistência ao Estudante. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

DICIONÁRIOS Técnicos Melhoramentos: Ecologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/vocabulario.shtm?c=13>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

RODRIGUES, G. A. O direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. **Revista do Advogado**. Direito Ambiental. Associação dos Advogados de São Paulo, v. 29, n. 102, p. 47-51, mar. 2009.

SÃO PAULO. CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Glossário Ecológico Ambiental**. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/Institucional/glossario/glossario_a.asp>. Acesso em: 27 jul. 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro das questões norteadoras para as entrevistas semiestruturadas com os gestores municipais das áreas de proteção ambiental municipal

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA
Entrevista para pesquisa de doutorado de Ilda Chicalé Atauri

Tema: SUSTENTABILIDADE E SERVIÇO SOCIAL
 Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Martinelli PUC-SP

Dados de Identificação:

Nome: _____ Cargo: _____ Data: __/__/__
 Estado civil: _____
 Local: _____ Formação: _____
 Cidade: _____ Estado de: _____
 Contato/área: _____ Telefone: _____
 Email: _____

Titulação: () especialista () mestre () doutor () livre docente

Área de atuação: _____

Vínculo empregatício: _____

Setor: Público () municipal () privado () ONGs
 () estadual () terceiro setor () federal

QUESTIONÁRIO – Entrevista semiestruturada

- 1- Em sua opinião como você vê a questão ambiental e sustentável em relação às políticas públicas em geral? E com relação ao município de Bauru?
- 2- Na sua concepção, quais os desafios emergentes postos à política ambiental e aos gestores ambientais sobre o enfrentamento dos problemas, no âmbito do planejamento das políticas públicas?
- 3- Diante da realidade posta, no município de Bauru, quais suas contribuições enquanto gestor do controle, acompanhamento e preservação para contribuir com o planeta mais sustentável?
- 4- Na sua perspectiva a política ambiental está integrada às demais políticas públicas do município? S () N () Por quê?
- 5- Você conhece quais são os projetos e ações ambientais em desenvolvimento no município de Bauru? S () N (). Em caso afirmativo: Quais? E em caso negativo, por quê?
- 6- Em sua opinião as práticas e ações desenvolvidas no âmbito do município têm contribuído de maneira significativa para o desenvolvimento social e econômico da Cidade? S () N () Por quê?
- 7- Em sua opinião como os assistentes sociais poderão contribuir no desenvolvimento do trabalho social ambiental e sustentável?
- 7.1 Quais papéis você atribui aos assistentes sociais nesse campo?
- 8- Em sua opinião, qual é a maior preocupação dos órgãos municipais que constituem as áreas de proteção ambiental municipal com relação ao meio ambiente e à sustentabilidade no município de Bauru?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu,RG. nº.....abaixo assinado, estando devidamente esclarecido sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa intitulada: “Serviço Social e Sustentabilidade: novos paradigmas”, realizada pela pesquisadora Ilda Chicalé Atauri, aluna do doutorado em Serviço Social, realizado pela Pontifícia Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof.^a Dra. Maria Lúcia Martinelli, concordo em participar da pesquisa, sob a condição de preservação de minha identidade, tanto na coleta dos dados como no tratamento e divulgação dos mesmos.

Cidade, data:.....

Nome:.....

RG:.....

Assinatura:.....

APÊNDICE C – Questionário de pesquisa enviado por meio eletrônico aos gestores ambientais das organizações empresariais

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Empresa: _____
 Responsável pela área ambiental e sustentável: _____
 Razão social: _____
 Cidade: _____ Estado de: _____
 E-mail: _____ Telefone (s): _____

PARTE 1: PERFIL DAS EMPRESAS

1. A empresa possui sistema de gestão ambiental?
 Sim () Não ()

2. Possui a certificação ambiental? Sim () Não ()
 Em caso afirmativo, qual é a certificação? _____

PARTE 2: Com relação ao tema e ao objeto de pesquisa.

RESPONDA AS QUESTÕES

1. Na sua perspectiva o que os órgãos gestores ambientais estão desenvolvendo na cidade de Bauru em relação ao desenvolvimento sustentável?

2. O que cabe às organizações empresariais em relação à gestão ambiental e sustentável?

3. Vocês desenvolvem ações e práticas focadas na sustentabilidade?
 () sim () não Em caso afirmativo, fale de alguns projetos.

4. Em sua opinião, a política ambiental do município de Bauru está integrada às demais políticas públicas?

5. Promove atividades de conscientização ambiental para funcionários? () sim () não

6. Promove ações socioambientais junto a ONGs e/ou entidades beneficentes do município?
 () sim () não Em caso afirmativo: Quais são as ações? Se negativo, por quê?

7. Na sua perspectiva, qual é a maior preocupação posta à direção e demais gestores da empresa com relação à preservação e sustentabilidade do planeta Terra?

8. Quais são as áreas da empresa que estão envolvidas com as ações ambientais e sustentáveis?

Engenharia () Psicologia () Comunicação social () Serviço Social () Segurança e medicina do trabalho () Arquitetura () Outras ()

8.1 Na sua concepção, quais as atribuições do profissional de Serviço Social na questão ambiental e sustentável?

Obrigado pela participação neste estudo, pois sem ela não conseguiríamos atingir nossas metas.

Assistente Social Ms. Ilda Chicalé Atauri

Prof.^a da FSSB

Aluna doutoranda – PUC/SP

e-mail: atauri.blv@terra.com.br Telefone: (14) 3234-7583

APÊNDICE D – Correspondência enviada ao presidente da CIESP/BAURU

Bauru, fevereiro/2009

Ilmo Sr.
Domingos Malandrino
DD. Presidente do CIESP/Bauru

Venho por meio desta, solicitar de V.S.^a o apoio à realização da minha pesquisa de campo, intitulada “**Gestão Ambiental e Sustentabilidade: novos paradigmas**”, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Lúcia Martinelli da PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

O universo da pesquisa, definido e aprovado no Exame de Qualificação realizado, é composto pelas **organizações empresariais** situadas no município de Bauru. Dessa forma, foram escolhidas as empresas, A, B, C localizadas no Distrito Industrial I e II.

Como é sabido, essas empresas participam e desenvolvem ações e práticas focadas na sustentabilidade, o que é de grande relevância na melhoria da qualidade de vida dos bauruenses. Assim, a participação das mesmas, nesta pesquisa, é de fundamental importância para o desenvolvimento e conclusão da minha tese.

Neste sentido, necessito da sua contribuição para acesso às empresas citadas acima, onde realizarei uma entrevista com duração em média de 30 minutos, com horário e data pré-agendados com o gestor/administrador ambiental de cada empresa.

No aguardo de um retorno à minha solicitação, desde já antecipo meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

Ilda Chicalé Atauri
Pesquisadora - PUC/SP

Contato: Ilda Chicalé Atauri
Professora da Faculdade de Serviço Social de Bauru
Atauri.blv@terra.com.br

APÊNDICE E – Correspondência de apresentação da pesquisa enviada aos gestores ambientais das organizações empresariais dos distritos industriais I e II do município de Bauru

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Bauru, Janeiro de 2009.

Prezada (o) Empresário (a) do Município de Bauru

É com grande satisfação que apresentamos a Assistente Social Ilda Chicalé Atauri, **doutoranda da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Martinelli**, cujo tema de estudo é “Gestão Ambiental e Sustentabilidade: novos paradigmas”.

O universo da pesquisa, definido e aprovado no Exame de qualificação realizado, são as **organizações empresariais** situadas no município de Bauru.

Convidamos desta forma, **você empresária(o)**, a ser **sujeito de nossa pesquisa**, já que as empresas do município participam e desenvolvem ações e práticas focadas na sustentabilidade, o que é de grande relevância na melhoria da qualidade de vida dos bauruenses. Assim, a participação de sua empresa nesta pesquisa é de fundamental importância para o desenvolvimento e conclusão da tese.

Neste sentido, apreciaria receber o aceite de sua empresa para inclusão na pesquisa, respondendo num primeiro momento o questionário em anexo.

Esclarecemos que estamos **encaminhando a todas as empresas que possuem sistema de gestão ambiental**, o presente instrumento de coleta de dados. Assim, sendo **solicitamos que sejam respondidas todas as questões**, que se sintam à vontade para expressar suas concepções e experiências, sendo esta a relevância da presente tese. O questionário deverá ser devolvido em mãos à pesquisadora, num prazo de dez dias.

Com o objetivo de dar **maior veracidade e visibilidade no tema proposto**, realizaremos posteriormente a aplicação de outro instrumental, **a entrevista semiestruturada**, onde a escolha de seus elementos se fará subsequentemente, embasados nas respostas obtidas neste presente questionário, daí a importância de se responder integralmente o instrumento em anexo (parte 1 e parte 2), o que oportunizará a comunicação prévia do mesmo, bem como a confirmação da data e horário da nossa entrevista.

Antecipadamente agradecemos sua atenção e participação e nos comprometemos a apresentar os resultados obtidos neste estudo oportunamente.

Ilda Chicalé Atauri

Pesquisadora/doutoranda

Atauri.blv@terra.com.br

Fone: (14) 3234-7583 - Celular: 9745-8485 e 9606-6549

APÊNDICE F – Correspondência enviada aos gestores ambientais das empresas
localizadas nos distritos industriais I e II da Cidade de Bauru

Bauru, março de 2009.

Ilmo Sr.
Empresa:
Nesta

Prezado Senhor,

Conforme apresentado e discutido na última reunião de 18/02/09, no SENAI Bauru-SP, sob a coordenação da Dr.^a Liliane de Souza, venho por meio desta, solicitar de V.S.^a o apoio à realização da minha pesquisa de campo, intitulada “**Gestão Ambiental e Sustentabilidade: novos paradigmas**”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Martinelli, da PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

O universo da pesquisa, definido e aprovado no Exame de Qualificação realizado, são as **organizações empresariais** situadas no município de Bauru. Dessa forma, foram escolhidas algumas empresas, localizadas no Distrito Industrial I e II, e dentre essas empresas, A, B, C.

Assim, convidamos **você gestor (a)**, a ser **sujeito de nossa pesquisa**.

Como é sabido, essas empresas participam e desenvolvem ações e práticas focadas na sustentabilidade, o que é de grande relevância na melhoria da qualidade de vida dos bauruenses. A participação da Baterias....., nesta pesquisa, é de fundamental importância para o desenvolvimento e conclusão da minha tese. Portanto, apreciaria receber o aceite de sua empresa para inclusão na pesquisa, respondendo num primeiro **momento o questionário anexo**.

Assim sendo, **solicitamos que sejam respondidas todas as questões**, que se sintam à vontade para expressar suas concepções e experiências, sendo esta a relevância da presente tese. O questionário deverá ser devolvido em mãos à pesquisadora, num prazo de dez dias quando então estarei contatando e marcando o dia e horário para recolhimento.

Aguardo seu retorno à minha solicitação, pelo que agradeço.

Muito obrigada.

Ilda Chicalé Atauri
Pesquisadora - PUC/SP
atauri.blv@terra.com.br (14) 3234-7583 Cel. 9745- 8485

ANEXOS

ANEXO A – Lei nº 4296, de 7/04/1998

Denomina e regulamenta os usos na Área de Proteção Ambiental – 1, a encosta do Rio Batalha.

Art. 1º - Fica denominada Área de Proteção Ambiental Rio Batalha – APA Rio Batalha, a unidade de conservação, área de Proteção Ambiental Municipal, criada a partir da Lei nº 4126, de 12 de Setembro de 1996, definida no artigo 19, parágrafo único, I, conforme anexo I, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Bauru.

Art. 2º - A APA Rio Batalha é uma unidade de conservação municipal destinada a proteger, conservar e recuperar a qualidade ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Batalha e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhoria na qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais.

Art. 3º - Os objetivos da criação desta unidade de conservação são:

- I - reservar o manancial hídrico de abastecimento de água para Bauru;
- II - controlar a expansão urbana desordenada e os usos inadequados do solo;
- III- recuperar áreas degradadas e erodidas evitando o assoreamento dos recursos hídricos;
- IV- promover o Ecoturismo;
- V- implantar uma política municipal eficiente compatível com a realidade ambiental existente, impedindo ações degradadoras;
- VI- desenvolver práticas econômicas compatíveis com a realidade ambiental existente, impedindo ações degradadoras;
- VII- recuperar a qualidade da água nos recursos hídricos existentes na área da APA.

ANEXO B – Lei 4.704, de 18 de julho de 2001

Denomina, amplia e regulamenta os usos na Área de Proteção Ambiental Municipal Água Parada, regulamentando o art. 19, parágrafo único, inciso III da Lei nº 4.126 de 12 de setembro de 1996.

Art. 1º- Fica denominado “Área de Proteção Ambiental Municipal Água Parada”, a unidade de conservação, área de proteção ambiental municipal, criada a partir da Lei 4.126 de 12 de setembro de 1996, definida no Art. 19, parágrafo único, inciso III, conforme Anexo 1, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Bauru, designada também pela sigla APA e envolvendo , ainda, toda a Bacia Hidrográfica do Córrego da Água Parada, dentro do território do município de Bauru.

Art. 2º- A área de Proteção Ambiental Municipal é a unidade de conservação municipal, destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental de uma importante Bacia Hidrográfica de nosso município, como finalidade de garantir a quantidade e a qualidade da água deste manancial para o futuro abastecimento público e ainda objetivando a proteção dos ecossistemas nela incluídos.

Art. 3º- Os objetivos da criação desta unidade de conservação são:

- I - Conservar os ecossistemas e a biodiversidade existente na APA;
- II- Controlar a expansão urbana desordenada e os usos inadequados do solo;
- III- Implantar uma política municipal eficiente e contínua para os ambientes naturais;
- IV- Desenvolver práticas econômicas compatíveis com a realidade ambiental existente, impedindo ações degradadoras;
- V- Proteger a qualidade da água deste importante manancial.

ANEXO C – Lei 4605, de 27 de novembro de 2000

Denomina e regulamenta os Usos na Área de Proteção Ambiental Municipal Vargem Limpa-Campo Novo.

Art. 1º - Fica denominada “Área de Proteção Ambiental Municipal Vargem Limpa-Campo Novo”, a unidade de conservação, área de proteção ambiental municipal, criada a partir da Lei nº 4126, de 12 de setembro de 1996, definida no Art. 19, Parágrafo Único, inciso II, conforme anexo 1, que institui o Plano Diretor do Município de Bauru, designada também pela sigla APA, nos entornos do Parque Ecológico Tenri – Cidade Irmã/Jardim Botânico de Bauru e Zôo Bauru.

ANEXO D – Lei 4801, de 11 de março de 2002

Amplia os limites da Área de Proteção Ambiental Rio Batalha.

Art. 1º - A Área de Proteção Rio Batalha, criada pela Lei Municipal nº 4126, de 12 de setembro de 1996, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e denominada e regulamentada pela Lei Municipal nº 4296, de 07 de abril de 1998, passa a compreender toda a Bacia Hidrográfica do Rio Batalha, nos limites do município de Bauru.

ANEXO E – Lei nº 4362, de 12 de Janeiro de 1999

*Disciplina o Código Ambiental do
Município*

Art.1º - De acordo com a Lei 4126 que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Bauru, este código tem como finalidade, respeitadas as competências da união e do Estado, regulamentar as ações do Poder Público Municipal e a relação com a coletividade na conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

ANEXO F – Portaria nº 46, de 05 de setembro de 2008

Art. 2º – O Conselho Gestor das áreas de Proteção Ambiental Municipal, será constituído pelas seguintes instituições representativas: I- Secretaria Municipal do Meio Ambiente; II- Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; III- Secretaria Municipal do Planejamento; IV- Secretaria Municipal de Obras; V- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; VI- Departamento de água e Esgoto; VII- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; VIII – Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – DEPRN; IX- Departamento de águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE; X- CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Programa Micro Bacias) da Secretaria Estadual de Agricultura; XI- Companhia de Tecnologia e Saneamento Básico de São Paulo – CETESB; XII Polícia Ambiental; XIII- Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Bauru; XIV – Instituto dos Arquitetos do Brasil – Núcleo de Bauru; XV- Associação dos Geógrafos Brasileiros; XVI- Instituto Ambiental Vid'água; XVII- Fórum Pró-Batalha; XVIII- Universidade Estadual Paulista/UNESP – Faculdade de Ciências.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)